

AS GUERRAS DO SUL

Esta Bacia do Prata vale ouro e sangue

Texto de Nilson Lage

Toda narrativa mente, pelo menos por um aspecto: ao seqüenciar os fatos com começo, meio e fim. A História não começa, porque para cada acontecimento há um passado a descobrir e causas a desvendar, e também não termina, porque a cada passo se pode adivinhar um desdobramento, um futuro, um *sentido*. Engana-se, portanto, quem imagina que a saga do povo guarani e, por extensão, a espinha dorsal da resistência à ocupação colonial de vasta região da América do Sul tenha findado de repente com a morte do herói Sepé Tiraju, a liquidação dos sete povoados da República Guarani à esquerda do Rio Uruguai (a atual Zona das Missões, no Rio Grande do Sul) ou a expulsão dos jesuítas das Américas portuguesa (a 3 de setembro de 1759) e espanhola (a 2 de janeiro de 1768).

Quanto aos guaranis, sua história prosseguiu, para além da decadência do modo comunista de produção que prosperara, desde o século XVI, sob a proteção da Companhia de Jesus, no Itatim (Pantanal Matogrossense) e, ao longo do Rio Paraná, até o pampa gaúcho, as províncias de Guaíra, Tape e Uruguai, incluindo territórios do Paraguai e Bolívia atuais. As ruínas de igrejas e prédios públicos descritas em toda parte pelos viajantes do século XIX, as migrações constantes, as humilhações e confisco de terras comunitárias permitem que se componha um réquiem magnífico para a nação guarani; mas mostram apenas um lado da realidade.

É certo que, excluídos dos benefícios de sua civilização, marginalizados no território de sua própria república, os indígenas refugiaram-se em formas de vida tecnicamente menos sofisticadas. Mas, sempre que possível, continuaram cultivando as roças coletivamente e mantiveram a rotina de vida e certo grau de distribuição de tarefas que lhes ficou da prática religiosa.

Permaneceu, sobretudo, o espírito nacional. A resistência indígena era bastante vigorosa, ao findar-se o século XVIII, para fazer fracassar os esforços do Governador Bernardo Velazco, que pretendia privatizar (isto é, expropriar) de uma só vez todos os territórios comunais guaranis. A estrutura da república jesuítica renasceu, aqui e ali — por exemplo, sob a direção de três caciques, assistidos por um conselho, entre 1820 e 1827, na região de Entre-Rios. Por essa

época, o Dr. Rengger e seu amigo Longchamps, percorrendo a zona de Santa Maria, anotavam a total inação e incompetência dos donos e administradores das estâncias tomadas dos índios.

Em 1809, a Junta Provisória que, dando início ao processo de independência política, se constituíra em Buenos Aires, enviou à distante cidade de Assunção uma coluna militar sob o comando do General Manuel Belgrano, que foi batido em Paraguarí, a 9 de janeiro de 1810. No ano seguinte, em 9 de junho, o Governador-geral da Província do Paraguai foi afastado, mas não se consumou a anexação; uma junta governativa local aceitou apenas uma tênue aliança com Buenos Aires, recusando-se a trocar "uma cadeia por outra" e a "mudar de amo". Adotado em Assunção o regime do consulado com dois cônsules eleitos, destacou-se a figura de um descendente de portugueses, Gaspar Rodrigues de Francia. Em 1812, ele convocou um congresso e, em 1814, aceitou o cargo de ditador, que conservaria durante 30 anos (o mandato original era de cinco).

Puritano, Francia impôs disciplina espartana ao exército, ao povo e até ao clero, exercendo com amplitude o padroado (governo da Igreja pelo Estado civil) que herdara do sistema espanhol. Os traços fundamentais de sua ditadura, porém, foram o nacionalismo e a preocupação de desenvolver uma economia autossuficiente.

Francia é personalidade controversa, mas jamais poderíamos chamá-lo de tolo. Doutor em leis pela Universidade de Córdoba, conhecia a melhor literatura política de seu tempo, desde Voltaire a Benjamim Franklin, e percebia que o ingresso do Paraguai no sistema de comércio internacional o colocaria na dependência de Buenos Aires e, em última instância, da Inglaterra, a grande potência que confirmara a universalidade de seu imperialismo ao derrotar Napoleão Bonaparte.

Dependendo do ponto de vista de quem lê, as críticas feitas a Francia por personalidades como Domingos Faustino Sarmiento — de grande influência no pensamento das elites latino-americanas — podem ser entendidas como elogios: ele, por exemplo, “adotou o sistema administrativo das missões (jesuíticas), em que o comércio não passava de algo secundário, que pertencia de direito ao Governo”; “considerava ofensa importar produtos que podiam ser fabricados no país”; cometeu “o deslance de criar empecilhos à importação de bens supérfluos”; “incentivou a indústria nacional” e, em consequência, “deu grande impulso aos trabalhos artesanais, principiando, assim, a fabricação no país de facas, enxadas, cadeiras e mesas caras e de má qualidade, se comparadas às fabricadas na Europa”. Outro argentino, Juan Bautista Alberdi, sintetiza assim a contradição:

O Dr. Francia proclamou a independência do Paraguai com relação à Espanha, e salvou-o até dos seus vizinhos pelo isola-

mento e pelo despotismo; dois meios terríveis que a necessidade lhe impôs em proveito de um fim bom.

Do ponto de vista político, Francia conseguiu agir dessa maneira, apoiando-se nos pequenos e médios agricultores e artesãos — índios, na maioria; uniu-os contra os latifundiários, sem tradição nacional no Paraguai, e a diminuta classe dos comerciantes de exportação e importação. Na Argentina, como no Brasil, estas duas categorias partilhavam o poder e conseguiam impor sua ideologia aos intelectuais; isso determina, em boa proporção, o juízo crítico deles em relação a Francia, apontado frequentemente como tirano.; pesou ainda o empenho inicial em submeter a Buenos Aires a província paraguaia, que a ela se ligava formalmente no tempo do Vice-reinado do Prata.

Pode-se admitir que a orientação adotada pela ditadura de Francia viabilizou-se porque o Paraguai, país mesopotâmico, era distante e seus produtos, na primeira metade do século XIX, não interessavam prioritariamente ao circuito internacional do comércio, dominado pelos ingleses.

Se olharmos a questão do ângulo da História da Cultura, o longo consulado de Francia refletiu, no entanto, a passada experiência das missões jesuíticas e a recuperou, sob muitos aspectos. Veja-se, por exemplo, a política de terras: o Estado confiscou as estâncias particulares (que a resistência cultural dos guaranis contribuía para manter em grande parte abandonadas) e as áreas das extintas reduções para redistribuí-las, fracionadas em lotes de baixo custo. Os arrendatários recebiam gado e instrumentos de trabalho das chamadas *estâncias de la Patria*, unidades rurais que, além desse tipo de assistência, empregavam mão-de-obra assalariada e produziam para o consumo do Exército, vendas no mercado interno e exportação. Ali se impuseram com êxito técnicas agrícolas desenvolvidas no passado pela nação guarani. E, graças a tudo isso, em um país pobre, de independência recente, não havia desempregados nem o sábio francês Grandsir encontrou analfabetos, como relata carta ao naturalista Von Humboldt.

Especulando sobre os dados disponíveis, diríamos que, da República Guarani ao Paraguai de Francia, experimentara-se uma evolução do comunismo (a comuna primitiva associada a um estado planejador, místico, militar e assistencial, à maneira inca) para um esboço de socialismo estatal, a que faltariam, sobretudo, quadros dirigentes. Um regime baseado na disciplina, como se conclui ao ler Grandsir, que não tinha motivos para elogiá-lo (na verdade, esteve em Assunção negociando a extradição do botânico Aimé Bompland, retido por Francia):

O contraste do Paraguai com todos os países que tenho cruzado até agora é em geral surpreendente: viaja-se no Paraguai sem armas; as portas das casas apenas se encostam, pois todo ladrão é condenado à pena de morte e até mesmo o proprietário da casa ou comunidade onde o roubo é cometido estão obrigados a indenizar as vítimas. Não se vêem mendigos, todo mundo trabalha.

No dia 21 de setembro de 1840, conta o historiador Enrique Wisner, a bandeira do Paraguai içada a meio pau em Assunção e o dobre de finados na Catedral comunicaram ao povo a morte do Ditador Perpétuo José Gaspar Rodríguez de Francia, aos 82 anos. A sepultura foi para ele local de breve repouso: meses depois constatou-se que haviam roubado e provavelmente atirado o corpo nas águas do Rio Paraguai.

Constituíra-se uma junta de governo, logo substituída por um regime consular semelhante ao de 1811, com idêntico resultado: assumiu o poder Carlos Antonio López, pai de Francisco *Solano López*, que o sucederia, por sua vez, em 1862 (Antonio morreu a 10 de setembro e o Congresso elegeu seu filho Presidente da República a 16 de outubro).

Assunção deixou em pouco tempo o isolamento em que se mantivera sob Francia, passando a atuar na complicada política do Prata como terceiro polo, entre Buenos Aires e Rio de Janeiro. Internamente, acentuou-se, com maior dinamismo e ambição, a linha traçada pelo fundador da República, ultrapassando barreiras que ele sempre respeitara.

Em 1848, as terras comunais dos índios foram expropriadas, sem que houvesse, no entanto, o surto de perseguições e de rapina característico da política colonial; a essa altura, haviam-se ampliado e crescido em número as *estancias de la Patria*; as plantações de erva-mate e os bosques seriam nacionalizados.

A indústria começou a se concentrar em estruturas mais complexas do que o artesanato da etapa anterior: criaram-se em Ibicuí fundições capazes de produzir por dia uma tonelada de ferro: fundou-se em Assunção um arsenal para a fabricação de navios fluviais e oceânicos (o primeiro, *Yporá*, navegou em 1855 e o segundo, *Rio Branco*, cruzava no ano seguinte o Atlântico, a caminho dos portos ingleses); exploravam-se, no Chaco, minas de cal e de salitre; surgiram fábricas de papel e de pólvora, estradas de ferro e linhas telegráficas.

Carlos Antonio López, *El Supremo*, quis transformar a Esparta de Francia numa Atenas sul-americana, situada no centro de uma Ática de terras litigiosas. Para isso, contratou engenheiros ingleses, burocratas e técnicos de várias nacionalidades. Trouxe da Itália Ale-

xandre Ravizza, arquiteto; da Bélgica, Alfred Du Graty, naturalista; da Argentina, Juan Pedro Escalada, educador que se empenhou na modernização do sistema de ensino público; do Brasil, os instrutores de artilharia Hermenegildo de Albuquerque Porto Carrero e Wilagran Cabrita, e os oficiais de Marinha Soares Pinto e Caminada. Enviou jovens estudantes à Europa e Estados Unidos, para se especializarem em diferentes áreas de conhecimento; seu propósito, em todo caso, era absorver tecnologia militar e industrial, introduzir artes e técnicas modernas, sem alterar o modelo social do regime.

A abertura dos portos paraguaios ao comércio despertou entusiasmo na Inglaterra; os comerciantes de Liverpool consideravam fantásticas, já em 1845, as possibilidades que se abririam “caso fosse franqueado o acesso ao Paraguai através dos rios argentinos”. A agricultura era florescente no território paraguaio: em 1860, chegou-se a colher, numa safra, sete milhões de quilos de fumo. Mas o interesse inglês voltava-se principalmente para o algodão, porque, naquela época, a revolução industrial liderada pela Inglaterra era sobretudo uma revolução têxtil. Nos anos que precederam a guerra entre a Tríplice Aliança e o Paraguai, os preços do algodão elevaram-se constantemente no mercado internacional, impulsionados pela Guerra de Secessão (1860-1865), que afetava a principal região produtora, o Sul dos Estados Unidos: de 1860 a 1864, as exportações brasileiras dessa mercadoria elevaram-se 50% em volume (de 854,5 para 1.283 mil arrobas), em valor, subiram 463% (de 6,5 para 28 mil contos de réis).

Até a década de 1850, quando surgiram os primeiros conflitos pela posse de terras, as relações entre o Brasil e o Paraguai foram cordiais. O Império cuidava de estar bem com um país que controlava o acesso fluvial a Mato Grosso e, além disso, se antepunha aos projetos de expansão da Argentina. Em 1824, reconheceu a independência paraguaia e se incumbiu de gestões para que a Áustria tivesse idêntico procedimento; o reconhecimento foi ratificado em 1844, três anos após a designação do Barão de Melgaço, Augusto Leverger, para a função de cônsul do Brasil em Assunção. O protesto argentino por essa ratificação foi repellido pela Chancelaria do Rio de Janeiro com uma nota áspera. Em 17 de outubro de 1844, o Conselheiro José Antônio Pimenta Bueno firmou com Carlos Antonio Lopes um tratado bastante amplo, que D. Pedro II terminou por não ratificar. Nele se estipulava a liberdade de navegação para barcos dos dois países nos rios Paraná e Paraguai, previa-se a demarcação de limites segundo o Tratado de Santo Ildefonso, de 1777, e consignava-se, no artigo 3º, a aliança diplomática e militar:

Caso a República do Paraguai seja ameaçada de um ataque hostil, Sua Majestade, o Imperador do Brasil, empregam todos os esforços não só para prevenir as hostilidades, senão

também para que a República obtenha justa e completa satisfação das ofensas recebidas.

Em 1847, Antonio Lopez enviou ao Rio de Janeiro um emissário, Juan Andrés Gelly, para repropor o tratado, especificando melhor a questão dos limites, que o Governo Imperial julgava imprecisamente formulada no acordo de 1844. Nos termos dessa nova proposta, declarava-se *despovoada* vasta área entre os Rios Uruguai e Paraná, onde hoje está o território argentino de Misiones; sugeria-se sua divisão, ficando com o Brasil os terrenos banhados por afluentes do Uruguai. Novamente o Império preferiu não se pronunciar.

Finalmente, a 25 de dezembro de 1850, Brasil e Paraguai firmaram um tratado de aliança defensiva, comprometendo-se a respeitar a independência uruguaia, assegurar a livre navegação na Bacia do Prata e “coadjuvar com tropas, armas e munições” o país signatário que fosse atacado por argentinos ou uruguaio. López tinha todos os motivos para buscar esse gênero de aliança: em outubro de 1849, um decreto da Assembléia de Buenos Aires formalizara uma ameaça explícita, autorizando “o Governador e Capitão-general da Província, Brigadeiro D. Juan Manuel de Rosas” a dispor, “sem nenhum limite, de todos fundos, rendas e recursos da Província até que se torne efetiva a reincorporação da Província do Paraguai à Confederação Argentina”.

A 17 de julho de 1852, já sob o governo de Justo José de Urquiza, a Argentina reconheceu a independência paraguaia.

MEIO SÉCULO DE TUMULTO NA REGIÃO DO RIO DA PRATA

Enquanto o Paraguai caminhava em paz para o desastre da guerra contra a Tríplice Aliança, a região do Prata era espaço de conflito de grandes e pequenas ambições. Entre as maiores, a ambição britânica. Em 1806, a esquadra de Lord Beresford, que fora à África do Sul ocupar as feitorias holandesas do Cabo da Boa Esperança, atravessou o Atlântico, atacou Buenos Aires e lá esteve por dois meses, até ser expulsa por Santiago Liniers, oficial francês a serviço do Governo de Montevideú. Nova tentativa de ocupação ocorreu no ano seguinte, igualmente sem êxito militar. Mas a Inglaterra, que obteve, em 1808, de seu submisso aliado D. João VI, rei de Portugal refugiado no Rio de Janeiro, a abertura dos portos do Brasil “às nações amigas”, continuou empenhada em obter a *livre navegação* (isto é, a *sua navegação*) por todos os mares e rios da Terra; chegou mesmo a editar um jornal em castelhano, *La Estrella del Sur*, especialmente para difundir a tese da decadência de Espanha e de seu sistema de

monopólio comercial nas colônias. É evidente que o movimento geral da História beneficiava as pretensões britânicas.

No mesmo ano de 1808 em que D. João VI e sua corte chegaram ao Brasil, o Rei de Espanha, Carlos VI, e seu filho Fernando foram forçados a abdicar em favor de José Bonaparte, irmão de Napoleão. A fidelidade a D. Fernando VII foi o pretexto para uma série de levantes na América Espanhola, onde juntas governativas locais iriam depor vice-reis e capitães-mores. Por essa época, chegou a ser cogitada em Buenos Aires a entrega do poder, como regente, a D. Carlota Joaquina, mulher de D. João VI e irmã de D. Fernando de Espanha. Um obstáculo a que essa idéia prosperasse eram as convicções absolutistas dessa senhora, que teve a inabilidade de manifestá-las aos liberais emissários portenhos. Mas houve dificuldades supervenientes, como explica Pandiá Calógeras, devolvendo-nos ao tema do imperialismo inglês:

Momento houve em que D. Carlota Joaquina talvez pudesse ter sido proclamada regente, se presente estivesse em Buenos Aires. Permitiu-o D. João, a princípio. Contramarchou, ao depois. O motivo do recuo? Três podem ser apontados: o receio do regente de ser destronado pelas intrigas e pelo ódio da esposa; o terror dos cortesãos portugueses, quanto às aversões vingativas da infanta; a oposição tenaz do Lord Strangford, por causa da política seguida pela Inglaterra. Todas essas razões eram provavelmente reais, mas a preponderante seria por certo o veto britânico. Contra ele, nada podia fazer Portugal.

E qual era, especificamente, a política seguida pela Inglaterra com relação às colônias ibero-americanas em vias de libertação? Responde o mesmo Calógeras, que foi Ministro da Guerra no Governo Epitácio Pessoa, em seu livro *Formação Histórica do Brasil*:

O sistema de comércio espanhol com suas colônias era um grande obstáculo para a política expansionista da Grã-Bretanha, pois consagrava o monopólio da metrópole. Para a monarquia insular, o único método aceitável era a liberdade de comércio e, por isso, era Londres levada a ajudar, ou pelo menos não criar empecilhos à independência. Com Portugal, eram outras as razões. Era o reino mais um vassalo do que um aliado; se, por novos empreendimentos felizes, crescesse ele em tamanho e importância, rota ficaria a balança entre os dois países, e tal mudança não serviria a nenhum dos alvos da política britânica. Além do que, com uma regência de D. Carlota Joaquina, e talvez uma nova coroa em seu favor na

América do Sul, teria forçosamente de se instituir uma política matrimonial de enlaces entre as duas coroas e, para o futuro, todo o continente poderia vir a formar um imenso império, sem paralelo no passado. Tal possibilidade era positivamente contrária aos interesses ingleses.

A intensa participação inglesa no processo de independência dos países latino-americanos — quer através de ajuda militar direta (sobretudo naval), quer em medidas de apoio político e econômico — teve, portanto, dois objetivos entrelaçados: (a) promover a criação de estados nacionais; e (b) impedir que esses estados conjugassem uma independência real com os meios de dar-lhe consequência. No atendimento a esses objetivos permanentes, a Inglaterra estimulou conflitos entre as jovens nações, voltando-se, sobretudo, a certa altura, contra o Paraguai, que ameaçava, com sua originalidade nacional, conjugar independência e poderio. De modo geral, cuidou de se aliar com os setores do comércio e os latifundiários acostumados, em cada uma das antigas colônias, a produzir para exportação em suas *plantations*; com seus préstimos e dinheiro, contribuiu decididamente para fixar no poder essas elites que eternizariam a estrutura da economia colonial em estados formalmente soberanos.

Esse equívoco de origem trouxe a América Latina a uma configuração trágica que se perpetuou além do apogeu do imperialismo britânico: é que as elites assim consolidadas, as *oligarquias*, sabem que sua permanência no poder depende de alianças externas, da limitação de soberania diante de potências hegemônicas. Buscam essas potências, convidam-nas a partilhar do controle da economia do país, deslumbram-se diante de sua *eficiência* — fato que explica a situação de nossos países, hoje, e nos permite compreender o que se passa na maior parte da África.

Chama-se a esse fenômeno neocolonialismo, com suas duas faces: a do vassalo servil, no entanto poderoso internamente, e a do império que o utiliza, sem deixar de desprezá-lo.

A 25 de maio de 1810, instalou-se em Buenos Aires uma Junta Provisória de governo, como resposta às notícias do avanço francês em território espanhol. O objetivo de obter a independência estava latente, por certo, em muitos espíritos, mas não era confessado; o objetivo expresso era a monarquia constitucional. Mas, no mesmo ano, as cortes nacionais espanholas, reunidas em Cádiz, reafirmavam o regime de monopólio de comércio e de elevadas taxas cobradas às colônias.

A restauração de Fernando VII, um absolutista na melhor tradição dos Bourbons, freou temporariamente o processo de consolidação dessas juntas, que proliferavam pela América Espanhola. Em Buenos Aires, porém, Cisneros, o vice-rei designado, manteve-se in-

deciso diante do governo *criollo* (de nativos da colônia) que, em 1811, transformara-se em triunvirato, sob a liderança de Bernardino Rivadavia. Em 1817, após alguns anos de indefinição de poder, foi convocado o Congresso de Tucumán que, a 9 de julho de 1818, formulou a Declaração da Independência e, em 1819, redigiu a primeira constituição das Províncias Unidas do Prata.

Na década de 1810, Buenos Aires tornou-se centro de uma campanha continental contra o poder espanhol. Primeiro Belgrano e, a partir de 1812, José Francisco de San Martín combateram os exércitos reais no Paraguai, no Peru e no Chile. Coube a San Martín obter vitórias expressivas, aliado a O'Higgins, no Chile (a travessia dos Andes foi um feito militar admirável), e ao General Sucre, no Peru. As Províncias Unidas intentavam então incorporar a seu território o Paraguai, a Bolívia e o Uruguai, recuperando a integridade do território submetido a Buenos Aires na estrutura colonial — mas não o conseguiram, nos três casos.

CUNHA ENTRE GIGANTES, NASCE O URUGUAI INDEPENDENTE

A situação do Uruguai é a mais complicada e a que mais interessa à História brasileira. Um primeiro assédio de tropas de Buenos Aires a Montevideu cessou diante da ameaça de invasão portuguesa, justificada com as relações de parentesco entre D. Carlota Joaquina e D. Fernando VII.

No entanto, quando os argentinos proclamaram a independência, em 1816, o patriota uruguaio José Gervásio Artigas rebelou-se, com o projeto de fazer de seu país uma nação independente e não uma província submetida quer a Buenos Aires quer ao Rio de Janeiro. Foi o pretexto para D. João VI determinar a intervenção de suas tropas, sob o comando do General Lécor, Barão da Laguna.

Portugal pretendia de fato restaurar a situação anterior ao Tratado de Madri, de 1750, levando seus domínios até o Rio da Prata, uma fronteira "natural" e "segura". Em 1821, um miniplebiscito de suspeita legitimidade aprovava em Montevideu a anexação do Uruguai ao Brasil, que assim o herdou por ocasião da Independência.

Logo recomeçaram as brigas. Artigas asilava-se em 1820, mas mantinha sua liderança. Quando da separação entre Brasil e Portugal, as tropas de ocupação, odiadas pela população uruguaia, dividiram-se em dois segmentos: um, comandado por Lécor, obedecia a D. Pedro I; outro, chefiado por D. Álvaro da Costa e que controlava a praça de Montevideu, seguia as ordens das cortes de Lisboa, as quais terminaram por ordenar a sua evacuação. Nem Buenos Aires, nem Entre-Rios, nem Corrientes — províncias que dispunham então de certa autonomia — dispuseram-se a ajudar efetivamente os uruguaios, liderados então por D. Juan Antonio Lavalleja.

Nada puderam os esforços diplomáticos contra a pretensão de D. Pedro, que se aferrava ao mesmo raciocínio geopolítico de seu pai para preservar com o Brasil a Província Cisplatina. Do exílio em Buenos Aires, Lavalleja planejou uma operação militar que começou a 19 de abril de 1825: eram apenas 33 cavaleiros os que atravessaram o Rio Paraná, mas a eles se somaram voluntários de toda parte, com suas armas e montarias. Em Florida, a 25 de agosto, um congresso votou a união do Uruguai às Províncias Unidas, o que motivou uma explosão de contentamento na Argentina.

A 10 de dezembro, D. Pedro I determinou o bloqueio naval do Prata: essa empreitada magnífica era no entanto atribuída a uma modestíssima esquadra de uma corveta, dois brigues e algumas canhoneiras. A 20 de fevereiro de 1827, as forças terrestres do Império, que agiam sem qualquer articulação com as operações navais, foram vencidas na batalha que os historiadores do Brasil chamam de Passo do Rosário e os uruguaios batizam de Ituzaingó. Eram comandadas pelo Marechal Felisberto Caldeira Brant Pontes, futuro Marquês de Barbacena, que se notabilizaria, por todo o Primeiro Império, como hábil diplomata.

Tudo estaria muito bem para Buenos Aires, se não faltassem também aos argentinos condições para uma ação eficiente, que tirasse proveito da conjuntura militar favorável. Pelo contrário: a impotência argentina era tal que o Chanceler Manuel Garcia foi enviado ao Rio, em 1827, com ordem de obter a paz a qualquer preço. Um tratado, que cedia no essencial a D. Pedro I, foi firmado no dia 27. O governo argentino não teve condições de ratificá-lo, diante da pressão popular.

Bernardino Rivadavia, que presidia a Argentina, renunciou, confessando-se diante de um impasse, já que não lhe deixavam fazer a paz nem lhe davam condições para prosseguir a guerra. Novos entendimentos diplomáticos realizaram-se no Rio: D. Pedro foi forçado a ceder, os argentinos também, e o Uruguai surgiu como nação independente.

Contada assim, a história se aproxima do burlesco. Uma fantástica distância afastava as proclamações das ações efetivas. Almirantes eram substituídos sem que o bloqueio do Prata adquirisse eficiência; oficiais do exército imperial entravam em combate sem sequer conhecer suas tropas; no Rio Grande do Sul e no Rio de Janeiro, mercenários alemães rebelaram-se por falta de pagamento e foram submetidos a ferro e fogo. Despropósitos similares ocorriam do lado argentino. As duas jovens nações queriam de fato empenhar-se em uma queda-de-braço, mas lhe faltavam os músculos.

Isto acontecia porque a guerra é um empreendimento caro; as lutas de libertação nacional apenas se viabilizam porque seu preço é pago pelos próprios participantes, o povo, o que não ocorre com as

invasões, bloqueios e operações convencionais em que se empenham militares. Faltavam recursos, e os banqueiros ingleses não estavam dispostos a emprestar dinheiro quer a brasileiros quer a argentinos, porque não lhes convinha o pleito de um país ou do outro.

A diplomacia inglesa se movia para transformar Montevidéu numa colônia de interesse estratégico, como várias outras que se haviam instalado pela América nos últimos anos do século XVIII e na primeira década do século XIX: Jamaica, Bermudas, índias Ocidentais e Trindade, parte de Honduras, Belize, Guiana e Tobago. Diante das circunstâncias, o Primeiro-ministro Caning admitia protelar esse projeto relacionado com planos militares globais para o Atlântico Sul — que determinaram, quase 90 anos depois, a tomada pela Grã-Bretanha das Ilhas Malvinas, ou Falklands, no extremo Sul do continente — mas não aceitava quer a ampliação da base territorial do Brasil quer o controle argentino das duas margens do Estuário do Prata. A independência uruguaia era uma saída razoável.

As pressões internacionais não se limitaram, certamente, à simples recusa em financiar as operações militares do Império e das Províncias Unidas. Houve protestos diplomáticos contra os abusos da esquadra que bloqueava o Prata e contra as operações de corsários com carta-patente de Buenos Aires. Os Estados Unidos reclamaram. Uma esquadra francesa, sob o comando do Almirante Roussin, chegou a fazer uma demonstração de força, cruzando a barra do Rio de Janeiro, a 6 de julho de 1828, para exigir providências de D. Pedro I.

Mas a questão financeira é fundamental para compreendermos os conflitos do Sul e, em particular, a guerra do Paraguai contra a Tríplice Aliança: se países economicamente frágeis não conseguiam no século XIX, e não conseguem hoje, fazer guerras convencionais com recursos próprios, é certo que só podem adquirir intensidade aquelas guerras que consultam os interesses das grandes potências. São elas que definem se dado conflito terá desdobramento esporádico, caminhando afinal para a mesa de arbitragem, ou se assumirá o caráter contínuo e brutal das grandes conflagrações.

A Inglaterra foi mestra nessa política de enfraquecer resistências nacionais, submeter países fazendo-os guerrear entre si, para cobrar do sobrevivente a dívida dos empréstimos, com juros. Toda vez que não interessavam aos ingleses, os confrontos motivados por ambições menores, desafios ou rixas de fronteira definham à míngua de recursos. Essa é uma sábia lição de política internacional, que se aplica a todos os países pobres colocados em área de hegemonia de uma grande potência.

Um dado mostra para que lado pendia o poder na América do Sul no ano de 1828, quando o Uruguai obteve a independência: de 470 navios que deram entrada no porto do Rio de Janeiro, 266 eram de bandeira inglesa e 151 dos Estados Unidos. Os negócios iam bem,

se consideramos indicadores como exportação e importação (equilibradas) e o ritmo da atividade econômica.

Mas, em 1829, o Banco do Brasil, principal agente do desenvolvimento interno, foi fechado, inesperadamente, “sob a pressão apaixonada do ódio político, dos boatos exagerados de gestão desonesta e campanhas de descrédito”, como escreve Pandiá Calógeras: retardava-se o processo de expansão do crédito. Nos anos seguintes, a situação monetária experimentou rápida deterioração: a cotação do mil-réis caiu de 61,5 pence para 21,5 pence, de 1829 a 1830; a fabricação de moedas de cobre pelo Governo e por particulares (falsificação ampla e impune) chegou a tal descontrole que todas as moedas tiveram de ser recolhidas, tarefa que só se concluiu em 1837.

No Uruguai, uma assembleia constituinte convocada por Lavalleja escolheu José Rondeau para governar provisoriamente o país; ele entrou, a 1º de maio de 1829 em Montevidéu, abandonada dias antes pelas forças brasileiras. A 10 de setembro aprovou-se a Constituição, jurada a 18 de julho de 1830. Coube a Rivera — o mesmo que ocupara as missões gaúchas — o cargo de primeiro presidente constitucional do País. Contra ele se ergueu inutilmente Antonio Lavalleja, em 1832; expulso, refugia-se no Brasil e asila-se em Buenos Aires. Repete a tentativa em 1834, cruzando o Rio Uruguai, perto de Higuerritas, no Departamento de Colônia: mais uma vez é obrigado a escapar pelo Norte. O segundo presidente constitucional, eleito a 1º de março de 1835, foi o General Manuel Oribe. Dessa vez quem se rebela é Rivera: uma primeira tentativa, segue o caminho de Lavalleja e, após a derrota em Capintería, asila-se no Rio Grande do Sul.

Na segunda tentativa, em outubro de 1837, perde em Durazno, ataca Paissandu e finalmente bate Oribe em Palomar. Numa última tentativa de manter-se no poder, o Presidente nomeia comandante da Marinha o Almirante Brown, que estava a serviço do governante da Argentina, Rosas. Isto desagrade aos franceses, que na época sitiavam Buenos Aires; a eles se alia Rivera para ocupar a Ilha de Martín García. A 21 de outubro de 1838, Oribe renuncia, quatro meses antes do final de seu mandato. Aliado aos franceses, Rivera apoia militarmente a invasão de Entre-Rios por Berón de Astrada, Governador de Corrientes, em luta contra o regime de Buenos Aires: em Pago Largo, a 31 de março de 1839, os invasores são repelidos, Berón morre e 800 de seus soldados são decapitados.

A ERA DOS CAUDILHOS E DAS CAVALGADAS

Já se vê que a situação na Argentina não era em absoluto pacífica: processava-se prolongado confronto entre os *unitaristas* — partidários da supremacia da capital, Buenos Aires — e

os *federalistas*, em sua maioria caudilhos provinciais temerosos de perder o próprio poder e influência. O Congresso Constituinte que se reunira em 1824 havia aprovado, ao impacto da guerra com o Brasil, uma *lei fundamental*, editada em janeiro de 1825, que confiava *provisoriamente* a Buenos Aires o poder executivo das Províncias Unidas.

Durante o governo de Rivadavia — o mesmo que tentou a qualquer custo fazer a paz com o Brasil — haviam-se aprovado outras leis, declarando Buenos Aires capital do país e ela submetendo as províncias. Tudo isso, no entanto, perdera validade com a ascensão de Manuel Dorrego, que era um extremado federalista. Logo que Lavalle desembarcou em Buenos Aires com o primeiro contingente das tropas que combatiam o Brasil, irrompeu uma sublevação — isto a 1º de dezembro de 1828. Dorrego deixou a capital e uniu-se a Juan Manuel Rosas, conseguindo reunir dois mil homens. Foram batidos em Navarro; entregue a Lavalle por uma traição, o presidente deposto morreu por fuzilamento. Mas Rosas recompõe suas forças, vence em Puente de Márquez e é eleito governador de Buenos Aires.

Nos primeiros três anos de governo, Rosas dispôs de poderes extraordinários. Quando quiseram reelegê-lo sem esses poderes, recusou a investidura e partiu numa expedição para matar os índios, coisa de que os chefes militares argentinos se ocuparam frequentemente em seus períodos de ostracismo, a ponto de exterminar quase todos os viventes da Patagônia. Enquanto isso, governava Juan Ramón Gonzales Balcarce; deposto, assume Juan José Viamonte; abdicando, segue-se Manuel Vicente Maza. Diante da renúncia deste, afinal, restaura-se Rosas no poder, com os tais poderes extraordinários que tanto prezava. Tudo isto se passou entre dezembro de 1832 e março de 1835.

Dessa vez, Rosas chegava para ficar. E ficou vinte anos, até fevereiro de 1852, quando brasileiros e uruguaios, aliados a uma dissidência argentina, o forçaram a refugiar-se na Inglaterra. Foram anos conturbados em que os documentos oficiais traziam legendas ameaçadoras:

Viva a Confederação Argentina!
Morram os selvagens unitários!

Para manter-se no poder em um país desunido pelas ambições caudilhescas, Rosas concertou com as províncias de Santa Fé, Corrientes e Entre-Rios um pacto chamado *do litoral*, a que se opôs outra liga, a *do interior*, reunindo as províncias a leste do Rio Paraná. As reações militares contra o ditador foram tantas que se deve numerá-las:

1. O *exército libertador* organizado em fins de 1838 na Província de Corrientes, aliado aos uruguaio de Fructuoso Rivera. Sob o comando do Governador Berón de la Estrada, foi derrotado em Pago Largo, a 31 de março de 1839, por uma tropa federal de Entre-Rios, comandada pelo também Governador Pascual Echagüe.

2. O exército constituído pela *legião Libertadora*, fundada em Montevideu em 1839, com o apoio do General Lavalle e de elementos da Província de Corrientes. Invadiu Entre Rios, venceu em Don Cristobal e foi derrotado por Echagüe em Sauce Grande. Lavalle passou a operar na Província de Buenos Aires até uma derrota decisiva, em Quebracho Herrado, a 28 de novembro de 1840, frente ao exército federal comandado por Manuel Oribe.

3. O levante que resultou do *Pronunciamento de Dolores*, em fins de 1839, ao sul da Província de Buenos Aires. Os revoltosos foram derrotados em Chascomús por forças federais comandadas por Prudêncio Rosas.

4. A coligação de províncias (*Coligação do Norte*) formada em 1840, a que se juntou Lavalle com os remanescentes da derrota de Quebracho Herrado. Teve êxitos parciais mas foi finalmente aniquilada em Famaillá e Rodeo del Médio, a 19 e 24 de setembro de 1841, pelas tropas de Angel Pacheco e Oribe.

5. A tropa organizada com base no Corpo de Reserva de Corrientes, que se formara por ocasião das operações do segundo exército libertador (o de Lavalle). Comandada pelo General Paz, derrotou o exército de Entre-Rios, comandado por Echagüe, em Caáguazú, a 28 de novembro de 1841.

6. A aglutinação de contingentes uruguaio com unidades das províncias de Corrientes e Santa Fé. Sob o comando do General Fructuoso Rivera, que combinava a condição de presidente do Uruguai com a contingência de militante da oposição a Rosas, na Argentina, dissolveu-se após a derrota de Arroyo Grande, em 6 de dezembro de 1842, frente às tropas de Oribe.

7. A união, em Corrientes, de elementos da província com uma divisão paraguaia de quatro mil homens, sob as ordens do General Paz. Dissolveu-se sem combater, um ano depois de formada (era 1846) em face de dificuldades internas de organização.

8. O *exército libertador* organizado e comandado pelo Governador da Província de Corrientes, Joaquim Madariaga, foi exterminado em Vences, a 27 de novembro de 1847, pelo exército federal do General Justo José de Urquiza.

Entre 1838 e 1840, Rosas teve problemas sérios com a França: a Argentina é acusada de exigir dos estrangeiros serviço militar de dois anos na Guarda Nacional, com base numa lei de 1821; fala-se ainda em represálias contra a prisão do litógrafo César Hipólito Bacle, nascido em Genebra e que vivia em Buenos Aires desde 1825.

Provavelmente o interesse real era o de assegurar a presença francesa nessa parte do mundo, conforme aquilo que se chama de *diplomacia das canhoneiras*.

De qualquer forma, o chefe da Estação Naval Francesa na América do Sul, Almirante Leblanc, dirigiu um ultimato a Rosas, em 1838, e, logo depois, bloqueou o porto de Buenos Aires com seus navios. Isto aconteceu quando as forças de Rivera acuavam as do Presidente Oribe no Uruguai; os franceses acertaram com Rivera operações conjuntas e ocuparam, com um destacamento franco-uruguaio, a ilha de Martin Garcia, no estuário do Prata (outubro de 1838).

Como bom caudilho latino-americano, Rivera cuidou, tão logo derrubado Oribe, de fazer concessões aos países poderosos — Inglaterra, Estados Unidos, França — em troca de apoio. Para isso, enviou à Europa José Ellauri, seu Ministro do Exterior. Mas Rosas cuidava também de outorgar concessões comerciais com idêntico propósito.

Pesando na balança essas ofertas conflitantes, os franceses terminaram escolhendo o ditador argentino: em fins de 1840, mandaram ao Prata, como representante diplomático, o Vice-almirante Armand de Mackau, que assinou um tratado de paz com Rosas. Buenos Aires recebeu de volta os navios apreendidos e a Ilha de Martin Garcia, sem que se desse a menor satisfação ao Uruguai: Rivera descobriu assim que a aliança do cordeiro com o lobo dura tanto quanto interessa ao lobo.

A França tem sido, na verdade, uma espécie de corsário entre os lobos: sem a condição hegemônica da Inglaterra, no século XIX, e dos Estados Unidos, no século XX, Paris conseguiu tirar proveito de sua tradição iluminista, influenciando no pensamento político e na vida cultural das elites da América Latina. Raros foram os escritores e ensaístas que conseguiram ser conhecidos regionalmente, além das fronteiras de seus países, sem antes terem o aval dos críticos franceses.

Paralelamente, as ações militares da França se caracterizam em geral pela descontinuidade, com a criação de situações conflituosas locais e de breve duração, desde a manobra de intimidação realizada pelo Almirante Rossin no Rio de Janeiro, em 1828, até o curioso episódio da *guerra da lagosta*, no Governo João Goulart.

A consequência mais ampla dessa política de duas faces tem sido assegurar uma presença e uma influência desproporcional à grandeza dos recursos investidos na política latino-americana: operações de prestígio que desconcertam os Rosas e os Riveras, irritam ingleses e americanos e estimulam

uma certa contestação de elite, por mais conservador que possa ser o governo parisiense.

AS RAZÕES DO RIO GRANDE A UM PASSO DA SECESSÃO

Enquanto essa complicada série de lutas internas, intrigas e intervenções se desenrolava na região do Prata, o Rio Grande do Sul via-se envolvido numa revolução liberal, federalista e republicana, os Farrapos. O alinhamento desses rebeldes com os governos e as forças de oposição no Uruguai e na Argentina acrescenta um pouco mais de sal e sangue a essa história de caudilhos e ditadores, cortando pampas e atravessando fronteiras imprecisas na sela de seus excelentes cavalos.

Conspirações que se faziam junto a fogueiras, debaixo de ponchos, batalhas entre um e outro chimarrão, soldados nutridos a charque e que festejavam vitórias nas churrascadas de gado que se requisitava sem qualquer documento, se havia e aparecia o dono: assim se formou a mística do gaúcho.

A paz de 1828 agradara os uruguaiois, que viram realizado o sonho de independência de Artigas, mas desagradara profundamente os rio-grandenses: haviam-se criado laços econômicos particulares ao longo da fronteira aberta durante o período de existência da Província Cisplatina. Aos eventuais pontos positivos do tratado de paz — o primeiro diploma internacional a consagrar o princípio da liberdade de navegação nos rios para barcos de todas as nacionalidades às suas margens — pareciam remotos diante de interesses regionais duramente atingidos. Traços dessa frustração marcam os sentimentos farroupilhas

Trava-se há um século, um debate tftil: foi a rebelião farroupilha separatista? Pretenderia ela, como outras tantas da época, em várias outras partes do país, fracionar o Brasil, ou apenas transformá-lo numa federação de Estados, como terminou acontecendo, em 1889, pelo menos no papel? Para quem gosta de questões desse gênero (foi Calabar traidor? era José Bonifácio *bom* ou *mau*? teriam os Vikings tocado a América antes de Colombo?) não se podem dar respostas conclusivas. Se tivéssemos uma, completa e satisfatória, acabaria a graça de perguntar e o prazer das discussões ociosas.

Na verdade, o que se chama de Guerra dos Farrapos foi um estado de conflito durável (de 1835 a 1845), com fases de exacerbação e outras de quase latência. Do ponto de vista social, assemelhou-se aos conflitos do Prata: ao contrário da cabanagem paraense, a elite da Província envolveu-se na rebelião, armada de proclamações liberais e ambições caudilhescas. Foi federalista todo tempo, republicana quase sempre, separatista em

bons momentos, pelas declarações indignadas de muitos personagens.

Na raiz da confluência de interesses e perspectivas para a revolta, atuou certamente uma crise econômica grave envolvendo fatores climáticos e que se acentuou com os desacertos da política do Império. Na forma de rebelião, atuaram aspectos culturais nitidamente gauchescos. Em sua retórica, o liberalismo que, expulso do restante do País, na sucessão de lutas que começou com a Revolução Pernambucana de 1817 e culminou na regência, terminou dando ao remanso dos pampas; uma inteligência racionalista do mundo e das coisas, que se expressa na geometria traçada pelo decreto de 12 de novembro de 1836:

O escudo d'armas do Estado Rio-grandense será de ora em diante de forma de um quadrado dividido pelas três cores, assim dispostas: a parte superior, junto à haste verde, e formada por um triângulo isósceles, cuja hipotenusa será paralela à diagonal do quadrado; o centro escarlate, formado por um hexágono, determinado pela hipotenusa do primeiro triângulo, e de outro igual e simetricamente dispostos, cor de ouro, e que formará a parte inferior.

Pode ser que tal brasão, como observou o Barão do Rio Branco, agrida as leis da heráldica; as reivindicações econômicas que recorria nada tinham de anômalas ou surpreendentes. Em linhas gerais, elas são as mesmas que figuram, por exemplo, no *Almanaque da vida de Porto Alegre*, escrito por Manuel Antônio de Magalhães, em 1808. Tão logo o Brasil tornou-se independente, os mesmos pleitos foram apresentados formalmente ao Imperador por um dos membros da Junta Governativa gaúcha, Francisco Xavier Ferreira.

Queixavam-se os rio-grandenses, antes de mais nada, dos impostos: 600 réis fortes por arroba de carne seca (charque) lhes parecia um absurdo. Os dízimos instituídos pela lei de 16 de abril de 1821 sobre couros, charque, mate, sebo, trigo e tudo mais que provinha dos campos do Sul irritavam a classe dominante local, formada por estancieiros. Os responsáveis pela política do Império, numa época em que predominavam os interesses do Leste-Nordeste, estavam voltados para a exportação de produtos tropicais da agricultura extensiva, como a cana e o algodão; era, afinal, mais fácil comprar a mercadoria embarcada em Buenos Aires e Montevidéu do que transportá-la do Rio Grande; pelo menos disso estavam convencidos os homens do *export-import-business*. Lembravam-se todos do Sul apenas na hora de tapar os buracos do orçamento, tão difícil de equilibrar: iam, então, a Porto Alegre, e carregavam o dinheiro; no início da

década de 30, chegavam a levar anualmente 800 contos, deixando na Província uns cento e poucos.

Boa parte dos gaúchos estava engajada no Exército, ao longo de uma fronteira permanentemente tumultuada. No entanto, como escreve Batista Pereira,

Raros ascendiam aos altos postos, reservados aos membros do Partido Português. O direito de propriedade era um mito. A metrópole não gastava dinheiro com o Exército. É frequente, segundo as crônicas da época, verificarem-se atrasos de oito, nove e dez anos no pagamento do soldo. Como vivia essa gente? De um modo muito simples: à custa de requisições. A requisição era o espantinho geral. Só se eximiam às suas rapinas os irmãos-da-ópa, os companheiros e sócios de pilhagem. A requisição era verbal, não deixava um só documento com que a vítima pudesse mais tarde reivindicar o seu direito. Além das requisições, pesava sobre os habitantes do Rio Grande a tortura do aboletamento.

Os estancieiros, ainda os que não se envolviam nas guerras, eram forçados a hospedar e alimentar exércitos, o que transformava o Rio Grande numa espécie de *estalagem do Império*, como disse Bento Gonçalves em seu manifesto de 29 de agosto de 1838. Não há, de fato, patriotismo ou prosperidade que resistam a esse esvaziar de bolsos.

O Rio Grande do Sul foi uma das últimas grandes regiões a serem incorporadas ao território do Brasil. Primeiro, porque a linha do Tratado de Tordesilhas (1496) não a incluía como posse de Portugal. Depois, porque ali não se aclimatavam os gêneros tropicais que a mentalidade da metrópole tanto privilegiava. Só algumas décadas depois da instalação, em 1680, da Colônia do Sacramento, à margem do Rio da Prata, pelos portugueses, as primeiras correntes de povoadores vindos de São Paulo atingiram as planícies onduladas do pampa.

A ocupação obedeceu a conveniências estratégicas, e não àquela lucratividade imediata que estimulou a montagem dos engenhos por todo o litoral. Sua base econômica será a pecuária, a que se prestam magnificamente os campos, e o único produto de exportação apreciável, nos primeiros tempos, terá sido o couro. A agricultura, principalmente do trigo, restringiu-se às áreas litorâneas próximas de Porto Alegre e da Ilha de Santa Catarina (Florianópolis), tanto por causa das dificuldades de transporte quanto pelo interesse português de não permitir ao Brasil auto-suficiência econômica: os produtos que melhor dão ali são exatamente os mesmos que a colônia importava da Europa, dos grãos às frutas.

Guerras incessantes, ainda depois que o Tratado de Madri Portugal cedeu aos espanhóis a Colônia do Sacramento em troca do reconhecimento da soberania portuguesa sobre o Rio Grande, marcaram a história local até pelo menos 1777, quando o Tratado de Santo Ildefonso as desestimulou. Seguiu-se um período de paz de quase 30 anos; nesse período houve uma explosão de riqueza, devida sobretudo à indústria do charque. A pecuária do Norte vinha decaindo; havia gado em abundância nos campos do Sul; as charqueadas se expandiram, incontrolavelmente. Em 1793, a região exportava 13.000 arrobas; no início do século XIX, quase 600 mil.

O regime de propriedade era também original. Não proveio das capitanias. Os colonos tiveram de ser motivados a se deslocar, já que não havia promessa de grandes lucros nem agricultura extensiva que justificasse o uso em massa da mão-de-obra escrava. Vieram das camadas pobres de Portugal, sobretudo dos Açores, esses cidadãos, cujo transporte foi fornecido pelo Estado e cujas terras, inicialmente pouco extensas, estavam demarcadas à espera.

Mas para o interior, predominariam as estâncias de até 600 quilômetros quadrados, onde o gado se espalhava até o excelente limite de 1.500 a 2.000 cabeças por légua (6 km²). Os peões, índios e mestiços assalariados cuidavam desses bois à razão de um homem para quatro ou cinco mil cabeças. A contingência da guerra favoreceu, por outro lado, o surgimento de uma população pobre (sem terras) e de grande mobilidade, porém necessária e armada, portanto não miserável – a cavalo, como no Norte, porém relacionando-se com o mundo de modo bem diverso dos vaqueiros do sertão.

A independência modificou pouco esse quadro que, afinal, permaneceu em linhas gerais e no detalhe dos tipos. A vocação militar, a fábula aventureira, uma certa arrogância e empáfia, aliada a uma cozinha menos rica de imaginação mas infinitamente mais rica em proteínas, formaram o tipo gaúcho, como ele aparece na História e no folclore. Nem as intensas correntes de migração europeia no final do século XIX conseguiram modificar isso: o que mais houve foi a integração do imigrante europeu ao modo e ser da região.

O descontentamento que se manifestava na década de 1830, às vésperas da Revolução Farroupilha, teve componentes incidentais, como a praga da ferrugem que dizimou por essa época as plantações de trigo. E influíram contingências, como a secção do território uruguaio, depois de se ter, durante décadas, estimulado a expansão de colonos e negócios por dentro da Província Cisplatina.

Os estancieiros do Sul acharam, com bons motivos, que tinham levado a pior. A derrota de Passo do Rosário (Ituzaingó) jamais passou pela garganta dos gaúchos. Eles culparam o

Marquês de Barbacena, Caldeira Brant, um dos tais comandantes de exército enviados de fora da região. Quadras escritas pelo então Alferes Davi Francisco Pereira, e que se repetiram na tradição local, dão a medida desse descontentamento:

*A desgraça do governo
nos levou a tal estado
que deu valor ao inimigo,
fez o exército desgraçado.*

*Bravos heróis se perderam
faz, pasmar a triste cena,
devido à rude vileza
do General Barbacena.*

*Como condutor de negros
que trouxesse do Valongo,
conduziu a nossa gente
muito pior que o Rei Congo.*

Depois de Passo do Rosário ou Ituzaingó, as paixões políticas no Rio Grande do Sul foram novamente motivadas pela abdicação de D. Pedro I, a 7 de abril de 1831. Os liberais exultaram. Seus opositores — que foram chamados de *portugueses, galegos, caramurus, restauradores, retrógrados, absolutistas e legalistas* — reagiram tratando de reativar em vários pontos do país a Sociedade Militar, que tinha uma face secreta ou conspiratória. Em Porto Alegre, este movimento se organizou em torno do jornal *Continentino*.

Em 1831, agruparam-se os liberais, por sua vez, na Sociedade Defensora da Liberdade e Independência Nacionais, que funcionou em Rio Grande, Pelotas, Rio Pardo e Jaguarão. Lá iniciaram um tipo de ação que lhes valeu o apelido de *exaltados*, equivalente a *radical* no jargão político de hoje. Opuseram-se sucessivamente aos governos de Manuel Antônio Galvão e de José Mariani, apontados como títeres dos *caramurus*, através de um trabalho de agitação realizado na província e de contatos junto à Corte. Após viagens ao Rio de Janeiro do Coronel *Bento Gonçalves da Silva* e do Major João Manuel de Lima e Silva (comandante do 8º Batalhão de Caçadores e irmão do regente, General Francisco de Lima e Silva), conseguem a nomeação de novo Presidente da província, Antônio Rodrigues *Fernandes Braga*, bem como a transferência para Santa Catarina de alguns chefes do partido *Caramuru*.

Para se sentir o clima político da época, nada melhor do que a notícia de *O Recopilador Liberal*, de 31 de maio de 1834:

Na noite de 28 do passado mês chegou felizmente a esta capital o Exmo Sr. Antônio Rodrigues Fernandes Braga, presidente da Província. Às oito horas da noite de 29, dirigiu-se à casa de S. Exa. um número concurso de povo com a música do 8.º Batalhão de Caçadores, que, tocando maravilhosamente, entreteve S. Exa. e todos os espectadores por longo espaço de tempo. (...) Na noite de 30 do mencionado mês e na do 1.º corrente, repetiram-se os mesmos festejos, entoando-se iguais vivas, que foram sempre correspondidos com um entusiasmo superior a toda expressão. S. Exa. foi visitado por quase todos os habitantes da cidade e até mesmo por alguns da seita retrógrada. Os edifícios particulares apareceram espontaneamente iluminados desde a noite de 29 de abril até a de 3 de maio, excetuando-se somente as casas desses indignos caramurus, que, vendo perdida sua influência, jamais podiam regozijar-se com esta mudança.

Apesar de todo esse apoio liberal, Braga não conseguiu evitar o agravamento da crise. É provável que não houvesse como administrar a província sem se compor com os *caramurus*, que detinham posições decisivas na sociedade; por isso ou, como pareceu na época, por se ter deixado dominar pelo irmão, Pedro Chaves, diretor do *Correio Oficial*, ele acabou desagradando aos *exaltados* sem conseguir agradar de todo ao partido *português*.

A 24 de outubro, chegaram a Porto Alegre as notícias de reformas consideradas liberais e que a Assembleia decretara, no Rio de Janeiro, em agosto. Foi o pretexto para que se realizasse uma passeata cívica, em que se misturavam atitudes de exaltação ao governo central e de crítica ao governo provincial. Pedro Chaves, irmão do presidente da província, organizou às pressas uma tropa com mercenários, ocupou militarmente o Arsenal e tiroteou o povo.

Rodrigues Braga estava em Rio Grande e chegou dias depois, com a situação já serenada, graças à intervenção de Bento Gonçalves, que para isso viera de Jaguarão. Mas o relato que lhe fizeram da situação, ou os compromissos que tinha, foram de tal ordem que a comunicação enviada ao Rio de Janeiro era um quase disparate: dava conta da ameaça de anexação do Rio Grande ao Uruguai e à Argentina, para ele inspiradores da subversão. A Corte respondeu que estava a braços com problemas políticos e movimentos revolucionários em outros pontos do País e que não tinha meios de intervir com rapidez.

Novos tumultos ocorrem em Cachoeira e Rio Pardo, aí como desdobramento remoto do assassinio, no sábado de Aleluia de 1834,

de um negro que protestava pela malhação de um judas mulato, com chifres e pés de cabra — alusão provável ao liberal José Mariano de Matos. O crime motivou uma *vendetta*: a morte por um bando de assaltantes mascarados do Juiz de Paz Casemiro de Vasconcelos Cirne, que aceitara uma denúncia contra Mariano.

Na abertura da Assembléia Legislativa da Província criada pelo Ato Adicional de 1834, Fernandes Braga voltou a acusar o partido liberal de separatismo e apontou os chefes da suposta conjuração entre os próprios deputados: Bento Gonçalves, Magalhães Calvet, Marciano Pereira Ribeiro, *Bento Manuel Ribeiro* e outros. Era 20 de abril de 1835 e o agravamento da situação tornara-se incontestável.

Indícios apoiavam as acusações de vinculação entre o movimento liberal e o governo argentino de João Manuel de Rosas, que, do Uruguai, conspirava com Antonio Lavalleja contra Fructuoso Rivera:

1. Lavalleja atravessava frequentemente a fronteira do Brasil, acompanhado de um brasileiro, o Padre José Antônio Caldas. Nascido em Alagoas, Caldas participara da revolução de 1824, fugira da Fortaleza de Santa Cruz e, no Uruguai, tornara-se capelão militar.
2. Tanto Bento Gonçalves quanto Bento Manuel Ribeiro eram aliados de Lavalleja: o primeiro, por amizade; o segundo, provavelmente, porque detestava Fructuoso Rivera.
3. Em 1834, Rosas enviara a Porto Alegre a mulher de Lavalleja, Ana de Monteroso, uma bela emissária que desenvolveu ali contatos de natureza política, afora o êxito mundano.
4. No mesmo ano de 1834, fora expulso do Brasil o uruguaio Manuel de Ruedas, que dirigia o jornal *O Recopilador Liberal*. Sucedera-o na direção do jornal outro dos acusados de separatismo por Fernandes Braga, José de Paiva Magalhães Calvet.

De qualquer forma, ao se interromperem os trabalhos da Assembléia, a 19 de junho, a luta política já se deslocava do plenário para as sociedades secretas e a fronteira retorna a Porto Alegre. Conspira. A 18 de setembro, está perto da cidade, em Pedras Brancas, quando José Gomes de Vasconcelos Jardim e Onofre Pires da Silveira Canto, com uma pequena força de 60 homens, atravessam o Guaíba e vão acampar no Alto da Azenha. A 19, o presidente da Província pede ao vice-cônsul português Vitório José Ribeiro a ajuda de navios ancorados no porto. O vice-cônsul deu ordens neste sentido aos marinheiros dos barcos de Portugal, mas nada adiantou. Na noite de 19, luta-se em Azenha e é morto o Visconde de Camamu. Os legalistas — algumas dezenas — fogem. Na madrugada do dia 20, a coluna rebelde penetra em Porto Alegre, e a ela adere o 8º Batalhão de

Caçadores. Fernandes Braga foge para Rio Grande, a bordo da escuna *Rio-grandense*, levando o dinheiro do Tesouro e da Alfândega. A 21, Bento Gonçalves empossa no Governo o 4.º Vice-presidente da Província, Marciano Pereira Ribeiro.

A consolidação do movimento pelo interior da Província demorou um mês. Antes de abandonar Rio Grande com destino ao Rio de Janeiro, Fernandes Braga tentou obter o apoio de militares uruguaios e escreveu duas cartas altamente comprometedoras a Manuel Oribe, Presidente do Uruguai. Os esforços para internacionalizar o conflito provincial partiram, então, dos mesmos que haviam acusado os rebeldes de estarem a serviço de interesses estrangeiros.

No Rio de Janeiro, o Governo regencial nomeou para pacificar a Província José *de Araújo Ribeiro*, que chegou a Porto Alegre dia 8 de dezembro, com a posse marcada para o dia seguinte. Mas coincidiu que na mesma data o Brasil expulsou o Vice-cônsul de Hamburgo em Porto Alegre, que se tornara inimigo de Braga ao determinar aos alemães da colônia de São Leopoldo que se mantivessem neutros durante as lutas entre os rebeldes liberais e os conservadores no poder. Por isso — ao menos alegadamente por isso — a Assembléia recusou-se a dar posse ao novo presidente, que terminou assumindo o cargo em Rio Grande, perante o Conselho Municipal.

A duplicidade de poderes originou nova divisão, contrapondo-se Bento Gonçalves e seu antigo aliado Bento Manuel Ribeiro, que tomou o partido de Araújo Ribeiro. A mobilização de soldados se fez pelos dois grupos na colônia alemã de São Leopoldo; nesse trabalho, destacou-se, do lado liberal, Hermann von Salisch, professor de música e de línguas que, tendo vindo na Europa como oficial mercenário, assentara-se na vida civil e dirigia o jornal *O Colono Alemão*. Extremamente ousado, esse Hermann chegou a discursar, em alemão, para seus compatriotas, nas barbas de Gaspar *Mena Barreto*, partidário de Araújo Ribeiro.

Em fevereiro travaram-se os primeiros combates, com a derrota de Bento Ribeiro em Passo do Capané. Dias depois, o marinheiro liberal Tobias dos Santos Robalo explode o barco *Minuano*, sob seu comando, para evitar que os legalistas o capturem. Segue-se a vitória de Bento Manuel sobre a força de Afonso José de Almeida Corte Real em Passo do Rosário — que representou uma *révanche* por inteiro para os inimigos de Bento Gonçalves. Mas em Pelotas, sob o comando de João Manuel de Lima e Silva, tio do Duque de Caxias, os liberais venceram, aprisionando Manuel Marques de Souza. Um ataque contra Porto Alegre, comandado por José Inácio da Silva Ourives, o *Juca Ourives*, é repellido pelo mesmo Lima e Silva, a 12 de abril. Desde 3 de março de 1836 a possibilidade de reconciliação desaparecera, em face da decisão do Governo Imperial transferindo as repartições públicas de Porto Alegre para Rio Grande.

Os *farrapos* — já então caracterizados como força política em ação insurrecional — perderam Porto Alegre a 15 de junho. Poucos meses depois, a 4 de outubro, Bento Gonçalves rende-se a Bento Manuel, no cerco da Ilha da Fanfa, no Rio Jacuí.

"INDEPENDÊNCIA, REPÚBLICA, LIBERDADE OU MORTE"

Esses acontecimentos no Sul — e seus desdobramentos até 1840 — passaram-se enquanto o Brasil vivia uma experiência quase republicana, a das regências. E que, quando D. Pedro I abdicou, seu filho, que deveria imperar, tinha cinco anos (nascera a 2 de dezembro de 1825). A Constituição previa a regência por um parente do imperador, mas não havia; por isso, a Assembléia deveria eleger três regentes, com mandato de quatro anos. Estando o Legislativo em recesso, os senadores e deputados que estavam no Rio escolheram um trio provisório, constituído pelo Brigadeiro Francisco de Lima e Silva (líder militar do movimento liberal que conduziu a abdicação de D. Pedro I), os senadores Joaquim *Carneiro de Campos*, Marquês de Caravelas, e Nicolau Pereira de Campos *Vergueiro*. Com exceção do Ministério da Fazenda, o Gabinete era o mesmo que caíra a 5 de abril.

A Regência Trina Definitiva começou a 17 de junho de 1831, depois de decretada a anistia ampla dos crimes políticos e a Lei de 17 de junho que definiu atribuições do regime regencial. Foram eleitos o mesmo Lima e Silva e mais os deputados José da Costa Carvalho (futuro Marquês de Monte Alegre) e João Bráulio Muniz. Foi um período extremamente agitado, em que se afrontaram, por todo o País, tanto liberais exaltados (*jurujubas* ou, como seriam chamados no Sul, *farrroupilhas*) e restauradores (*caramurus*), quanto membros desses dois partidos e os liberais moderados (*chimangos*). A Sociedade Defensora da Liberdade e Independência Nacional, por exemplo, que no Rio Grande se opunha à Sociedade Militar *caramuru*, foi fundada pelo *chimango* Evaristo da Veiga, redator da *Aurora Fluminense*. Na extrema-esquerda do espectro político institucional, pregava-se a queda do Império: a 2 de outubro de 1830, saíra o primeiro número do jornal *O Repúblico*, de Antonio Borges da Fonseca que, embora se proclamasse a princípio monarquista, logo assumiria posições mais claras, sempre sob uma epígrafe do *Contrato Social*, de Jean- Jacques Rousseau: "Povos livres, lembrai-vos desta máxima: a liberdade pode-se adquirir mas, depois de perdida, não se pode recobrar." Borges da Fonseca editou seu jornal em 1831-1832 na Paraíba, onde exerceu o cargo de secretário do Governo, e até no Recife, onde esteve por pouco tempo. De abril de 1834 a março de 1837, *O Repúblico* voltaria a circular no Rio de Janeiro e um de seus temas permanentes de cam-

panha era o adiamento da maioridade de D. Pedro II para quando ele tivesse 25 anos — pela metade do século.

Os anos de 1834 e 1835 foram de reformas políticas importantes no âmbito nacional. Pelo Ato Adicional à Constituição do Império, de 12 de agosto de 1834, decidiu-se pela entrega do cargo de regente a uma só pessoa; paralelamente, criou-se o Município Neutro (origem do primeiro Distrito Federal, no Rio de Janeiro) e procedeu-se à descentralização administrativa, criando-se as assembleias legislativas provinciais. A situação do País no período pode ser medida pelo número de rebeliões que se registravam por todo o território: as *abriladas* (uma *exaltada*, outra *restauradora*, de 1832); as do Ceará (1831-32), de Pernambuco (1832-35), do Pará (1831-33 e 1835-37); da Bahia (1837-38); do Maranhão (1838-41); do Rio Grande do Sul (os *farrapos*, 1835-45).

Para a primeira regência una, que começou a 12 de outubro de 1835, foi eleito o Padre Diogo Antônio Feijó, a quem coube afrontar, além da primeira fase da Rebelião Farroupilha, um conflito com o Vaticano relacionado à nomeação de bispos e que antecipou a Questão Religiosa, de importância na história do Segundo Império. Feijó renunciou a 18 de setembro de 1837, nomeando antes Ministro do Império o Senador Pedro de Araújo Lima, para que este, na forma da Constituição, o sucedesse. Na administração Araújo Lima, subiu ao poder o Partido Conservador, que resultou da fusão dos liberais *moderados* com os *restauradores*. A força política resultante tornou inevitável não só um retrocesso nas medidas descentralizadoras do Ato Adicional como a decretação da maioridade do príncipe Pedro: a primeira dessas providências teve substância na Lei Interpretativa do Ato Adicional, de 12 de maio de 1840; a segunda, pouco depois, a 23 de julho, com a proclamação da maioridade legal de D. Pedro II, aos 14 anos. Foi o tempo da Cabanagem no Pará, da Sabinada e da Balaiada, no Maranhão; e ainda tempo de Farrapos.

Uma análise do período indica um avanço contínuo das posições conservadoras, ou, em outras palavras, um deslocamento para a direita dos liberais moderados ou *chimangos*, que terminaram aliando-se aos *caramurus*, antes inimigos radicais. Com isso, foram-se isolando os republicanos e os liberais mais extremados ou sinceros, que partiram para levantes armados, no Norte e no Sul. O Partido Liberal, que se oporia aos conservadores no Segundo Império, não pretendia representá-los; na realidade, com a coroação de D. Pedro, o gabinete *liberal* empossado tinha como metas a fiscalização das rendas públicas, rigorosa economia e combate ao movimento farroupilha.

A Revolução Farroupilha coincidiu com as mudanças institucionais de 1834-1835. Seus reveses de 1836 ocorreram durante a regência de Feijó. E foi aí mesmo que a rebelião se proclamou republi-

cana. Isto aconteceu longe do Rio Jacuí, onde Bento Gonçalves era derrotado; mais precisamente, nos campos do Seival, onde, a 10 de setembro, as forças legalistas do Tenente-coronel Silva Tavares, contando 600 homens, foram derrotadas pelas de Antônio de Sousa Neto, em número bem inferior: houve 180 mortos na tropa imperial, 60 feridos e 160 capturados. A 11, ali mesmo, Sousa Neto proclamou a República, saudada em versos:

*O dia 10 de setembro foi um dia soberano em que no Seival
soou o grito republicano.*

Em sua proclamação, no Campo dos Meneses, o comandante dirigiu a palavra aos "Companheiros da 1ª Brigada de Cavalaria":

*Nossos compatriotas, os rio-grandenses, estão dispostos
como nós a não sofrer por mais tempo a prepotência de um
governo tirano, arbitrário e cruel, como o atual. Em todos os
ângulos da província não soa outro eco que independência,
república, liberdade ou morte. Este eco majestoso, que tão
constantemente repetis, como uma parte deste solo de ho-
mens livres, me faz declarar que proclamamos nossa inde-
pendência provincial, para o que nos dão bastante direito os
nossos trabalhos pela liberdade e o triunfo que ontem
obtivemos sobre estes miseráveis escravos do poder absoluto.
Camaradas! Nós, que compomos a 1.ª brigada do exército li-
beral, devemos ser os primeiros a proclamar, como proclama-
mos, a independência desta província, a qual fica desligada
das demais do Império, e forma um Estado livre e indepen-
dente, com o título de República Rio-grandense, e cujo mani-
festo às nações civilizadas se fará competentemente.*

Quem era Souza Neto? Que levou a esta proclamação, logo enviada a todas as cidades e vilas da Província que, a começar por Jaguarão (que aclamou Bento Gonçalves "chefe e protetor da República"), a aprovaram, em grande maioria? Antes de mais nada, a desforra seria o motivo, dado o que parecia inexplicável surdez do Governo Central diante dos reclamos vindos do Sul. Mas também a pregação de dois liberais republicanos, Joaquim Pedro Soares e Manuel Lucas de Oliveira. Estes haviam formado sua opinião política com base em *Zambeccari*, diretor de *O Republicano*, jornal de Porto Alegre, mas, sobretudo, nas idéias do *Padre* José Antônio Caldas, revolucionário da Confederação do Equador (1824) e que, na época, atuava duplamente no Brasil e no Uruguai (com Lavalleja).

Caldas chegou a editar, na fronteira, o jornal *O Telégrafo* e manteve correspondência constante com vários dos rebeldes farrou-

pillas. Se Caldas queria ou não unir o Rio Grande do Sul ao Uruguai, é uma questão de resposta difícil; provavelmente, suas idéias se situavam ao nível do regime político, e não das fronteiras geopolíticas, erro de perspectiva comum aos liberais em geral, de que resulta a criação de pequenos países frágeis, incapazes de resistir, militar, econômica ou culturalmente, à dominação imperialista.

A proclamação do Campo dos Menezes, no entanto, prosperou em boa parte dado o afastamento temporário de Bento Gonçalves, que não era então confessadamente republicano e, mesmo depois, pensava na República como parte de uma Federação. Foi isso mesmo que declarou, em documento que marcou seu retorno à vida pública, a 29 de agosto de 1838:

Perdidas as esperanças de se concluírem com o governo de S. M. Imperial uma conciliação fundada nos princípios da justiça universal, os rio-grandenses, reunidas as suas municipalidades, solenemente proclamaram e juraram a sua independência política, debaixo dos auspícios do sistema republicano, dispostos todavia a federar-se, quando nisso se acorde às províncias irmãs.

A 6 de novembro de 1836, reunidos na Vila do Piratini, sede do governo da nova República, os vereadores gaúchos elegeram presidente Bento Gonçalves e, no seu impedimento, deram posse a José Gomes de Vasconcelos *Jardim*, o mesmo que chefiara a coluna para a tomada de Porto Alegre a Fernandes Braga. Gomes Jardim era fazendeiro e dono de uma casa de saúde em Pedras Brancas, embora não fosse médico; fabricava remédios, atendia os doentes, gozava de grande popularidade e de prestígio entre os principais da Província.

Seis dias depois, foi publicado o decreto criando a bandeira, o brasão e as armas. Mas os tempos eram difíceis e uma das primeiras medidas do novo governo é tentar a pacificação da Província, estabelecendo contato com Bento Ribeiro através do caudilho uruguaio Fructuoso Rivera. Nada se consegue. No dia 4 de janeiro de 1837, Souza Neto, o general que restava aos republicanos, é atacado de surpresa por Bento Ribeiro e tem de fugir, atravessando a fronteira uruguaia; perdeu cinco canhões, mas reentrou, dias depois, pelo Pirai.

Em março, a situação novamente modificou-se. Dois importantes prisioneiros do Império, Onofre Pires e Afonso Corte Real, fugiram da fortaleza de Santa Cruz, no Rio de Janeiro, e retornaram ao Sul. Mas o principal acontecimento foi o conflito entre o presidente da Província, designado por Feijó, e Bento Ribeiro, comandante das forças legalistas. O presidente, Brigadeiro Antero José Ferreira de Brito, repreende Bento Ribeiro, de cuja lealdade suspeita, viaja para

inspecionar suas tropas e é preso no Passo de Itapevi. Bento Ribeiro não tem outra saída senão aderir à facção republicana, comandando uma força que ele mesmo organiza, na melhor tradição caudilhesca.

No plano geral da situação militar, o governo imperial contava, nesta etapa, com as praças de Porto Alegre e Caçapava, cujo comandante, João Crisóstomo, iria, no entanto, render-se ao já republicano Bento Manuel, a 7 de abril. O mesmo Bento Manuel bateu a força do Marechal Sebastião Barreto Pereira Pinto, nas margens do Arroio Santa Bárbara, a 5 de junho, e a tropa imperial do Coronel Manuel dos Santos Loureiro, na Coxilha do Espinilho, a 30 de outubro. Em 12 de agosto, Souza Neto venceu outro contingente legalista, do Coronel Gabriel Gomes Lisboa, na Vila do Triunfo.

Bento Gonçalves, que fora levado ao Rio de Janeiro e, depois, à Bahia, conseguiu fugir a 10 de setembro do Forte do Mar e retornou ao Sul no início de novembro. A 16 de dezembro, tomou posse na presidência da República, em Piratini, num instante em que tudo parecia ir militarmente muito bem para os farroupilhas.

GARIBALDI, A REPÚBLICA JULIANA, O BARÃO DE CAXIAS

Enquanto esteve preso no Rio, Bento Gonçalves forneceu uma carta de curso ao aventureiro italiano Giuseppe *Garibaldi*. Este, extremado patriota em seu país (é um dos heróis da unificação da Itália), chegara ao Brasil como marítimo no barco francês *Nautonier*. De posse da carta de duvidoso valor (expedida pela provável futura República Rio-grandense), armou um pequeno barco, *Mazzini*, e apreendeu o mercante *Luisa*, carregado de café. A bordo do capturado *Luísa* — que transformara, num passe de mágica, em nave de guerra — seguiu rumo a Montevideú. Em Maldonado, foi perseguido pela polícia, que o aprisionou em São Gregório. Expulso do Uruguai dois meses depois, junto com outro carbonário italiano, Luigi *Rossetti*, viajou para o Rio Grande e chegou a Piratini dias antes do retorno de Bento Gonçalves. Assim se incorporou à Revolução Republicana, como capitão-tenente incumbido de organizar uma esquadra. Rossetti ficou em Piratini, para organizar a imprensa oficial; nela, iria editar *O Povo*, órgão oficial da República que circulou de 1º de setembro de 1838 a 22 de maio de 1840.

Esse jornal republicano, por obra das convicções de seu redator, emprestou à revolta farroupilha as cores ideológicas do grande carbonário *Mazzini* (daí o nome do primeiro barco corsário de Garibaldi). Constantemente saíam em suas páginas traduções de textos da principal obra política desse autor, *Jovem Itá-*

lia, espécie de código da mocidade republicana da Península. Já o primeiro número tinha como epígrafe uma frase do livro:

O poder que dirige a revolução tem que preparar os ânimos dos cidadãos aos sentimentos de fraternidade, de modéstia, de igualdade e desinteressado e ardente amor à Pátria.

Embora tal aproximação com os ideais mazzinistas não encontrasse muita resposta ou conseqüência na jovem e conturbada República Farroupilha, Rossetti dedicou-se honestamente a difundir os e acreditava no sentido de seu trabalho político. Terminaria morrendo no Sul quando, na interminável tentativa de fechar o cerco a Porto Alegre, Bento Gonçalves foi atacado por forças imperiais no Passo do Vigário, perto de Viamão (então Setembrina) e perseguido até o Amorrím, afluente do Jacuí, no Município de Cachoeira.

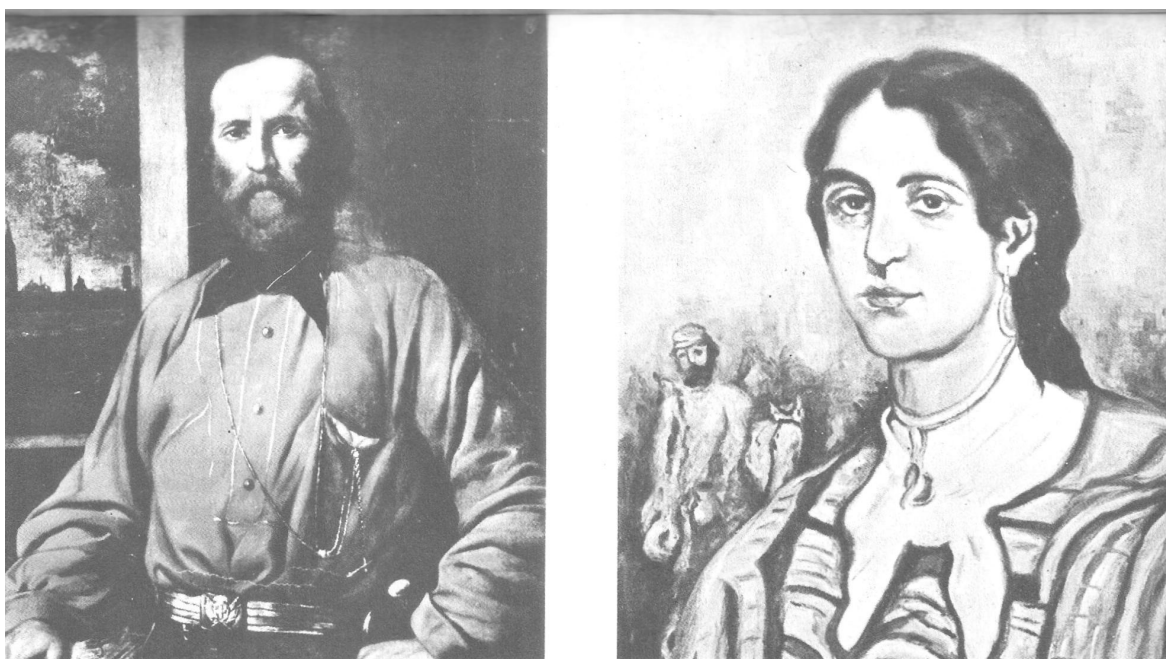
Garibaldi não ficou muito tempo sem navios; pelo menos dois recebeu logo em 1838, capturados por Bento Manuel Ribeiro num encontro, nas margens do Rio Caí, contra as tropas do Presidente da Província, Marechal Antônio Elisário de Mirante e Brito. Em abril do mesmo ano, a República Farroupilha ganhou, de uma só vez, a praça de guerra de Rio Pardo, quartel-general dos imperiais, uma banda de música e um maestro que lhe arranhou um hino, adaptando para os necessários fins marciais uma valsa vienense então em voga. A Praça de Rio Pardo era defendida pelo Marechal Sebastião Pereira Pinto e por José Joaquim de Andrade Neves. No ataque concentraram-se os principais chefes farroupilhas, desde Bento Gonçalves a Souza Neto e Bento Manuel. A banda de música foi capturada inteira, após a debandada das forças imperiais e, com ela, o Maestro Joaquim José Mendanha. Tanto os músicos quanto seu chefe voltariam à legalidade por igual destino, o resgate militar, em 1840; daí em diante, a revolução prosseguiu sem música.

Quanto a Garibaldi, desligou-se dos farrapos, depois de intensa participação nas campanhas militares, em 1841. Perseguido até se internar no Uruguai, lá decidiu abandonar a vida de aventureiro e dedicar-se ao comércio. Com esse objetivo, procurou o encarregado de negócios do Brasil em Montevideu e pediu anistia, com base em decreto firmado meses antes. Em 26 de março de 1842, na Igreja de São Francisco, em Montevideu, Garibaldi casou-se com Anita de Jesus Ribeiro, catarinense que conhecera no Brasil e ao lado de quem combatera.

Foi em 1838 que se iniciou o assédio a Porto Alegre. E no mesmo ano teve seu batismo de fogo o que se tornaria o mais eficiente dos comandantes militares do lado imperial, Francisco

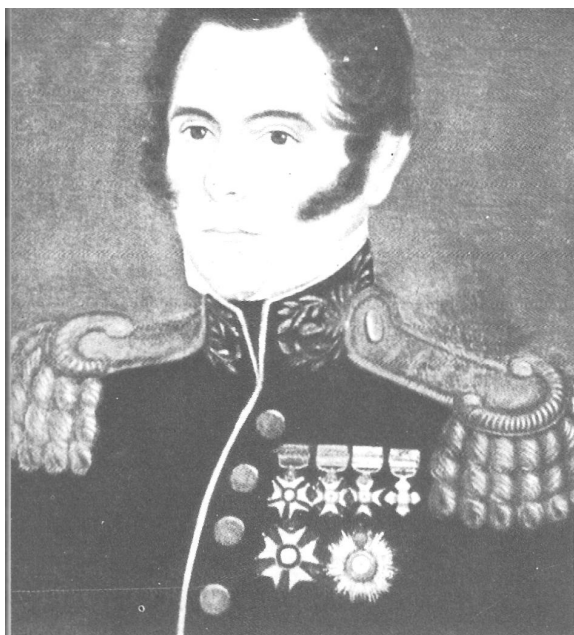
Pinto de Abreu, o *Chico Pedro* ou *Moringue*; a estréia, no entanto, foi com derrota, em Camaquã, diante do Tenente-coronel Rafael Fortunato de Abreu. A República cuidava de seu reconhecimento, enviando embaixadores ao Prata e ao Paraguai, onde reinava em paz o ditador Francia.

O desastre começou realmente em 1839. Primeiro, a República perdeu sua sede, Piratini, constantemente assediada pelas forças do Império; a 14 de fevereiro, o Governo se transferiu para Caçapava, mais ao centro do Rio Grande do Sul. Segundo, lançaram-se os farroupilhas à aventura da campanha de Santa Catarina, que lhes raspou os cofres magros e, mais do que qualquer outra coisa, alertou a Corte no Rio de Janeiro para a gravidade que o movimento republicano poderia assumir se se estendesse a outras províncias.



Giuseppe e Anita Garibaldi uniram-se no curso da revolta farroupilha: ele, um aventureiro italiano; ela, uma catarinense que o acompanhou nas batalhas e chegou à substituí-lo no comando.

Foto Biblioteca Nacional



Foi Bento Gonçalves (à esquerda) quem deu a carta de corso a Garibaldi. Davi Canabarro, (à direita) ao lado do italiano, fundou em 1839 a efêmera República Juliana; caberia ao mesmo Canabarro, seis anos depois, reconhecer por escrito o término da guerra.
Foto Biblioteca Nacional

Para a invasão do território catarinense e a proclamação, ali, da efêmera República Juliana, Garibaldi deixou parte de sua modesta esquadra protegida pelas águas rasas das lagoas interiores e sob o comando de Zeferino Dutra. Quanto aos dois melhores navios — o *Seival* e o *Farroupilha* — ele os levou para mar alto, onde um deles, o *Farroupilha*, foi a pique. Garibaldi, que estava a bordo, por pouco não morreu. Enquanto isso, as forças terrestres marchavam, com *Davi José Martins Canabarro* à frente, rumo a Laguna, onde se projetava o encontro com o contingente embarcado.

A operação combinada efetivou-se a 22 de julho, quando o *Seival* penetrou no Rio Tubarão, destruiu o lanchão *Imperial Catarinense* (a que o comandante, José de Jesus, mandou atear fogo) e capturou outro, o *Lagunense*. Sob ocupação iminente, Laguna foi evacuada: lá Garibaldi capturou a escuna *Itaparica* (rebatizada com o nome de *Rio Pardo*) e o lanchão *Santana*. Em menos de seis meses, no entanto, tanto Garibaldi quanto Canabarro foram forçados a deixar a cidade; a força terrestre tentou ainda manter a República Juliana em Curitibaanos, mas logo teve que evacuar essa praça, em janeiro de 1840. Para Santa Catarina, foram deslocadas forças imperiais poderosas, sob o comando do General Labatut.

Se a invasão de Santa Catarina revelou um grande erro dos revolucionários — o aventureirismo — outro episódio, na mesma época, pôs em evidência uma fraqueza ainda mais grave: a falta

de um cimento ideológico capaz de impedir cometimentos de individualismo. Bento Manuel Ribeiro, um dos esteios do poder militar farroupilha, declarou-se neutro na guerra civil, movido por um ressentimento pessoal: haviam promovido um oficial que ele repreendera por insubordinação, o baiano Francisco José da Rocha. Um terceiro passo significativo foi o pacto firmado, em meados de 1839, entre a República Farroupilha e os uruguaio Rivera e Lavalleja, unidos contra o argentino Rosas e sua tese de federar, sob o comando de Buenos Aires, os países antes submetidos ao Vice-reinado do Prata. Desse acordo os farroupilhas se beneficiaram sobretudo com a possibilidade de adquirir novas armas; sem dúvida, porém, os contatos externos e o engajamento nas complicadas questões políticas do Prata foram mais um sinal de alerta à Corte, que cedo tomaria providências drásticas e eficazes para assegurar seu domínio no Sul do País.

Militarmente, a vitória de *Joaquim Mariano Aranha*, Giuseppe Garibaldi e *Joaquim Teixeira Nunes* (companheiro de Canabarro na luta de Santa Catarina) sobre a força legal do Brigadeiro Francisco Xavier da Cunha, em Santa Vitória, foi logo compensada por derrota do mesmo Teixeira Nunes diante do Tenente-coronel Antônio de Melo e Albuquerque, comandante da Guarda Nacional, em Forquilha. Os republicanos foram também vencidos na sanga da Bananeira, perto de Porto Alegre.

Num esforço para mostrar vitalidade, o Governo Republicano convocou, em Capaçava, eleições à Assembléia Constituinte. Ao mesmo tempo, negociava-se uma reconciliação com o Governo Imperial — que tornaria sem sentido a pretendida constituição republicana — através de prolongadas negociações. Chegou a acontecer, primeiro, em Viamão, um encontro de Bento Gonçalves com o Marechal Gaspar Francisco *Mena Barreto*. Alguns meses depois, a 30 de novembro de 1840, o paulista Alvaro Machado, em nome do Império, propôs aos republicanos um tratado de paz, rejeitado afinal pelo próprio proponente diante das condições apresentadas na resposta.

Surgiram nitidamente desentendimentos entre os chefes farroupilhas. Sousa Neto, o mais republicano e separatista deles, opôs-se ferozmente a qualquer acordo, afirmando que, "enquanto tivesse mil piratinenses e dois mil cavalos", não deixaria de lutar. Mas essa posição já era irrealista, como o próprio Garibaldi percebeu, ao decidir refugiar-se no Uruguai e buscar a proteção do asilo imperial. Em 1841, nova convenção secreta firmada por Bento Gonçalves e Fructuoso Rivera resulta em maior afluxo de armas para o prosseguimento de uma campanha já sem motivos para se ter esperança.

Após uma série de derrotas — que culminou com a perda da cidade de São Gabriel, em 28 de outubro de 1841, e com o revés de Rincão Bonito, de onde só os comandantes conseguiram fugir — os farroupilhas terminaram transferindo a capital para Alegrete, onde se

conservariam até junho de 1843. Paralelamente, prosseguiu o esforço para normalização administrativa da República com a eleição da Assembléia Constituinte: dentre os deputados eleitos a 1º de setembro de 1842, o mais votado foi o vigário apostólico Francisco das Chagas, com 3.025 votos. Compunham a assembléia oficiais, fazendeiros, médicos, advogados e comerciantes.

A notícia da nomeação do Barão (depois Duque) de Caxias, Luís Alves de Lima e Silva, para o governo da Província do Rio Grande do Sul e o comando das forças imperiais chegou a Alegrete em outubro de

A 1ª de dezembro, era empossada a Assembléia Constituinte, num clima de desentendimentos e intrigas de que nos dá conta a correspondência mantida por Bento Gonçalves, por essa época, com alguns amigos, como Manuel Lucas de Oliveira. A este, ele escreveu, em 11 de novembro de 1841:

Ah, meu amigo! Eu ando tão desgostoso que, a não ser o amor da pátria e liberdade que me domina todo, preferiria a morte a ocupar o cargo que tenho! Tal é a desesperação, em que me têm posto certos homens, que se dizem republicanos, e que estão longe de o ser como está a noite escura, do claro dia!

Ao findar-se o ano de 1842, tais dissensões e desesperos se haviam aprofundado. Ao dar posse aos deputados, por exemplo, Bento Gonçalves abriu sua fala pregando, mais uma vez, a federação com as demais províncias brasileiras:

É assim que seu poder se debilita e se aproxima o dia em que, banida a realeza da terra de Santa Cruz, nos havemos de reunir para estreitar os laços federais à magnânima nação brasileira, a cujo grêmio nos chama a natureza e nossos mais caros interesses.

Quando essas palavras foram ditas, já se sabia do rápido esmagamento dos movimentos revolucionários ocorridos em maio, em São Paulo, e em junho, em Minas Gerais, ambos capazes de se articular com o movimento farroupilha. Tratava-se de um esforço derradeiro dos liberais e republicanos alijados do poder pelo processo político centralista e conservador q

ue culminara com a decretação da maioria de D. Pedro II. Em São Paulo, o levante, liberado pelo Partido Liberal, começou em Sorocaba, sob o comando do Coronel Rafael Tobias de Aguiar, que, a 17 de maio, foi proclamado presidente da Província. O cargo, no entanto, foi imediatamente transferido a Diogo Antônio Feijó, antigo regente do Império e indicado vice-presidente da República que os revoltosos pretendiam implantar. A marcha so-

bre São Paulo, a capital, foi marcada por uma série rápida de vitórias; a 23, porém, com a chegada do Barão de Caxias, que assumiu o comando das tropas imperiais, essa tendência sofreu imediata reversão. De derrota em derrota, os rebeldes terminaram capitulando em Sorocaba, onde Caxias prendeu o velho Padre Feijó.

Os últimos republicanos em armas foram batidos a 12 de julho. Rafael Tobias de Aguiar escapou para o Rio Grande do Sul onde foi capturado pelas forças imperiais a 12 de dezembro.

O movimento revolucionário mineiro começou a 10 de junho de 1842, em Barbacena, quando foi proclamado presidente o Barão de Cocais, Tenente-coronel José Feliciano Pinto Coelho da Cunha, do Partido Liberal.

A 6 de agosto, o Barão de Caxias, incumbido de repetir em Minas o que acabara de fazer em São Paulo, desembarcou em Ouro Preto. Treze dias depois, fugia o presidente revolucionário, Barão de Cocais; a 20 de agosto, era derrotado o último reduto revolucionário, Santa Luzia e, a 1º de setembro, de volta a Ouro Preto, Caxias proclamava a pacificação de toda a Província.

De qualquer forma, a proposta federativa levantada por Bento Gonçalves ao empossar a Assembléia sulina foi amplamente rejeitada no projeto de Constituição da República Rio-grandense, divulgado em 3 de fevereiro de 1843. O artigo 1º dessa proposta constitucional proclamava:

A República do Rio Grande é a associação política de todos os cidadãos rio-grandenses. Eles formam uma nação livre e independente, que não admite com qualquer outra laço algum de união, ou federação, que se oponha à independência de seu regime interno.

A República estava, então, sediada em Alegrete; ela deixara Caçapava em 1840, instalando-se sucessivamente em São Gabriel, Itaquatiá, Bagé, Cacequi. Em fins de 1843, a capital retornou a Piratini por algum tempo e, no final, permaneceu em peregrinação pelo Sul do Estado.

A Assembléia, longe de unir os farrapos, mostrou suas divergências mais profundas, que se evidenciam nas matérias de dois efêmeros jornais oficiais que sucederam a *O Povo: O Americano e Estrela do Sul*. As intrigas acompanhavam o deslocamento da capital. Em 1843, Bento Gonçalves foi acusado de mandar matar um dos vice-presidentes, Antônio Paulo da Fontoura (o crime, na verdade, parece ter tido fundo passional, envolvendo um episódio de adultério bem distante da política) e, por isso, renunciou à presidência, passando-a então para José Gomes de Vasconcelos *Jardim*.

Os ventos sopravam para as velas do Império e de sua estrela, o Barão de Caxias. O atual patrono do Exército Brasileiro era, já então, a figura acabada de um vencedor. Foi ele o rebento mais notável de uma família de militares: bisavô, avô, pai (Francisco de Lima e Silva, regente do Império) e todos os tios (do mais velho, Manuel Fonseca Lima e Silva, ao mais novo, Luís Manuel de Lima e Silva, passando pelo Visconde de Magé e por João Manuel, que foi assassinado em 1837) foram generais. Sua primeira ação em combate foi em 1823, nas lutas pela independência na Bahia; depois, um jovem capitão, combate na guerra da Cisplatina; major, esteve presente nas fileiras do Batalhão do Imperador, por ocasião da abdicação de 7 de abril; participa da repressão às abriladas; derrota o povo rebelado na Balaiada do Maranhão; sufoca, já com o título de barão, e o posto de general, os levantes liberais de São Paulo e Minas Gerais. E parte para o Sul, disposto a fazer a mesma coisa.

O FIM DOS FARRAPOS: UMA PAZ HONROSA

Já em fevereiro de 1843, Caxias, marechal, dá nova divisão ao Exército legalista em três unidades de dois mil homens cada, sob o comando dele próprio, do General Filipe Néri de Oliveira e do Coronel João da Silva Tavares. Antes, teve ele o cuidado de mobilizar efetivos locais que não participavam da luta por vários motivos; em particular, obteve o apoio de Bento Manuel Ribeiro, que, em 1839, rompera com a República mas se comprometera a não combatê-la.

A 26 de maio de 1843, trava-se a primeira batalha importante dessa fase da luta. Em Poncho Verde, enfrentaram-se Bento Manuel Ribeiro, de um lado, e os comandantes farroupilhas Bento Gonçalves, Davi Canabarro e Sousa Neto, de outro. Segundo o relato de Chico Pedro, em suas *Memórias*, os legalistas fizeram prisioneiros, mas os rebeldes capturaram cavalos e bagagens. Para o Barão do Rio Branco, no entanto, em suas *Efemérides*, o resultado foi uma vitória do Império.

Os republicanos, pela mesma época, perderam sua capital, Alegrete; em outubro, foram batidos em Canguçu por Chico Pedro. Bento Gonçalves escapou a pé. Uma nova divisão do Exército Imperial, feita em setembro, destinou comandos ao próprio Barão de Caxias (dois mil homens, sediados em Bagé e São Gabriel), a Bento Manuel (3.500 homens, sediados em Alegrete) e a Chico Pedro (mil homens, espalhados pelo território entre os rios Camaquã, São Gonçalo e Jaguarão). As vitórias sucederam-se, a partir daí: Encruzilhada, Jaguari oriental, Jaguarão, Santa Rosa, São Xavier. O mesmo destino teriam os combates de 1844,

apesar das vitórias farroupilhas em Cerro da Palma e em algumas escaramuças, a guerra, já perdida, marcou-se pela perseguição das forças de Chico Pedro a unidades farroupilhas que cruzavam a fronteira com o Uruguai, em Porongos e no Arroio Grande, onde morreu o Coronel Joaquim Teixeira Nunes, companheiro de Davi Canabarro, no episódio da República Juliana.

A essa altura, no último trimestre de 1844, já se negociava abertamente a capitulação. Após um encontro decisivo dos emissários farroupilhas Francisco das Chagas Martins d'Avila e Souza, Antônio Vicente de Fontoura e Ismael Soares (este representando Bento Gonçalves) com o Barão de Caxias, estabeleceram-se condições extraordinariamente honrosas de capitulação. Fontoura viajou ao Rio para submetê-las ao ministério liberal, que as aprovou. A 25 de fevereiro de 1845, o documento foi assinado. Segundo ele, o presidente da Província do Rio Grande seria indicado pelos republicanos, o Governo Imperial se incumbiria de pagar a dívida externa da República Rio-grandense, aceitaria em suas forças os militares rebeldes que desejassem continuar em serviço, manteria em liberdade os escravos incorporados ao exército farroupilha, garantiria a segurança individual e a propriedade e reconheceria as decisões republicanas quanto a questões civis, salvo as de "nulidades escandalosas".

Na realidade, uma nova aventura militar aguardava os gaúchos: a guerra do Império contra a ditadura de Rosas na Argentina, a que se referiu Davi Canabarro, no manifesto em que anunciou a reconciliação com a Corte, a 28 de fevereiro de 1845. Relatava ele:

Um poder estranho ameaça a integridade do Império, e tão estólida ousadia mais deixaria de ecoar nos corações brasileiros. O Rio Grande não será o teatro de suas iniquidades, e nós partilharemos a glória de sacrificar os ressentimentos criados no furor dos partidos ao bem geral do Brasil. Conciadãos! Ao desprender-me do grau que me havia confiado o poder que dirigia a revolução, cumpre-me assegurar-vos que podeis volver tranqüilos ao seio de vossas famílias. Vossa segurança individual e vossa propriedade estão garantidas pela palavra sagrada do monarca, e o apreço de vossas virtudes confiado ao seu magnânimo coração. União, fraternidade, respeito às leis e eterna gratidão ao ínclito presidente da Província, o Ilustríssimo e Excelentíssimo Sr. Barão de Caxias pelos afanosos esforços que há feito na pacificação da Província.

NA REVOLUÇÃO DOS PATRÍCIOS, O POVO FICOU DE FORA

O desfecho da rebelião farroupilha, tanto quanto eu desdobramento, evidenciam um fato que é muito destacado pelos historiadores contemporâneos quando se referem às lutas do tempo do império: a existência de dois pesos e duas medidas, para as rebeldias populares, repressão a ferro e fogo; para os levantes conduzidos por dissidências da classe dominante, cavalheirismo generoso. Foi esse, sem dúvida, o caso da longa campanha dos farrapos.

Um episódio ocorrido em abril de 1840 ilustra esse caráter peculiar da guerra sulina. Bento Gonçalves e outros chefes (Garibaldi à frente da infantaria) atacaram a Vila de São José do Norte, que era um ponto estratégico importante, e lá se travou luta muito sangrenta, envolvendo um total de dois a três mil homens. Não havia meio de conquistar a posição, a não ser atear fogo às casas, o que Bento Gonçalves não quis ordenar. E quando, em seu acompanhamento, a alguma distância, faltou remédio para seus feridos, ele os mandou pedir ao comandante inimigo, Coronel Antônio Soares de Paiva, que atendeu à solicitação. Em troca, Bento Gonçalves libertou os prisioneiros que tinha.

A Revolução Farroupilha foi conduzida por fazendeiros, fidalgos e militares de carreira, que operavam com efetivos geralmente limitados e móveis (daí a infinidade de batalhas, nenhuma decisiva); uma guerra em que se aplicavam princípios de civilidade que inexisteram em outras circunstâncias, quando se tratava efetivamente de combater o povo em armas — na cabanagem ou Balaiada, por exemplo.

Em toda luta — até mesmo num conflito de esquina, quando se despertam sentimentos de honra — ocorrem episódios de bravura individual, revelam-se lideranças e competências inesperadas para o raciocínio tático e estratégico. No caso da revolta farroupilha, não faltaram cronistas para anotar esses feitos, de um lado e de outro, e os relataram à posteridade, incluídos na literatura dos historiadores oficiais. Chega a ser exorbitante tanta bravura amontoada nesses textos.

Mas a bravura, nas rebeliões populares, será sempre esquecida, atribuída a fantismo ou a loucura. São loucas as multidões, heróicos os cavalheiros

NO URUGUAI, DEPOISDE ROSAS, IMPUSERAM FLORES

Quando a Revolução Farroupilha começou, o pêndulo da política brasileira tendia ainda para os liberais; quando de seu término, dez anos depois, estavam os conservadores definitivamente postados no Governo, embora um dos partidos que se alternavam no poder tivesse o nome de liberal. Achara-se, afinal, a fórmula que assegurava o poder às oligarquias rurais, compostas com os interesses financeiros da Inglaterra.

Uma paz desse tipo era o que não se conseguia nas repúblicas do Prata. Em dezembro de 1839, o caudilho uruguaio Fructuoso *Rivera* derrotou, em Cagancha, forças de Oribe, Urquiza e Lavalleja, apoiadas pelo argentino Rosas. Dois anos depois no mesmo mês de dezembro, a réplica foi desastrosa para o Uruguai: em Arroyo Grande, quando tropas de Rosas a mando de Oribe bateram Rivera, capturando a artilharia, cavalos, bandeiras e bagagens. Montevideú preparou-se para um sítio prolongado, confiando ao General Paz a defesa dos 30 mil habitantes, dois terços dos quais seria de estrangeiros. Oribe, por sua vez, instala o governo em Villa Unión; Rivera é afinal batido, para não mais se recompor, em março de 1845, em Índia Muerta, por um exército sob o comando de Urquiza, refugiando-se no território brasileiro, de onde, daí em diante, executará apenas operações de guerrilha apoiadas por uma esquadra francesa. Batido em Cerro de las Animas, em janeiro de 1847, é desterrado pelos próprios aliados, que suspeitam de negociações em separado que ele estaria entabulando com Oribe.

No Prata, apenas Montevideú resistia a Rosas — uma cidade isolada, cujo governo era exercido por Joaquin Suarez. Quando o sítio começou, em 16 de fevereiro de 1843, os residentes franceses e ingleses dirigiram um apelo às esquadras de seus países no Prata; era o pretexto para uma intervenção que, na realidade, já se vinha efetivando desde bem antes: em janeiro, por exemplo, a esquadra argentina, sob o comando do Almirante Brown, fora forçada a não executar o projeto de bombardeio da cidade.

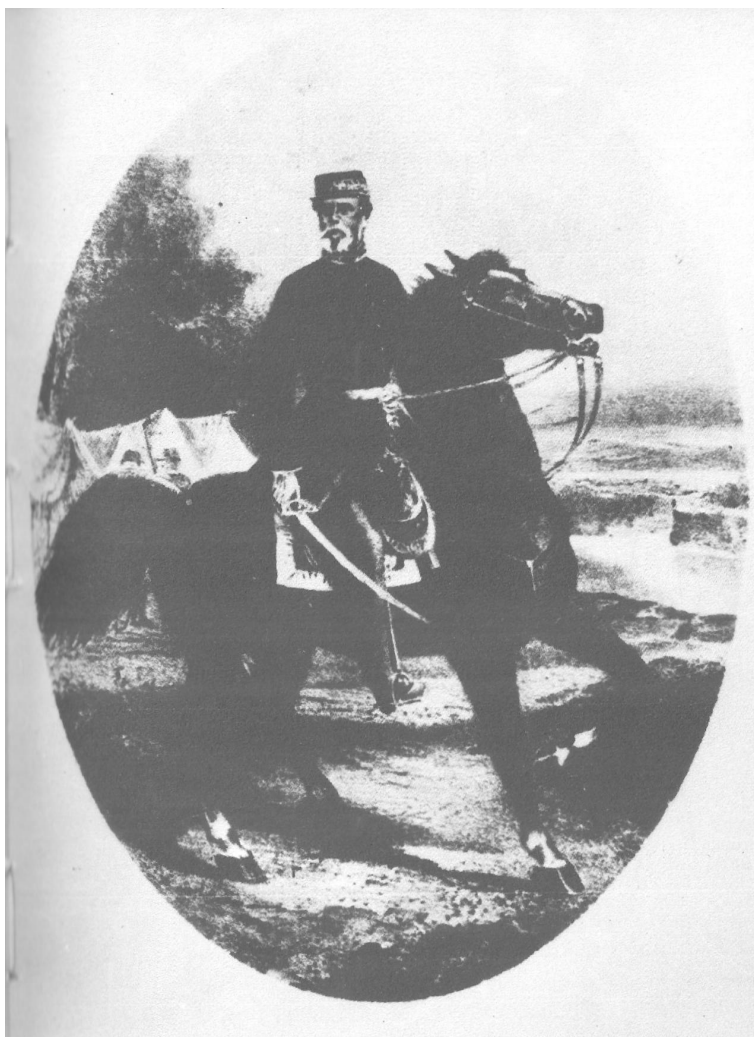
O Império articulou-se com esses interesses para o combate a Rosas. Em 1844, o Visconde de Abrantes, Miguel Calmon Du Pin e Almeida, viajou à Europa, para negociar a manutenção dos itens da Convenção Preliminar de 1828, que estabelecia a independência uruguaia. Ao mesmo tempo, João Lins Vieira Cansanção de Sinimbu, o Visconde de Sinimbu, viajava a Montevideú, buscando um tratado de aliança com a cidade sitiada. Em agosto de 1845, diante dessas providências, o embaixador de Rosas no Rio de Janeiro, General Tomás Guido, pediu seu passaporte e se retirou, interrompendo as relações diplomáticas.

No Sul, ingleses e franceses, depois de algumas tentativas para forçar uma composição com Rosas — para quem seu aliado Oribe era o governante efetivo do Uruguai — partem para rápida ação militar.

Capturam a esquadra do Almirante Brown, retomam a Ilha de Martin Garcia, bloqueiam Buceo, o porto utilizado por Oribe, destroem o sistema de defesa montado para impedir a navegação do Rio Paraná (grossa cadeia de ferro apoiada em 24 barcos e defendida por baterias terrestres).

Assim, os interesses mais imediatos estavam atendidos e se asseguravam condições de força para a barganha; em breve, primeiro os ingleses, depois os franceses, deixavam Montevideu à própria sorte. Em 1849, Henry Southern, pela Inglaterra, firmou tratado com Rosas, declarando o Paraná rio interior da Argentina (com óbvio prejuízo para o Paraguai e o Brasil), devolvendo os navios mercantes apreendidos e restaurando a soberania argentina sobre a Ilha de Martin Garcia.

Poucos meses antes, o Almirante Le Predour, pela França, ajustara acordos distintos com Rosas e Oribe, chegando a propor aos sitiados de Montevideu que permitissem a entrada de Oribe em troca de uma promessa de eleições gerais.



O Barão de Porto Alegre, Manuel Marques de Sousa, foi incumbido por Caxias, em outubro de 1861, de iniciar uma nova etapa da campanha do Prata: a luta contra Rosas.
Foto Biblioteca Nacional

A questão de assegurar a sobrevivência de um Uruguai não incorporado às províncias do Prata, conforme os entendimentos de 1828, transferia-se à inteira responsabilidade do Império do Brasil, que para isso não deveria contar com a ajuda ou cooperação das grandes potências.

Em nota de abril de 1847, o Império comunicou a Rosas que não reconhecia Oribe como presidente uruguaio, assinalando, embora, que não recorreria a ações militares. Estas, porém, começaram em dezembro de 1849, quando o Barão de Jacuí, Coronel Francisco Pedro de Abreu, iniciou uma série de incursões no território uruguaio, a pretexto de responder a ataques militares de contingentes de Urquiza. O Império alegava ainda sua neutralidade, mas é sintomático que, tendo prendido o Barão, logo o libertasse. Esse foi o motivo da ruptura das relações diplomáticas, segundo as alegações que ocorreram na Argentina na época.



Caberia ao Presidente da Argentina, Bartolomeu Mitre, o comando da primeira fase das operações militares do Exército da Tríplice Aliança. Na ilustração, ele aparece com um ajudante.
Foto Biblioteca Nacional

Montevideu recebia um subsídio francês de 40 mil pesos; em julho de 1850, o Governo da França reduziu-o para 32 mil pesos mensais e o Brasil, através do Visconde de Mauá, Irineu Evangelista de Souza, passou a socorrer a cidade sitiada com 18 mil pesos por mês, na forma de um empréstimo a juro de seis por cento; mais quatro mil pesos foram acrescentados a esse montante em dezembro do mesmo ano.

A frente contra Rosas estava em franca articulação, envolvendo não só os defensores de Montevideu e os brasileiros, mas também os governos das províncias argentinas de Entre-Rios (Urquiza) e Corrientes (Virasoro), que se sentiam prejudicados em seus interesses comerciais com o predomínio de Buenos Aires. A 16 de março de 1851, anunciou o Brasil que se dispunha a defender Montevideu; a 1º de maio, Urquiza declarava-se disposto a "reassumir o exercício das faculdades inerentes à sua soberania", cedidas a Buenos Aires.

Finalmente, a 29 de maio de 1851, Silva Pontes, representante do Brasil, Herrera y Obs, representante do Uruguai, e Antônio Cuyas y Sampere, delegado de Entre-Rios, firmaram o "convênio para uma aliança defensiva, a fim de manter a independência e de pacificar o

território da República do Uruguai". Era a aliança contra Oribe e, por extensão, a guerra contra Rosas.

Diante disso, impunha-se organizar um exército no Sul do Brasil, onde o efetivo disponível era de apenas 5.136 praças (a maior parte dos contingentes deslocara-se para Pernambuco, onde combatia a Revolução Praieira). Quem recebeu a tarefa? Inevitavelmente, Caxias. Para o comando da esquadra, designou-se o Almirante John Pascoe *Greenflell*, que, para o começo das operações, contou com uma fragata, quatro corvetas, dois brigues, um brigue-escuna e dois vapores. A 4 de setembro de 1861, Caxias já dispunha de 16.200 homens prontos, 8.900 homens dos quais na cavalaria e 800 homens operando os 23 canhões da artilharia.

Não chegou esse exército a combater Oribe. A tropa de Urquiza, mais leve, já em julho estava em território uruguaio e a 27 de agosto marchou em direção a Montevideú. No dia 4 de outubro — 18 dias antes da data prevista para a reunião dos contingentes brasileiros, no Passo de Cuello (Rio Santa Lúcia) — já defrontava Oribe, que capturou a 10 de outubro. Diante disso, Caxias acampou com o grosso de suas tropas na Colônia do Sacramento, à margem do Prata; lá designou uma divisão, sob o comando do Brigadeiro Manuel Marques de Souza, Barão de Porto Alegre, para a nova etapa da campanha: a luta contra Rosas.

Nos termos do que ficou combinado em Montevideú a 31 de novembro de 1851, o Brasil participaria com esse efetivo e mais o apoio da esquadra, passando intervir com o grosso de sua tropa se isto se tornasse necessário; cederia, por empréstimo, a Entre-Rios e Corrientes, a quantia de cem mil patacoes, no prazo de quatro meses; forneceria duas mil espadas e os suprimentos de armas e munições que lhe fossem requisitados. Urquiza ficou com o comando do que se chamaria na Argentina *Ejército Grande de la América del Sur*.

Ainda em dezembro de 1851, começou o Exército Grande a travessia do Paraná, operação que durou 16 dias, sem que se pudesse usar qualquer tipo de ponte: 28 mil homens e toda sorte de bagagens e peças pesadas tiveram que transpor uma massa líquida que, na vante, tem 1.200 metros de largura. Já no lado argentino do rio, puseram-se em marcha, através de Santa Fé e Buenos Aires. O choque ocorreu a 3 de fevereiro de 1852, junto ao Arroio Morón e a derrota de Rosas foi tão contundente que ele renunciou em documento escrito a lápis e foi abrigar-se na legação inglesa, de onde embarcou no navio *Ceutor* e deste trasladou-se ao *Conflict*, ambos da Marinha britânica. Partiu para a Europa e lá ficou residindo em Southampton, onde faleceu em março de 1877, aos 84 anos.

Urquiza penetrou triunfante em Buenos Aires a 18 de fevereiro de 1852. A 1º de março, a divisão brasileira começava a retornar a Montevideú. Os tratados firmados com a República do Uruguai a 12

de outubro do ano anterior haviaM solucionado no interesse do Brasil todos os problemas pendentes, desde os limites (mais para o Sul do que os estipulados em 1828) até questões de comércio e navegação (ficavam os rios limítrofes sendo considerados brasileiros, numa situação jurídica absurda que mais tarde se modificou, fixando-se a doutrina de condomínio das águas).

A 15 de fevereiro de 1852 abriram-se solenemente as sessões ordinárias da Assembléia do Uruguai. Nas eleições logo convocadas para a presidência, foi eleito *Juán Francisco Giró*, um partidário de Oribe. Ainda assim — não sem muitas tensões diplomáticas e a intervenção conciliadora de Urquiza — os tratados de outubro de 1851 terminaram sendo reconhecidos.

O Governo de Giró não demorou muito: a 25 de setembro de 1853, enfrentando forte agitação que já provocara, a 18 de julho, um levante militar, o presidente asilou-se na legação da França. O poder passou a ser exercido por um triunvirato de caudilhos, Venâncio Flores, Lavalleja e Rivera: um mês depois, morre Lavalleja; dois meses e meio mais tarde, Rivera. Sozinho no poder, Venâncio Flores faz-se eleger para completar o período para o qual fora eleito Giró. Durante essa complicação política ficou patente a falência, na prática, da cláusula do tratado de 1852 que previa a interferência armada brasileira toda vez que se pretendesse depor um governante eleito no Uruguai. Giró tentou utilizá-lo quando desafiado pela rebelião, mas a resposta foi negativa. Flores formulou idêntico pedido. A 20 de março de 1854, Senado e Câmara uruguaiois aprovaram a entrada no país de uma divisão brasileira de quatro mil homens, comandadas por Francisco Félix da Fonseca Pereira Pinto.

Presentes os brasileiros em Montevideu, ocorreu um motim conservador, a 28 de agosto de 1855, contra o Presidente Flores; a tropa de Pereira Pinto permanece imóvel. Flores pede que ela se retire, passa o governo a um seu correligionário, o Presidente do Senado, Manuel Bustamante. A 25 de novembro, novamente se rebelam os conservadores, mas a força brasileira já se desloca de volta para o Rio Grande do Sul, onde penetra a 19 de dezembro. Ainda dessa vez sozinhos, os uruguaiois terminam resolvendo seus problemas: graças ao *Pacto de la Unión*, firmado pelos caudilhos Flores e Oribe, é o motim sufocado e, em março de 1856, procede-se à eleição de novo presidente. É eleito Gabriel *Pereira*, patrocinado pelo *Pacto*.

No poder, Pereira procura reduzir os condicionamentos de força que instabilizavam a República. Destitui Flores do cargo de comandante das armas (que foi extinto e depois restabelecido, com outro personagem no lugar); desterra Gabriel Dias, candidato conservador que a ele se opusera nas eleições, com um grupo de partidários; enfrenta uma campanha dirigida por Juan Carlos Gómez, em favor da anexação do Uruguai à Argentina — sempre o velho projeto das Pro-

víncias Unidas do Prata. Quando seus adversários se articulam finalmente para uma ação armada (o mineiro Brígido Silveira, vindo do interior; César Diaz, retornando de Buenos Aires), utiliza a força: a 28 de janeiro de 1858 são os rebeldes alcançados pelas forças governistas do General Anacleto Medina no Passo de Quinteros. O General Diaz, o Coronel Tajes e quatorze outros chefes se entregam e são fuzilados num episódio que a História uruguaia registra com o nome de *Hecatombe de Quinteros*.

Só com tais apelos à violência pode Pereira terminar seu período presidencial e entregar o cargo ao sucessor, Bernardo Berro, em 1860.

NA ARGENTINA, IMPÕE-SE A BUENOS AIRES DE MITRE

Após a queda de Rosas, em 1852, o vencedor, Urquiza, designou governador provisório da Província de Buenos Aires Vicente López y Planes, também autor do Hino Nacional argentino. A 1º de maio daquele ano, instalou-se a Câmara dos Representantes Provinciais, que logo depois confirmou a escolha. Ficava intocada, porém, a questão da hegemonia que até então Buenos Aires exercera em detrimento das províncias vizinhas.

Quando os presidentes provinciais reunidos na Cidade de São Nicolau chegaram a um acordo para eleição de um Congresso Geral Constituinte da Confederação Argentina, cujo governo provisório foi entregue a Urquiza, houve os primeiros descontentamentos em Buenos Aires, onde começou a se destacar a figura de Bartolomeu Mitre. A 11 de setembro de 1852, eclodiu um levante, que logo se tornou vitorioso na cidade de Buenos Aires e contaminou várias unidades militares das regiões próximas. A tentativa de Urquiza de pôr cerco à capital fracassa até mesmo porque sua esquadra se passa para o lado adversário, quando o comandante, o Almirante americano John H. Cohe, deixa-se subornar.

Ao contrário das demais províncias, Buenos Aires não aceita de imediato a constituição promulgada por Urquiza a 25 de maio de 1852, nem se coloca sob as ordens do presidente eleito, Salvador del Carril, cujo governo se instala na cidade de Paraná. A duplicidade de poder — de um lado, Buenos Aires; de outro, a Confederação — criou graves problemas econômicos que tornavam inevitável novo confronto. Este ocorreu a 23 de outubro de 1859, quando Mitre foi derrotado em Cepeda por Urquiza. Em 10 de novembro, firmou-se entre os beligerantes um convênio de paz, negociado com a mediação do Presidente do Paraguai, Carlos Antônio López representado por seu filho, o General Francisco Solano López, que na ocasião acumulava os cargos de Minis-

tro da Guerra e Ministro da Marinha. Buenos Aires integrava-se à Confederação Argentina, cuja constituição jurou em 1860.

Urquiza e López, do Paraguai, eram então aliados ou, pelo menos, deviam-se favores, um ao outro. Quando, em 1859, uma esquadra norte-americana de 18 navios, com 191 canhões, penetrou no Prata com o objetivo de atacar o Paraguai, a serviço dos interesses de uma corporação que o Governo de López expulsara do País, Urquiza teve papel importante. As atitudes de soberania do presidente paraguaio, de um lado, e o poderio da esquadra americana, de outro, tornavam praticamente inevitável o combate, que seria muito sangrento. E os americanos tinham excelente pretexto: pouco tempo antes, o Paraguai repelira a bala a intervenção de um navio de guerra dos EUA, o *Water Witch*, que insolentemente subira o Paraná e enfrentara Itapiru. O Paraguai da época não se dispunha a tolerar tais insolências.

Urquiza presidia então a Confederação Argentina e, através do General Tomás Guido, entrou em contato com o Comodoro William Schubrick, comandante da esquadra invasora, convencendo-o a aceitá-lo como mediador. A 12 de janeiro de 1859, partiu ele para Asunción, ao mesmo tempo que delegados americanos seguiam no navio *Fulton*. Em poucos dias um acordo foi obtido e, a 3 de fevereiro, Urquiza retornava a Corrientes, a bordo do vapor *Tacuari*. Esse episódio explica a presença de Francisco Solano López nas negociações com Mitre: de certa forma, tratava-se de devolver um favor.

A 5 de março de 1860, Santiago Derqui sucedeu a Urquiza no presidência da Confederação Argentina. Coube a ele firmar acordos de livre navegação no Prata com a França, os Estados Unidos e a Inglaterra, bem como ratificar o tratado de amizade, comércio e navegação assinado com o Brasil a 7 de março de 1856. Esse tratado garantia o livre curso de barcos dos dois países pelos rios do Prata e estipulava que o Paraguai seria convidado a aderir a seus dispositivos.

Nada, porém, conseguia conter as ambições de Bartolomeu Mitre, representante de setores de Buenos Aires inconformados com a perda da liderança nacional. Quando, em fins de 1860, o governo nacional determinou a intervenção na Província de San Juan, cujo governador, José Antonio Virassoro, fora assassinado, apresentou-se um belo pretexto. O interventor, Coronel Juan Saa, aprisionou o chefe da conspiração local, Aberastain, em Pocitos, e o fez fuzilar (a ordem partiu do Coronel Clarevo, sob cuja guarda estava o prisioneiro). Tal "desnecessária iniquidade" motivou desmesurada reação de Mitre; ao mesmo tempo, a recusa do Governo Nacional em aceitar deputados de Buenos Aires eleitos segundo as leis provinciais forneceu fundamentos institucionais para a retomada da velha luta. Buenos Aires deixou de pagar o imposto de um milhão e meio de pesos que recolhia regularmente ao Governo do Paraná. A 17 de setembro de

1861, bateram-se novamente as forças de Mitre e de Urquiza: a situação militar ficou indecisa, mas Urquiza retirou-se para Entre-Rios e com isso deu margem ao avanço de Mitre até Rosário. O Presidente Derqui, sem condições para resistência, foi refugiar-se na cidade de Montevidéu.

E assim, com esse desfecho até hoje não esclarecido convincentemente, Mitre assenhoreou-se da situação, assumiu provisoriamente o governo de toda a Argentina e conseguiu do congresso eleito a 25 de maio de 1862 o retorno da capital a Buenos Aires. A 12 de outubro, Mitre, como presidente, e Marcos Paz, como vice, assumiram um mandato regular, como governantes eleitos.

Na realidade, a submissão de Buenos Aires fora um acidente político que não correspondia à real configuração da economia das Províncias do Prata. Buenos Aires era tradicionalmente ponta de lança dos capitais ingleses, isto é, o ponto de irradiação de uma política de penetração comercial a que nenhum dirigente provincial poderia se opor, na mediocridade de seu entendimento e de seus recursos. A aliança entre latifundiários, comerciantes e interesses externos produziu efeitos sociais surpreendentes: o censo de 1869 revela, por exemplo, que, de 1.100 mil camponeses (a população total do país era de 1.900 mil pessoas), um milhão *não tinham ocupação fixa*, isto é, viviam de tarefas ocasionais, da caça e da pesca.

Os governos argentinos, seus caudilhos provinciais, sob diferentes denominações (unitaristas, federalistas, liberais), compunham-se com as oligarquias locais; estas teriam de se articular inevitavelmente com os interesses das grandes potências, com destaque óbvio para o livre comércio e a livre navegação nos rios — não apenas aos países lindeiros. Em troca de seus serviços, os oligarcas recebiam empréstimos, que o país deveria pagar, tal como acontecia no Império brasileiro, que por essa época internacionalizou a navegação no Amazonas. Desse esquema apenas o Paraguai conseguia escapar, com seu modelo fechado de autoritarismo com base popular, até a guerra que quase o riscou do mapa.

Do ponto de vista da elite política e militar da época, a presença inglesa, francesa e americana era considerada "progressista". Esse foi o pensamento sobretudo dos maçons, de imenso poder: herdeiros da tradição libertária de San Martín e O'Higgins, contavam em suas lojas com praticamente todos os governantes envolvidos nesses episódios, desde Mitre a D. Pedro II, e com generais da importância de Caxias e Osório, bem como diplomatas da estatura de Rio Branco. Só no Paraguai era a maçonaria considerada ilegal; a primeira loja maçônica fundou-se na Montevidéu ocupada, durante a guerra da Tríplice Aliança. Eram maçons os paraguaios exilados — um pequeno grupo ativo na política de Buenos Aires, constituído de pretendentes a ocupar em seu país o lugar de agentes das nações hegemônicas.

Esses homens (Lizaga e outros) formariam o Governo paraguaio após a ocupação do País.

AOS BLANCOS, OS INIMIGOS MANDARAM O COLORADO FLORES

Venâncio Flores lutara ao lado de Bartolomeu Mitre nas operações contra Urquiza. Em 3 de março de 1862, desligou-se do exército argentino e partiu para seu projeto de invasão do Uruguai, terra em que nascera. A 18 de abril de 1863, Flores desembarcou no Rincón de las Gallinas, na foz do Arroio Caracoles, com quatro companheiros, e partiu para o interior, a fim de reunir correligionários do partido *colorado*.

Como bom caudilho, disfarçava sua ambição sob argumentos de pouca validade: teria sentido, por exemplo, promover uma guerra, cinco anos depois, para "vingar a hecatombe de Quinteros"? De qualquer forma, estava longe de ser um tolo. Com poucos homens e equipamento leve, parecia mais um bandoleiro do que um postulante ao governo do país. No entanto, nessa primeira fase de suas operações, cumpriu com rigor a tática de guerrilhas que manda evitar confronto com forças mais poderosas. E atacava sempre que tinha superioridade. A 1º de junho de 1863, por exemplo, derrotou, em Coquimbo, a vanguarda do corpo de tropas comandado pelo General Diego Lamas (um dos quatro mobilizados para caçá-lo) e, em seguida, iniciou um círculo que passa por Vila Florida, Rocha, Cebollati, San Fructuoso e Salto. A 25 de junho, novamente derrotou Lamas em Las Cañas, obrigando-o a fugir para Constitución e, de lá, a cruzar a fronteira argentina de Entre-Rios.

Depois do combate de Las Piedras, a 16 de setembro, Flores retraiu-se para o Norte, aliviando a pressão sobre as forças do governo *blanco*. Já aí, evidenciava-se o caráter internacional da ação rebelde: da Argentina, apoiava Flores a tropa de Corrientes comandada pelo Coronel Waldino Urquiza; do Brasil, o grupo do Coronel Fidélis Pais da Silva, no Departamento de Tacuarembó. Em janeiro de 1864, Flores inicia um primeiro sítio a Paissandu, mas o levanta dias depois, diante da aproximação das forças legalistas; desloca-se para o Departamento de São José, em fevereiro, e, acampado nas costas do Santa Lúcia, espera a mudança de presidentes em Montevideu. Na impossibilidade de se procederem a eleições, dada a guerra civil, Berro passou o cargo ao Senador Antanásio Cruz *Aguirre*, conforme determinava a Constituição.

Por essa época estavam deterioradas as relações do Uruguai com a Argentina, cujo apoio a Flores, amigo pessoal de Mitre, caracterizara-se em grande número de episódios. A Argentina, na verdade, retirara seu embaixador em Montevideu e bloqueara à navegação dos barcos uruguaios a passagem pela Ilha

de Martin Garcia. No Rio de Janeiro, os aliados brasileiros de Flores pressionavam fortemente o Governo do Império, utilizando para isso as estatísticas que davam conta da perseguição a cidadãos brasileiros no Uruguai.

Antônio de Souza Neto, que tanto apareceu nas lutas da Revolução Farroupilha, postava-se agora ao lado de Flores, utilizando nisso todo o prestígio de sua patente de brigadeiro honorário do Exército do Brasil. Calculava ele em 40 mil o número de residentes brasileiros no Uruguai — um número talvez exagerado, mas que atesta o caráter instável da fronteira sul.

Levantando cuidadosamente as denúncias de atentados, o Visconde de Ouro Preto contou, em 12 anos, um total de 63 "homicídios, seqüestros, roubos e outros".

O registro de tais crimes aparece em relatórios preparados, em 1859, pelo Visconde do Rio Branco e, em 1860, pelo Visconde de Sinimbu. Não havia, porém, dúvida de que, a partir de 1862, o Uruguai cuidara de demitir alguns chefes políticos envolvidos nessas operações, embora isso não tenha impedido, naquele ano, o furto do escudo de armas da casa do vice-cônsul brasileiro em Tacuarembó ou o assalto à residência de uma senhora, em Cuñapiru. O relatório do Marquês de Abrantes, de 1863, refere-se especificamente a Tacuarembó:

Os fatos levados ao conhecimento do Governo da República eram de tal natureza que, reconhecendo não ser possível a continuação de um tal estado de coisas sem grave comprometimento das relações entre os dois países, resolveu o mesmo governo, por decreto de 12 de junho último, demitir o chefe político (Tristão de Azambuja) que, em vez de os prevenir, os acoçoava com seu espírito de hostilidade ao Império.

O pretexto alegado, portanto, pelos partidários brasileiros dos *colorados* de Flores para exigir que o Império tomasse uma atitude radical não parece dos mais razoáveis: 63 atentados em 12 anos contra uma comunidade de 40 mil pessoas! Mas a retórica parlamentar engrandecia isso, em discursos furibundos como o do Deputado Barros Pimentel que, na sessão parlamentar de 1864, acusou os povos do Prata, sem distinção, de *ingratos*:

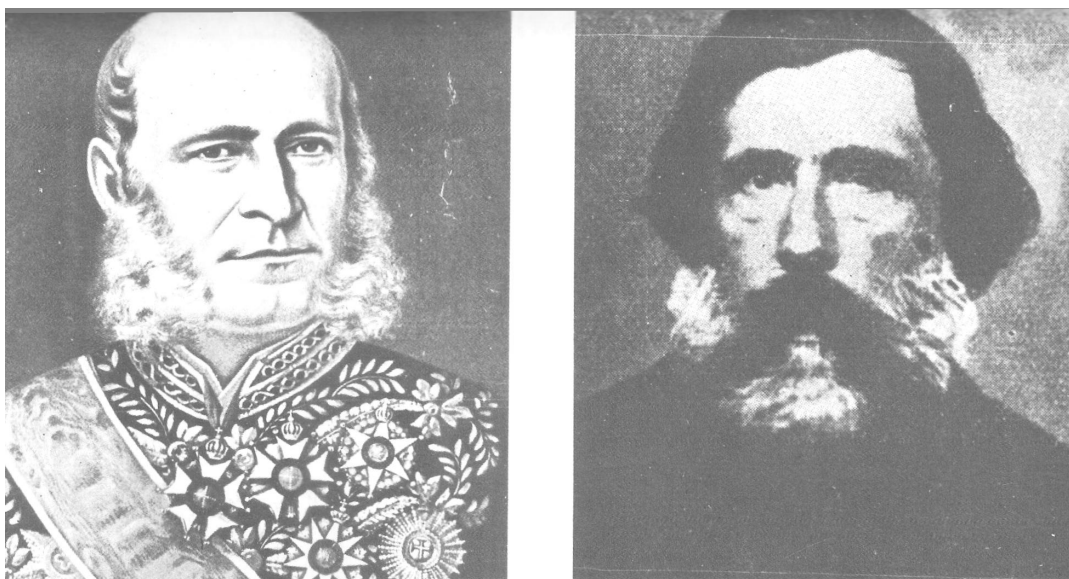
Entendo que com o Governo de Montevideu não podemos ter a mesma política que com as nações civilizadas. Para ali, ação enérgica da diplomacia e força para nos fazermos ouvir.

Outro deputado, Ferreira da Veiga, calculava em dois mil os brasileiros que já se haviam alistado nas forças de Flores, querendo com isso empolgar o Brasil inteiro na causa *colorada*. E, sob tal bargagem de argumentos, o Gabinete Zacarias de Góis e Vasconcelos decidiu enviar a Montevideu o Conselheiro José Antônio *Saraiva* para uma das mais estranhas missões de que se tem notícia na história da diplomacia brasileira.

Saraiva chegou a Montevideu no dia 6 de maio e foi recebido pelo Presidente Aguirre no dia 12. A concentração de um exército imperial ao longo da fronteira com o Uruguai (registrada em nota de protesto entregue ao enviado de D. Pedro II pelo Chanceler Juan José de Herrera, no dia 16 de maio) sublinhou a urgência das exigências que seriam formuladas no dia 18: que Montevideu punisse os ocupantes de cargos no Exército ou funcionários públicos e demitisse os agentes de polícia envolvidos em ações contra brasileiros e indenizasse as vítimas, entre outras providências de duvidosa eficácia num país em guerra civil.

A resposta de Herrera foi articulada e ríspida. Afirmava, sem floreios, que a invasão de Flores devia-se a uma conspiração, armada em território do Brasil e da Argentina, sem que um país ou outro a tivesse impedido. Admitia que o Governo do Uruguai iria considerar as queixas justificadas, como já vinha fazendo há muito tempo, embora nem sempre fosse possível caracterizar os fatos e localizar os responsáveis; lamentava que, referindo-se a 12 anos de perseguições, só então se tivesse lembrado o Brasil de formular tão vigorosas exigências:

Antes da revolução, a população brasileira, laboriosa e pacífica, gozava da proteção das leis e da autoridade no mesmo pé de igualdade que os nacionais. O brasileiro, como qualquer outro estrangeiro que se hospede na República, aceita ipso facto a situação em que as leis e as autoridades colocam todos os habitantes. Se, portanto, a vida lhe parece aí intolerável, o que lhe cumpre fazer é abandoná-la, nunca, porém, arrogar-se o direito de se rebelar e atentar contra este estado de coisas, o que ninguém o obrigava e que livre e espontaneamente escolheu. É possível que alguma vez os dependentes da autoridade governamental hajam faltado aos seus deveres com relação aos brasileiros. Mas isso, que pode ocorrer em qualquer país, terá sido uma exceção.



O Visconde do Rio Branco, José Maria da Silva Paranhos (à esquerda) assinou, ao lado de Venâncio Flores (à direita) e de Manuel Herrera y Obes, o Convênio de Paz que representava a capitulação de Montevideú.
Foto Biblioteca Nacional

Herrera considera que a invasão de Flores não contou com o apoio da *população laboriosa*, argentina ou brasileira, mas teve o amparo de aventureiros, sempre dispostos às *califórnicas* (espécie de correrias com cavalos) na região da fronteira. E conclui:

Como aceitar o Governo da República a proposta da missão especial (do Império), na qual se dá a entender que, para poder desarmar os brasileiros em armas com Venâncio Flores contra a autoridade as leis do País, é preciso desaparecerem as causas que produziram, por atos de autoridade, na população brasileira laboriosa e pacífica, a determinação de armar-se? O que se pede seria a imolação do princípio de ordem e de autoridade, e o Governo da República há de salvá-lo ou se há de perder atido a esse princípio salvador da nacionalidade que representa. O que se pretende estabeleceria o mais funesto precedente. Equivaleria a dizer que o governo oriental foi o culpado, que lhe cabe dar satisfações que, só depois destas, poderia e deveria o governo do Brasil fazer cessar os atentados de seus súditos contra as instituições da República. A população brasileira laboriosa e pacífica, em cujo nome se fala, não se sublevou: os brasileiros que estão com Flores não são representantes dela, não simbolizam a defesa de seus legítimos interesses (...) O General Neto, conspirador conhecido e de ambição ainda não saciada, desistiria por ventura de seus propósitos se o governo oriental adotas-se, por solicitação do Império, medidas favoráveis aos brasileiros? É erro acreditá-lo. Mas, acima de tudo isso, está para

o Governo da República o dever do respeito a si mesmo e o amor aos princípios em que se baseiam as instituições contra que se lança a rebelião urdida no estrangeiro.

Quando essa nota foi emitida, porém, a questão já tomava outros rumos. No dia 6 de maio, o mesmo da chegada de Saraiva, desembarcava em Montevidéu o Ministro inglês Edward Thornton, acompanhado do Chanceler argentino Rufino de *Elizalde*. A 14, dois dias depois de seu encontro com Aguirre, já escrevia Saraiva à Chancelaria brasileira:

Estou persuadido, Dr. Conselheiro, que, se por qualquer modo e por uma ação combinada com a República Argentina, dermos a paz a este Estado, a nossa tarefa facilitar-se-ia, o Brasil teria muito a ganhar e nada a perder.

Tratava-se, já aí, de estabelecer um acordo entre Flores e Aguirre. Este concordou, em princípio. Os mediadores — Thornton, Saraiva e Elizalde, acompanhados de dois representantes do Governo uruguaio, Andrés Lamas e Florentino Castellanos — foram conversar com o chefe rebelde em Puntas del Rosário e com ele estabeleceram certas condições, em 18 de junho de 1864: 1. Todos os uruguaiois teriam plenos direitos civis, independentes de posições políticas. 2. O desarmamento se faria de comum acordo. 3. Ficariam confirmados em seus postos os chefes do exército rebelde. 4. As despesas contraídas por Flores até 500.000 pesos seriam reconhecidas como dívidas nacionais. 5. As contribuições recolhidas pelos rebeldes passariam a constar como tendo entrado para o tesouro público.

Mas, junto com essas cláusulas formais, Venâncio Flores enviou carta a Aguirre, em que exigia nada menos que a troca do Ministério, preparando "o caminho para chegar à livre organização dos poderes públicos que devem reger o país segundo a nossa Constituição". E com isso Aguirre não podia concordar — com a intromissão de Flores na escolha de sua equipe de governo.

Saraiva viajou à Argentina e conversou com o Presidente Mitre a 11 de julho de 1864. Na conversa, foi aventada a hipótese de uma "ação conjunta do Brasil e da Argentina para combater o partido hostil à paz" — isto é, de invadir o Uruguai para impor ao país Flores e seus aliados. No entanto, a posição oficial brasileira se definiu em favor da intervenção, sim, mas "apenas em defesa das reclamações do Império e da garantia de seus nacionais".

A 6 de agosto, Saraiva apresentou um ultimato ao Governo do Uruguai e a 11 deixou Montevideu, a bordo da corveta *Niterói*, não sem antes recomendar ao Almirante Francisco Marques Lisboa (Barão, Visconde e depois Marquês de Tamandaré) que não permitisse aos barcos uruguaios transportarem tropas para Salto, Paissandu ou Colônia. A 24 de agosto, o Capitão-de-mar-e-guerra Francisco Pereira Pinto zarpou de Montevideu com os navios *Jequitinhonha* e *Araguari*, com destino a Paissandu, onde deveria juntar-se a um terceiro barco, *Belmonte*. No caminho, disparou contra o *Villa del Salto*, vapor que levava soldados para a defesa da localidade de Mercedes, para a qual marchavam as tropas de Flores após a conquista de Durazno, Porongos e Fray Bentos. A 27, Flores conquistou Mercedes. Em Montevideu, o Governo Aguirre, atribuindo essa vitória do adversário à operação naval — que forçou o *Villa del Salto* a tomar outro rumo — declarou rompidas as relações diplomáticas com o Brasil.

Flores prosseguiu em sua tática de movimentos rápido: sitiou Paissandu e, quando tropas do Governo sob o comando de Leandro Gómez foram em socorro da cidade, deslocou-se a toda pressa, com mil cavaleiros, 500 soldados de infantaria e três canhões para Cerreto, perto de Montevideu. Lá disparou 21 tiros, destinados sobretudo a abalar o prestígio de Aguirre.

Coube a Saraiva recomendar, em carta ao Presidente do Rio Grande do Sul, uma série de operações militares, destinadas à ocupação de Cerro Largo, Paisandu e Salto, até sua entrega às forças de Flores. Por incrível que pareça, a Chancelaria da Corte, embora aprovando essas recomendações, ainda proclamava, em carta dirigida a 21 de setembro ao Almirante Tamandaré, a neutralidade do Império:

Como V. Exa. sabe, nenhuma intenção ou pretensão abriga o Governo imperial contrária à independência do Estado vizinho, e nem mesmo dá preferência a este ou aquele dos partidos em que aí se divide a opinião.

Tamandaré, a quem cabia dar cobertura à ocupação das três localidades uruguaias, ou desconsiderou a instrução do Ministro dos Estrangeiros ou tinha outras ordens, mais imperativas, por que seguir. O fato é que tratou, logo a 20 de outubro, não só de celebrar uma aliança com Flores, como de estabelecer planos conjuntos de operação para impedir que Leandro Gómez atravessasse o Rio Negro. Comentando esse episódio, escreve o General Tasso Fragoso, historiador que se dedicou ao estudo da história militar brasileira no Império:

Quando um brasileiro de espírito sereno medita hoje nesses acontecimentos, não pode deixar de aplaudir a frase, tão incisiva quanto verdadeira, com que pouco tempo depois o Visconde de Rio Branco as apreciava na tribuna do Senado: Confessemos, senhores, que tais fatos não são regulares.

Irregular terá sido também a iniciativa de Tamandaré, ao solicitar aos representantes estrangeiros em Montevideu que não consentissem que navios de suas bandeiras transportassem tropas e munições para o Governo de Aguirre. Unidos, Flores e Tamandaré tomaram Salto, que ficou ocupada por um contingente de marinheiros brasileiros; em 4 de dezembro, mais um contingente de 400 marujos desembarcou para ajudar os 800 infantess de Flores no ataque a Paysandu, que só seria tomada a 2 de janeiro de 1865, com a ajuda da artilharia e duas brigadas de infantaria do Império, comandadas pelo Marechal João Propício *Mena Barreto*.

Foi uma batalha muito sangrenta. A cidade sitiada há quase um mês era defendida pelo Coronel Leandro Gómez, com 1.274 soldados e 15 peças de artilharia. Conta Mena Barreto:

As poucas forças do General Flores deviam atacar pelo flanco esquerdo, entrando as nossas pela direita e frente da povoação (...) Derramado o inimigo em área tão extensa, servindo-lhe como sotéia de bem defendido forte, era necessário conquistar-lhe palmo a palmo as posições guarnecidas e tomar-lhe as principais, obrigando-o a reunir-se nas últimas obras para sobre elas convergir com fogos de artilharia e os esforços de nossos batalhões.

Finda a batalha, Leandro Gómez, o comandante da praça, foi preso e entregue a um dos comandantes *colorados*, Goyo Suárez, que o fuzilou, para indignação do Almirante Tamandaré — que, no mesmo documento, considerava Flores um "distinto aliado".

A 22 de janeiro de 1865, estava Mena Barreto à frente da Colônia do Sacramento, com 3.300 soldados de infantaria: logo depois, receberia o reforço de dois batalhões, com 1.700 homens. Somando a isso os 3.000 homens sob o comando do Brigadeiro Manuel Luís Osório, foram oito mil os que se dispuseram para o cerco final a Montevideu — isto sem contar as forças de Flores, que estabeleceu seu quartel-general em Cerrito. Nos primeiros dias de fevereiro, o cerco completou-se, com o bloqueio do porto pela esquadra de Tamandaré. A Capital dispunha para sua defesa de 4.000 homens e 40 peças de artilharia.

Havia muitos dispostos a resistir. A 9 de fevereiro, uma Bandeira do Brasil, capturada em Jaguarão pelo General Basílio Mufioz, desfilou pelas ruas de Montevideu, numa curiosa procissão, tendo à frente uma banda de música capitaneada pelo Ministro da Guerra, General Diego Lamas. A bandeira foi arrastada pelos manifestantes à vista da esquadra de Tamandaré; em frente à casa do Ministro, ele a pisou e pediu, em discurso, "guerra até a morte aos agressores da independência".

O episódio é relatado no jornal local *A República Pacífica*.

A escolha do novo presidente uruguaio processou-se, porém, sob cerco, com todo o corpo diplomático exigindo uma saída sem luta. Navios de várias nacionalidades — França, Espanha, Itália, Inglaterra — estavam ancorados no Prata e logo desembarcariam efetivos "para guardar as propriedades e as vidas de seus cidadãos". Já a 22 de janeiro, refletindo pressões desencadeadas na Corte, a Chancelaria brasileira escrevera ao Visconde de Rio Branco:

Não julgo ocioso ponderar que o bombardeamento de uma praça de guerra como a de Montevideu, e onde a propriedade e os interesses estrangeiros são mais valiosos do que os nacionais, só devemos empregar em caso de absoluta necessidade.

A escolha do novo presidente iria, assim, transformar-se numa efetiva capitulação do partido *blanco*. Foi escolhido o Senador Tomás Villalba, a 15 de fevereiro; no dia seguinte, já o Ministro da Itália, Rafael Ulysses Barbolani, podia enviar carta a Rio Branco comunicando a capitulação. Os detalhes finais foram acertados no *Convênio de Paz* firmado a 20 de fevereiro de 1865 por Venâncio Flores, José Maria da Silva Paranhos e Manuel Herrera y Obes, senador que representava Villalba.

O Governo, dizia-se ali, era entregue a Flores, que o Brasil empurrava goela abaixo aos uruguaio, com o apoio declarado, nesses últimos dias, das grandes potências cujos marinheiros mantinham a cidade em calma. "Não é preciso entrar no exame de cada reclamação e de cada queixa para dizer que foi um erro ter cedido o Ministério de 15 de janeiro de 1864 ao primeiro impulso, ter-se deixado atordoar pelo alarido dos partidários de Flores, exigindo a intervenção imediata em Montevideu", escreveria Joaquim Nabuco. E o General Tasso Fragoso, após uma copiosa análise de documentos, concluiu incisivamente:

A nossa intervenção no Uruguai, apreciada hoje por um espírito equânime e inspirado no verdadeiro patriotismo, não pode

deixar de ser lamentada. Houve, sem dúvida, precipitação do Governo Imperial na enviatura da Missão Saraiva com o encargo final que lhe foi previsto. A desordem interna não deixava liberdade de ação ao Presidente do Uruguai para atender como devia às nossas reclamações. Por outro lado, uma experiência longa e dolorosa para nós havia demonstrado de modo exuberante que devíamos evitar entremeter-nos na vida interna de nossos vizinhos. Eram grandes as prevenções contra os brasileiros: quase todas as agremiações políticas nos voltavam ódio injusto e irreprimível. A nossa ingerência no conflito interno só poderia acirrar esse ódio e reviver as desconfianças e rivalidades ateadas desde os primeiros anos do povoamento dos nossos territórios. Melhor fora guardarmos com energia a nossa fronteira, criando nela um forte cordão de isolamento, para que a agitação revolucionária se não comunicasse às nossas coxilhas. Em vez disso, preferiu o Governo Imperial ceder a certas explosões de patriotismo desmesurado, nas quais se reclamava o apoio aos brasileiros existentes no território oriental, esquecendo que lhes cabia contar com as reações do governo de Montevideu, sempre que se juntassem aos que tentavam lançá-lo por terra.

OS INGLESES ADORARAM ESSA GUERRA

Terá sido, no entanto, a intervenção do Brasil no Uruguai um simples erro político? A visão mais ampla dos fatos, considerando sobretudo o inevitável envolvimento do Paraguai, indica que algo mais se passava — que a esse jogo brasileiros, argentinos e uruguaios se atiraram para benefício exclusivo dos agentes e parceiros de empresas britânicas nas praças de Buenos Aires, Rio de Janeiro e Montevideu.

Esse jogo que levaria, afinal, à mais sangrenta das guerras entre países da América do Sul e cujo resultado seria a integração de toda a Bacia do Prata no sistema mercantil liderado, então, por Londres. Por isso, empréstimos abundantes sustentaram a guerra contra o Paraguai, num quadro continental de grandes ajustes econômicos.

Voltemos a 1857, ano de grave crise financeira na Europa e Estados Unidos. Os credores europeus do Brasil, pressionados pela falta de dinheiro em seus mercados, exigiram dos devedores brasileiros o envio de grandes quantidades de ouro. Ao mesmo tempo, os produtos agrícolas nacionais, em sua maioria gêneros de luxo ou de sobremesa, como o café, sofreram com a forte redução do consumo, que trouxe a queda dos preços. O saldo metálico da caixa Matriz do Banco do Brasil caiu 33,3% de 1857 a 1858; a balança comercial registrou o maior *déficit* do século XIX, 2,16 vezes maior do que no ano

anterior, enquanto o volume exportado caía a apenas 15%. Diante da situação, o Governo reduziu, ao invés de aumentar, a taxa de descontos do Banco de 10% para até 7%, socorreu as casas bancárias e não reduziu a proporcionalidade de emissão dos bancos; buscou sustentar a taxa de câmbio por meio de operações no mercado financeiro londrino, ao invés de alcançar esse objetivo por meio das contrações de crédito e rendas internas. O resultado foi o fortalecimento das casas bancárias, que se beneficiaram da retomada dos investimentos urbanos e dos empréstimos destinados à construção de ferrovias.

As casas bancárias, por essa época, passaram a movimentar grandes fundos provenientes de depósitos de pessoas físicas, sobretudo funcionários públicos e militares — o que se chama estímulo à poupança interna. Na recuperação da crise, dispararam os preços do café, elevou-se a despesa pública e multiplicaram-se as novas sociedades anônimas: 16 novos bancos, 11 deles na Corte, pretenderam estabelecer-se no Rio e nas províncias. Foi quando sobreveio a reação metalista.

Na perspectiva desses metalistas, a crise de 57 e toda a expansão posterior da economia — que denunciavam como "falsa" e "irreal" — resultara do excesso de emissão de dinheiro. A primeira tentativa de *limitar as emissões* causou a queda do Gabinete, em 1859; mas isso acabou acontecendo no ano seguinte. Tornou-se então evidente que o Brasil cedia a interesses externos empenhados em impedir a criação de um mercado financeiro nacional, articulado com a indústria e o setor de serviços. É neste sentido que se deve compreender o decreto de 28 de setembro de 1859, que abriu a navegação de cabotagem aos barcos estrangeiros. A principal companhia de navegação do Brasil passou a pertencer a um banco inglês, que se estabeleceu em 1863 nos principais portos.

O capital inglês, antes presente através de empréstimos ao Governo, passou a penetrar também como capital de risco, incorporando e comprando companhias de seguro, estradas de ferro, empresas de mineração, serviços urbanos e bancários. Tais investimentos deslocavam evidentemente o capital nacional, que passou a contar com imensos obstáculos para formar novas sociedades: a lei de 22 de agosto de 1860 ficou por isso conhecida como "lei dos entraves". Enquanto se concediam todas as facilidades aos estrangeiros, o quadro, para o capitalismo interno — que o Barão de Mauá tão promissora-mente liderara na década anterior — passou a ser o seguinte, em palavras de Aureliano Cândido de Tavares Bastos:

Depois, sobretudo, que a lei de 22 de agosto de 1860, concebida sob as mais tristes inspirações, veio jungir a indústria, naturalmente livre, ao carro pesado de um governo impotente, a centralização tornou-se verdadeiro ecúleo do espírito de em-

presa. A não ser das poucas excetuadas, a companhia ou sociedade que se organize para exercer uma indústria lícita na mais longínqua província, deve implorar ao Governo na Corte licença e aprovação dos estatutos. Sobre uma e outra coisa, porém, interpõe o Conselho de Estado o seu parecer. Às vezes o Conselho indica a alteração na proposta, e os papéis tornam à província pelos mesmos canais. Por isso, em regra, o processo de aprovação consome um ano. É assim que uma companhia de navegação a vapor, não sei se do Paraíba, no Piauí, está a ponto de dissolver-se, visto solicitar, embalde, há mais de dois anos, o seu decreto de incorporação. Acha-se no mesmo caso outra empresa de navegação interna a vapor nas Alagoas.

O economista Rui Guilherme Granziera observa que 1860 foi o marco da consolidação do caráter exportador da economia brasileira. Foi, também, um marco na liquidação do incipiente processo de industrialização com capitais próprios, e da entrega do *filé mignon* da economia aos ingleses. Basta lembrar que a tarifa então estabelecida, isentando de direitos os materiais de lavoura e os navios construídos no estrangeiro, tornou inviável a fundição da Ponta da Areia, empreendimento de grande importância estratégica que resultara da iniciativa de Irineu Evangelista de Souza, o Barão de Mauá.

Na década de 60, doze companhias inglesas de seguros estabeleceram-se no Brasil, e o setor foi o que mais se desenvolveu no período. Em 1863, quando subiam os preços do algodão por causa da guerra civil americana e caíam os do café, instalaram-se no Brasil o London and Braziliam Bank, que logo adquiriu o Anglo-Portuguese Bank Limited, fundado no ano anterior, e o Brazilian and Portuguese Bank, buscando monopolizar os negócios triangulares entre o Brasil, a Inglaterra e Portugal. Suas primeiras operações no País envolveram o ingresso de 650 mil libras.

Foi através dessas instituições — bancos, seguros, navegação — que se entrelaçaram os negócios comerciais internos e externos. A despeito da crise diplomática ocorrida por esse tempo com a Inglaterra, o quadro que se traçou, às vésperas da guerra do Paraguai, era o de incorporação do País no projeto econômico de uma prolongada dependência, transferindo para o exterior o controle do jogo interno da economia e, portanto, dos interesses que ao Estado cabia defender militar ou diplomaticamente.

A concorrência dos bancos ingleses foi um dos fatores que determinou a falência das casas bancárias, em 1864. Elas não se beneficiaram das entradas de capitais externos; os bancos estrangeiros, aproveitando-se do desenvolvimento recente das culturas de açúcar e algodão, eram capazes de operar com taxas de descontos inferiores

em 1% àquelas com que operava o próprio Banco do Brasil. E o Governo preferia ele mesmo — ou não tinha escolha — tornar-se cliente dos ingleses. A quebra da safra e o aumento da tributação, restringindo a renda urbana, foram apenas os elementos de contingência da crise que fez falir Souto & Cia, fundada em 1834, a maior casa bancária do País.

O Brasil que, em 1864, lançou-se à aventura militar no Sul, havia empenhado seu futuro. A legislação de 1860 produziu a recessão: tal como a grande fábrica de Ponta d'Areia, a de São João de Ipanema, em Sorocaba, cerrava as portas, impossibilitada de competir com os produtos importados. A recuperação, agora, se processava em benefício dos bancos ingleses, das companhias inglesas, dos navios ingleses. Não é de espantar que a política externa estampasse esta situação.

Tudo parece indicar, hoje, que a liquidação do Paraguai era objetivo importante da política britânica, em desproporção com as perspectivas imediatas do país central, que vinha de longo isolamento. Não incomodava o que o Paraguai pudesse fazer ou desfazer seu modelo econômico, seu conceito rígido de soberania e o movimento que encetara, desde o período final do governo de Carlos Alberto López, para influir na política continental, através de articulações com o Uruguai de Berro e Aguirre.

O PARAGUAI SE MOVE PARA O ESTUÁRIO DO PRATA

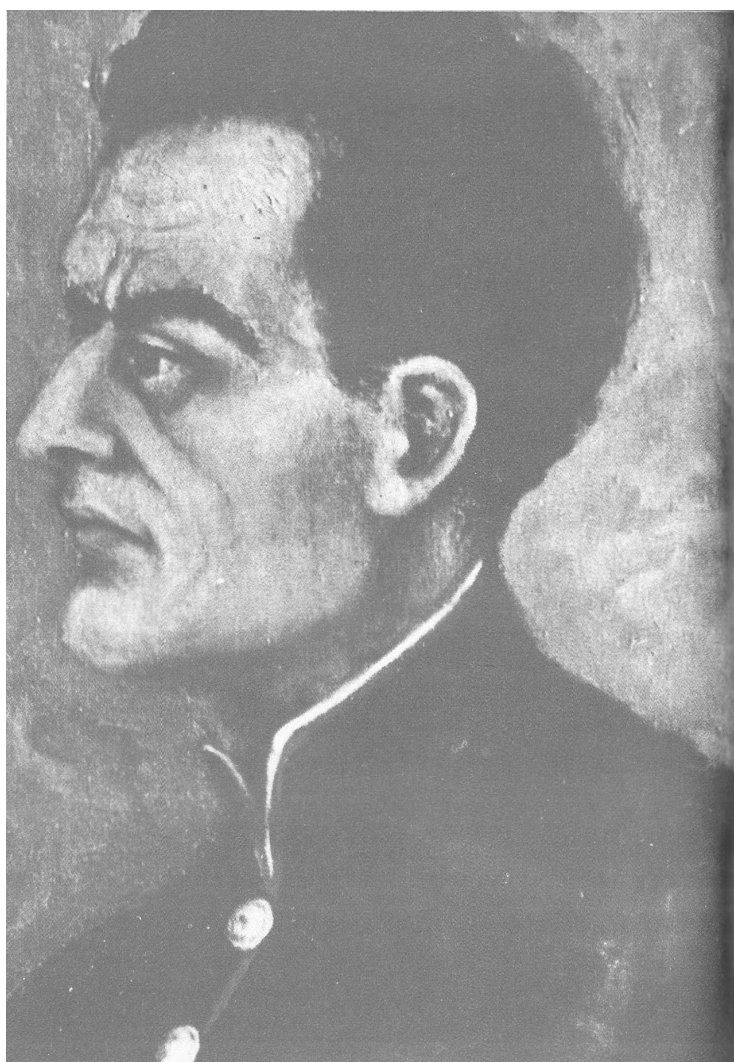
O primeiro embaixador do Uruguai em Assunção, Juan José de *Herrera*, nomeado em fevereiro de 1862, levava instruções datadas do dia 25 e firmadas pelo Ministro do Exterior Henrique de Arrascaeta para suscitar junto a Carlos Alberto López alguns problemas fundamentais: o perigo que representava para os dois países a ambição da Confederação Argentina em incorporá-los a seu território; a desordem que resultava da *demagogia turbulenta*, disposta a aliar-se, no Uruguai, quer a argentinos quer a brasileiros para alcançar o poder; as combinações perigosas em curso na política européia e que o Governo uruguaio centrava na Espanha; a necessidade de providenciar o comércio direto entre Paraguai e Uruguai, sem a intermediação de Buenos Aires.



O pensamento de López, manifestado na oportunidade desse primeiro encontro, foi registrado pelo embaixador uruguaio em nota a sua chancelaria, de 16 de março de 1862. López — pai de Francisco Solano, que era seu ministro da guerra — considerava uma ordem interna *forte e respeitável* condição mínima para sobreviver ante os perigos externos e internos; julgava seu país permanentemente ameaçado pelos *anarquistas* (os argentinos) e *macacos* (os brasileiros) e previa, no caso do Uruguai, que Flores terminaria invadindo militarmente seu território com o apoio de Bartolomeu Mitre, por mais que este simulasse uma intenção contrária.

Objetivamente, López não acertou qualquer compromisso político ou comercial, embora considerasse interessante o ajuste de um tratado de comércio e navegação; subjetivamente, ao que observou o diplomata uruguaio, suas preocupações pareciam as mesmas do Presidente Berro, quanto ao temor de uma ação con-

junta da Argentina e do Brasil. O obstáculo consistiria na tradição de isolamento que marcava a história paraguaia e assegurara invejável estabilidade interna.



O Tenente Antônio João e seus 13 companheiros lutaram até a morte na tentativa desesperada de resistir à invasão paraguaia do território contestado de Mato Grosso.

Um ano depois, coube a Octávio *Lapido* continuar as gestões iniciadas por Herrera, que fora nomeado chanceler. Sua tarefa consistia em mais uma vez, e com maior clareza, demonstrar o interesse uruguaio numa aliança defensiva, destinada a conservar o equilíbrio na região, contendo a eventual ameaça argentina e brasileira, e abrindo-se à eventual adesão de Entre-Rios e Corrientes, províncias que ainda guardavam cicatrizes da guerra de Urquiza contra Mitre.

Lapido partiu para Assunção a 1º de julho de 1863 e lá chegou no dia 9, quando Flores já invadira o Uruguai e as relações com a Argentina se haviam deteriorado: dera-se a detenção do vapor argentino *Salto* pelos uruguaio e do *General Artigas* pe-

los argentinos. López preferiu aguardar o desenvolvimento da situação antes de opinar sobre um acordo amplo.

O perigo imediato realmente passou, mas Lapidó, ao comunicar esse desfecho ao Ministro paraguaio José Berges, recolheu a impressão de que o Presidente Francisco Solano López (seu pai falecera a 10 de setembro de 1862) talvez preferisse esperar a sucessão no Uruguai, já que o mandato de Berro terminava a 1º de março de 1864, para tratar mais a fundo da questão, isto é, de um *compromisso recíproco de garantia da independência de ambos os países*. O Uruguai propunha também a neutralização da Ilha de Martín García, então de posse da Argentina, e uma doutrina uniforme quanto à nacionalização de filhos de estrangeiros.

O Ministro Herrera tinha pressa, e insistia. "A situação torna-se cada vez mais assustadora", escreveu ele a seu embaixador, a 31 de agosto de 1863, referindo-se ao patrocínio argentino da invasão de Flores. A correspondência *reservadíssima* que acompanhou essas instruções informava que a República Oriental estava decidida a resistir a toda imposição do Governo argentino:

A luta será de um povo pela sua independência. Tem o apoio imediato da diplomacia européia, que se traduzirá em compreensão prática quando a contenda assumir caráter internacional. O Brasil especialmente terá de tomar parte ativa nele, se conservar fidelidade aos tratados.

Neste parágrafo estão resumidos todos os erros de avaliação do Presidente Berro e de seu sucessor Aguirre, compartilhados pelo Presidente López e seu filho Solano: viam eles o perigo na Argentina e eventualmente no Brasil, e colocavam a questão em termos de independência política. Evidentemente, não se tratava disso: o problema real era econômico e os interesses que moviam os cordéis do Prata tinham tal força que não se poderia confiar no corpo diplomático ou em qualquer apoio continental. Paraguai e Uruguai jamais seriam incorporados ao Brasil ou à Argentina: isto não convinha. Mas era urgente conquistar para o comércio — para a "civilização", para o "mundo moderno", diziam — todos os rincões da América Latina.

A 6 de setembro de 1863, o Ministro José Berges comunicou a Lapidó a primeira tomada de posição de López em favor do Uruguai: ele se dirigira ao Governo argentino pedindo explicações. Estas não vieram a tempo e com a amplitude bastante para satisfazer ao governante paraguaio que, a 6 de fevereiro de 1864, advertiu seriamente Buenos Aires. Dizia a nota do Chanceler Berges:

Colocado o meu governo na necessidade de prescindir das explicações amistosas solicitadas a V. Exa., só atenderá daqui por diante às suas próprias inspirações sobre o alcance dos

fatos que podem comprometer a independência e a soberania da República Oriental, a cuja sorte não pode ser indiferente nem por dignidade nacional, nem pelos seus próprios interesses.

O novo presidente uruguaio, que tomou posse em março de 1864, nomeou embaixador em Assunção José Vásquez *Sagastume*, que levava instruções expressas similares às de seu antecessor, com uma única diferença: a ameaça, agora, era brasileira. Mais uma vez, López agiu diplomaticamente, escrevendo ao Chanceler do Império e a seu enviado especial no Prata, Saraiva. A resposta foi um rotundo não; o Brasil achava que a mediação do Paraguai não tinha objeto, porque "nutria as mais fundadas esperanças de obter amigavelmente do Governo Oriental a solução das mencionadas questões".

O Paraguai, sempre pressionado pelos uriguaio (a 15 de julho, outro enviado de Aguirre, Antonio de las Carreras, partia para Assunção, escolhido por suas relações pessoais com Solano López) esperou. Mas, ao se consumir o ultimato de Saraiva ao Governo de Montevideu, dirigiu nota ameaçadora ao Brasil, comunicando que não toleraria a ocupação do território uruguaio, nem temporária nem definitivamente. Advertências similares foram feitas a 3 e a 14 de setembro.

O Brasil desconsiderou todas essas mensagens, embora houvesse um passado de relacionamento diplomático capaz de indicar o quanto o regime paraguaio primava por cumprir as suas ameaças. Antes da assinatura do tratado de aliança defensiva de 25 de dezembro de 1850, no contexto da campanha contra Rosas, já o Paraguai mostrara os dentes ao Brasil. A 29 de junho, o Presidente da Província de Mato Grosso mandara ocupar o Fecho dos Morros, ou Pão de Açúcar, no terreno em litígio entre os dois países, por uma guarnição de 25 homens, sob o comando do Alferes Bueno da Silva. Foi o bastante para que Assunção enviasse ao local uma expedição de 800 soldados, que matou nove dos brasileiros e fez que os demais se retirassem, sob proteção dos índios *guaicurús*. Pouco depois, esses indígenas, comandados pelo Capitão José Joaquim de Carvalho (que é citado e criticado pelo Visconde de Taunay por suas ações, muito tempo depois, no episódio da Retirada da Laguna, durante a guerra da Tríplice Aliança contra o Paraguai), tomaram de surpresa o forte paraguaio de Bourbon.

Ainda que se tivesse esquecido esse incidente, houve outros mais tarde. Em 1853, o Presidente López declarou *persona non grata* o Encarregado de Negócios do Brasil em Assunção, Felipe José Pereira Leal, acusando-o de "dedicar-se a intrigas e a imposturas por ódio ao supremo governo do Estado". Para *vingar*

a *afrota* (mas também na esperança de impor um acordo sobre a navegação dos rios, à parte da difícil questão de fronteiras), o Governo Imperial enviou ao Paraguai novo representante, mas acompanhado de força militar.

Esta curiosa *expedição diplomática* estava sob o comando do Chefe de Esquadra *Pedro Ferreira de Oliveira* e era composta de uma nave-capitânea, a fragata *Amazonas*, mais a fragata *Jequitinhonha*, as corvetas *Magé*, *Viamão*, *Beberibe*, *Berenice*, *Imperial Marinho*, os vapores e escunas *Ipiranga*, *Camaquã*, *Tonelero*, *Tibagi* e *Maracanã*. A bordo, ia um batalhão do Exército, sob o comando do Tenente-coronel Francisco Vitor de Melo e Albuquerque. Zarpam do Rio a 10 de dezembro de 1854; a 15 estavam em Montevideu; a 22 de janeiro de 1855 em Buenos Aires; a 12 de fevereiro na Capital da Província de Corrientes. As autoridades argentinas não opuseram embargo eficaz à sua passagem, precedente no qual se basearia Francisco Solano López, dez anos depois, ao exigir, por equidade, que os argentinos deixassem passar por seu território a tropa terrestre que iria invadir o Rio Grande do Sul, no limiar da guerra da Tríplice Aliança.

Gregorio Benitez, diplomata e historiador paraguaio, conta que o Presidente Carlos Antonio López, tão logo soube que a esquadra estava em Corrientes, deslocou a guarnição do acampamento militar de Passo de la Patria para Humaitá, concentrando ali seis mil homens e mais baterias de artilharia. Foi com esse aparato que os navios de guerra brasileiros depararam ao alcançar Três Bocas, às 11h30m da manhã do dia 20 de fevereiro.

Protegido por esse dispositivo, o chefe paraguaio da Polícia Fluvial exigiu do Comandante *Pedro Ferreira de Oliveira* que se dirigisse ao Ministro das Relações Exteriores, José Falcón. Pedro de Oliveira fez isso e a resposta começava por um carão:

Semelhante forma de missão diplomática, quando lhe não procede reclamação alguma a que o Paraguai tivesse desatendido, é insólita, injuriosa, ofensiva e humilhante sem necessidade.

Mais adiante, a mensagem, mantendo o tom altivo, admitia receber o oficial brasileiro, desde que ele "mandasse sair para fora das águas da República a esquadra sob seu comando" e subisse para Assunção no *Amazonas*. Tal concessão, concluía, "se faz em favor de V. Exa. por considerações particulares para com o Império".

A missão Pedro de Oliveira terminou, assim, sem o aparato bélico de seu início. O *Amazonas* chegou a Assunção a 14 de março, os paraguaios disseram que nada tinham contra o Imperador e o Brasil, fizeram hastear a Bandeira brasileira ao lado

de sua própria e as saudaram com uma salva de 21 tiros. O resultado dos entendimentos quanto à questão da navegação, no entanto, foram ambíguos: é certo que os dois países acertaram, a 27 de abril de 1855, um tratado de *amizade, comércio e navegação*, mas também é verdade que, por força de uma convenção adicional firmada no mesmo dia, a ratificação desse tratado só teria validade se simultânea com a solução da questão de limites. E, nestas condições, o próprio Governo Imperial comunicou que não a ratificaria, em ofício de 8 de julho de 1855.

O episódio — uma rara incursão do Brasil na tática da *diplomacia das canhoneiras*, de tão freqüente emprego pelas grandes potências — terminou assim em desastre quase completo. O passo seguinte coube ao Paraguai que, em março de 1856, enviou ao Rio de Janeiro seu Ministro das Relações Exteriores, José Berges. Depois de amplo debate entre ele e o Chanceler brasileiro, Visconde de Rio Branco (pai do Barão de Rio Branco, que se iria notabilizar pela hábil solução de outras questões de fronteira), ficou acertado novo tratado de amizade, navegação e comércio, ainda dessa vez simultâneo a uma convenção que estipulava critérios para o encaminhamento das negociações sobre limites. Eliminava-se o condicionamento de uma questão à outra, mas o Governo paraguaio, baseado em dispositivo referente ao contrabando, impôs aos navios estrangeiros que, além de utilizarem práticos paraguaios e se submeterem a providências sanitárias, fossem demoradamente inspecionados nos portos militares de Cerro Ocidental e Forte Olimpo (ou Forte Bourbon, o mesmo que os guaicururus haviam tomado de surpresa em 1850).

O Governo Imperial protestou contra essas medidas, em janeiro de 1857, e, um ano depois, enviou a Assunção o Visconde de Rio Branco, José Maria da Silva Paranhos. A 12 de fevereiro de 1858, foi firmada nova convenção, tratando da *verdadeira inteligência e prática do tratado de amizade, navegação e comércio de 6 de abril de 1856*. À exceção dos navios de guerra (era limitado a três o número de belonaves permitido), o tráfego nos rios estava aberto à navegação brasileira. A questão de limites ficou para depois.

A diplomacia solitária de Rio Branco conseguira bem mais que a desastrada esquadra de Pedro de Oliveira. Mas, no curso dessa missão, José Maria da Silva Paranhos pudera medir as prevenções paraguaias sobre o Brasil e a elas se referiu em discurso no Senado, em 1862:

Quando cheguei a Assunção, todas as disposições do Governo paraguaio eram bélicas. À minha aproximação tinha havido um grande exercício militar no acampamento de Humaitá;

pouco depois da minha chegada, houve um exercício de fogo entre as tropas da guarnição da cidade. Não me deixei, porém, impressionar por essas aparências; mostrei-me superior a tais demonstrações.

As questões de limites não foram então resolvidas e não estavam resolvidas em 1864, quando o Império, apesar de toda a experiência anterior com os paraguaios, recusou-se a levar a sério as ameaças de Solano López. E só por isso recebeu com surpresa o apresamento, a 11 de novembro, do navio *Marquês de Olinda*, que deixara o porto de Assunção às duas da tarde, pelo *Tacuari*, orgulho da Marinha do Paraguai. O Coronel Frederico Carneiro de Campos, os demais passageiros e a guarnição foram tomados como prisioneiros, por ordem direta de Solano López.

Quando, no dia 13, o Embaixador brasileiro, Ministro Carlos Sauvã *Viana de Lima*, pediu explicações ao Governo paraguaio, recebeu nota datada da véspera, na qual se salientava a desatenção do Império pelas advertências de agosto e setembro, registrava-se a invasão do território uruguaio a 16 de outubro e se proclamavam os primeiros atos de beligerância:

Em consequência de uma provocação tão direta, devo declarar a V. Exa. que ficam rotas as relações entre este governo e o de S. M. o Imperador, impedida a navegação das águas da República para a bandeira de guerra e mercante do Império do Brasil, sob qualquer pretexto ou denominação que seja, e permitida a navegação do Rio Paraguai, para o comércio da Província de Mato Grosso, à bandeira de todas as nações amigas, com as reservas autorizadas pelo direito das gentes.

Viana de Lima protestou em nota de 14 de novembro e só a 29 conseguiu deixar Assunção, graças aos bons ofícios do Embaixador dos Estados Unidos, Charles Washburn, curiosa figura de negociante e aventureiro que se aproveitaria da guerra para fazer lucrativas transações e intensa espionagem, o que lhe valeu o afastamento do serviço diplomático.

PELO RIOS E POR TERRA, RUMO A MATO GROSSO

Os termos da nota paraguaia de 12 de novembro ainda permitiriam alguma negociação, pela qual, porém, o Império não se interessou. Nem as guarnições de Mato Grosso estavam adequadamente reforçadas quando López, mais de um mês depois, a 23 de dezembro de 1864, pôs em movimento duas expedições, para ocupar as terras em litígio com o Brasil. Segundo George Thompson, o exército paraguaio contava então com 30 mil homens em Cerro León; outros 17 mil re-

crutas vinham sendo treinados em Encarnación, dez mil em Humaitá, quatro mil em Assunção e três mil em Concepción. A isto se somariam uns 28 mil veteranos.

Uma das expedições, por via fluvial, partiu a 24 de dezembro do porto de Assunção. Solano López passara pessoalmente em revista, na véspera, as tropas, que se compunham de quatro batalhões de infantaria com 3.200 homens e doze peças de artilharia, sob o comando do Coronel Vicente *Barrios*. A esquadra que os transportava era poderosa: cinco vapores (*Tacuari*, *Paraguari*, *Igurey*, *Rio Blanco* e *Yporá*), duas escunas (*Independência* e *Aquidaban*), um patacho (*Rosário*), dois lanchões (*Humaitá* e *Cerro León*). A estes se juntaram, mais tarde, o *Salto del Guáira*, o *Rio Apa* e o *Marquês de Olinda*, que fora tomado do Brasil. Iam os navios comandados pelo Capitão-de-fragata Pedro Ignacio *Meza*.

Quanto à expedição terrestre, a chamada *Divisão do Norte*, deixou Concepción dia 29, sob o comando do Coronel de cavalaria Isidoro *Resquín*. Calcula-se seu efetivo em algo entre 2.500 e 3.500 homens. Observa o General Tasso Fragoso, com base no exame ponderado das operações, que o *único objetivo de López nesse ataque a Mato Grosso era apoderar-se dos territórios setentrionais em litígio com o Brasil*; e não teria grande dificuldade para isso, uma vez que em toda a Província de Mato Grosso havia 851 militares, dos quais 81 oficiais: um batalhão de caçadores, um corpo de cavalaria, um batalhão de artilharia e uma companhia de artífices.

Desde outubro, quando lhe chegaram as notícias da tensão com o Paraguai, o Presidente da Província, General Alexandre Manuel Albino de Carvalho, despachara seu Comandante de Armas, o Coronel Carlos Augusto de Oliveira, para Forte Coimbra, a única obra de defesa da região. Lá ficou postado quase todo o batalhão de artilharia; em Nioaque, a cavalaria; em Vila de Miranda, um pequeno contingente do Batalhão de Caçadores; em Corumbá, mais artilheiros.

Quando Barrios fundeu perto do Forte Coimbra, a 26 de dezembro, lá estavam o Tenente-coronel Porto Carrero, comandante do Batalhão de Artilharia de Mato Grosso, o Capitão Benedito de Faria, comandante da guarnição, e mais 113 homens.

Às oito horas da manhã do dia seguinte, um oficial paraguaio chegou em um barco trazendo a intimação para que o Forte se rendesse. Porto Carrero recusou-a. Às 11h30m, os atacantes abriram fogo de canhões, enquanto os soldados tomavam posição no Morro da Marinha e lá assestavam doze peças terrestres de artilharia. O combate, já a curta distância, começou às duas horas da tarde e terminou às 19h30min: nesse período, foram disparados do Forte 9.500 cartuchos.

A luta continuou no dia seguinte, das sete da manhã às duas da tarde, quando os paraguaios tentaram um assalto, sem êxito. A noite, a guarnição brasileira, que só dispunha de mais mil cartuchos (gastara seis mil nas lutas do dia) embarcou no navio *Anhambaí* e retirou-se rumo a Corumbá, deixando no Forte apenas 18 paraguaios feridos. A ocupação ocorreu na manhã do dia 29: o Paraguai tivera 42 mortos, 164 feridos e um prisioneiro (capturado no assalto do dia 28); o Brasil não perdeu um soldado.

Na manhã do dia 1º de janeiro de 1865, a esquadra de Barrios aportou em Albuquerque, onde deixou pequena guarnição comandada pelo Tenente Félix Vera. No dia 3, desembarcou tropas perto de Corumbá, que foi tomada sem resistência a 4 de janeiro: na antevéspera, o Coronel Carlos Augusto de Oliveira, Comandante de Armas da Província, retirara-se rumo a Cuiabá, com todos os soldados da guarnição, a bordo do *Anhambaí*, do *Jauru* e da escuna argentina *Jacobina*. Na perseguição a esses barcos, os paraguaios conseguiram capturar o *Anhambaí* e o *Jacobina*, que deram ambos à barranca do rio. O *Jacobina* estava abandonado, mais ou menos seis léguas adiante de Corumbá; mas o *Anhambaí* foi empurrado para a margem pelo *Yporá*, perto do Morro do Caracará, a 6 de janeiro; na manobra de abordagem morreram três oficiais brasileiros e um paraguaio. De qualquer forma, o maior número de passageiros já ficara pelo caminho e, por terra, marchava em retirada para Cuiabá.

A coluna terrestre de Resquín, a *Divisão Norte*, atravessou o Apa em Bela Vista e enviou pelo flanco 200 homens de cavalaria, sob o comando do Capitão Martin Urbietta, no rumo da colônia militar de Dourados. Em Ponta Porã, penetraram em território sob jurisdição brasileira. A guarnição de Dourados, que fica 12 léguas ao norte, era composta de apenas 15 homens, sob o comando do Tenente Antônio João Ribeiro. Este mandou que se retirassem os habitantes civis, enviou a notícia da invasão ao Tenente-coronel José Antônio Dias da Silva, que estava em Nioaque com seu corpo de cavalaria, e preparou-se para resistir, sabendo que morreria.

Isto justamente aconteceu: Martin Urbietta deparou o pequeno grupo de defensores, intimou-lhes que se rendessem e, ante a recusa, ordenou o ataque. A primeira rajada da vanguarda paraguaia, comandada pelo Tenente Manuel Martinez, tombaram Antônio João e dois de seus homens; os demais fugiram para o mato, onde foram capturados, dois feridos e dez não. Todos os prisioneiros morreram no Paraguai, antes do término da guerra.

Resquín, com o grosso da *Divisão Norte*, ocupou a Vila de Miranda, que estava abandonada, e seguiu para Nioaque. Às margens do Rio Feio, avistou a coluna de cavalaria do Tenente-coronel Dias da

Silva. Houve uma tentativa de negociação, durante a qual se trocaram bilhetes os dois comandantes. De Resquín:

Sr. comandante da força brasileira, Será inútil a sua entrevista comigo, e devo intimar-lhe a rendição, com toda a sua força, dentro de meia hora, do contrário será perseguido com os rigores da guerra.

E a resposta, de Diaz da Silva:

Ilmo. Sr. Comandante das Forças Paraguaías, Recebi a sua contestação sobre a minha proposição; não me posso render na meia hora precisa, como deseja, porque também tenho força para defender-me; e quanto à sua entrada no território brasileiro, protesto contra ela, do que tudo vou levar ao conhecimento do meu governo. Aproveito a ocasião para manifestar-lhe a minha consideração.

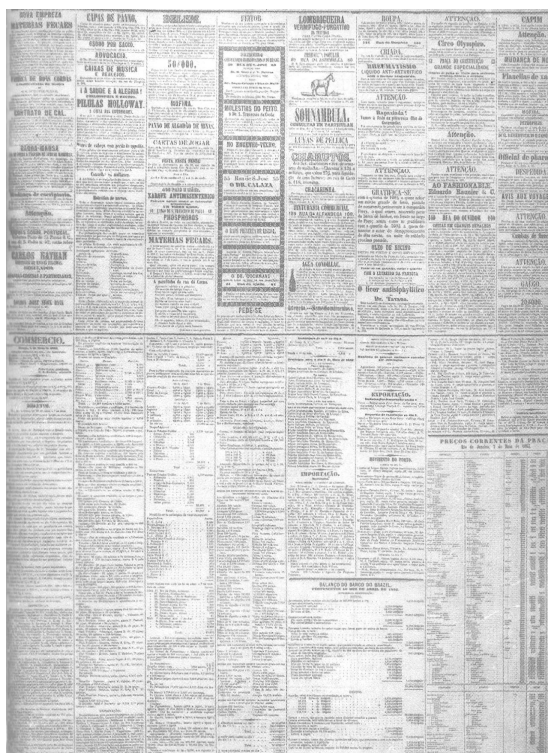
Depois dessa troca de mensagens, começou o combate propriamente dito. Só quando, recuando, cruzou o Rio Desbarrancado e destruiu a ponte, Diaz da Silva percebeu que seu adversário contava com mais de dois mil homens enquanto ele, seguramente, tinha menos de 200. Os brasileiros tiveram perdas que o comandante paraguaio estimou em 58 mortos e 13 prisioneiros.

Resquín ocupou, seguidamente, Nioaque e Miranda e chegou até Coxim, o Núcleo Colonial de Taquari, cuja guarda estava sob a responsabilidade de sete soldados e um capitão reformado, Antônio Pedro dos Santos. Os comandados de Dias da Silva estavam a essa altura bem longe, em Santana do Paranaíba.

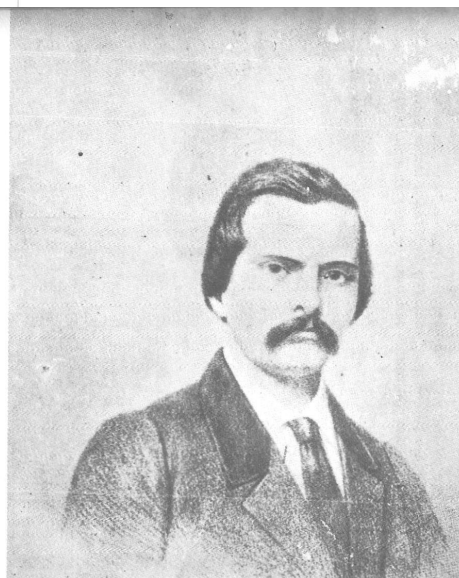
Para se ter uma idéia do isolamento de Mato Grosso naquela época, basta dizer que a notícia da invasão paraguaia foi trazida ao Rio pelo Barão de Vila Maria que, viajando depressa, só chegou a 22 de fevereiro de 1865, após 47 dias de viagem; o correio vindo de Cuiabá alcançou a corte a 17 de março. No dia 1º de abril de 1865, tomaram-se as primeiras providências para organizar uma coluna expedicionária destinada a recuperar os territórios tomados; ela chegou a Nioaque dois anos depois, com 1.300 homens em lugar dos 12.000 projetados, atingiu a linha do Rio Apa, penetrou um tanto no Paraguai e retirou-se, numa operação brilhantemente descrita pelo Visconde de Taunay (Alfredo d'Escragnoille Taunay) no livro *A Retirada da Laguna*, que é uma das obras mais notáveis da literatura militar brasileira.

De qualquer forma, os paraguaios mantiveram a posse da região até abril de 1868, quando a deixaram, por ordem de Solano López. Antes disso, uma expedição fluvial brasileira chegou a ocupar

Corumbá, em 13 de junho de 1867, mas a deixou onze dias depois, fustigada pelo inimigo e pela varíola.



Os jornais de 1862 misturavam muitos anúncios de leilões, alguns sobre escravos fugidos, anúncios imobiliários em inglês, promessa de curas com remédios miraculosos. Esta página é do Jornal do Comércio.
Foto Biblioteca Nacional



Gonçalves Dias (à esquerda), poeta maranhense, morreu em 1864 no naufrágio do Ville de Boulogne, nas costas de sua província natal. Três anos antes, o romancista de Memórias de um Sargento de Milícias, Manuel Antonio de Almeida (à direita), morreu também afogado no barco Hermes, que afundou no Norte do Estado do Rio.
Foto Biblioteca Nacional

O ESPETÁCULO DOS VENCIDOS EMPOLGOU A CORTE

Certo dia de 1864, apareceu enforcado na Travessa do Campo Alegre um preto de nome Luís e outro chamado Odorico golpeou o pescoço com uma navalha ao ser preso pelos capitães-de-mato. Que fazer? Quem lê os jornais do Rio de Janeiro na segunda metade do século passado espanta-se com o número de pequenas notícias registrando o suicídio de escravos e com os anúncios que saem nas folhas oferecendo prêmios pela captura dos que fogem. Na Rua dos Ciganos, recebem-se escravos em consignação para venda. A Companhia Geral de Seguros Feliz Lembrança segura contra mortalidade negros de quatro a 60 anos, prendados e não prendados, com o tornozelo fino ou grossos calos das correntes e do *tronco*, são dados em hipoteca, alugados ao dia, ao mês, à hora. Amas com as tetas cheias de leite novo conseguem bom preço e das mulheres novas exalta-se discretamente a beleza, na oferta publicitária.

Mas há também notícias interessantes que, como certos detalhes dos romances policiais, só adquirem sentido para quem conhece a trama que a História armou depois: a visita de Francisco *Solano López*, Ministro da Guerra do Paraguai, ao paço imperial da Quinta da Boa Vista, a formação do Gabinete paraguaio de 1862, a designação de Herrera para representar o Uruguai de Aguirre em Assunção. Lêem-se os informes da Guerra de Secessão nos Estados Unidos e as repercussões aqui: o Governo Imperial, cioso dos interesses escravocratas das oligarquias rurais, proclama sua simpatia pela causa dos Estados Confederados, culpando os *yankees* de estelionato.

No debate sobre a guerra civil norte-americana, certo espírito abolicionista areja a imprensa da oposição. Mas, em 1862, era ainda um assunto que não parecia comover a sociedade, orgulhosa da iluminação a gás nas ruas (pouco antes se queimava óleo francês de nabo, entre outros), preocupada com as próximas ruas a receber calçamento com paralelepípedos da pedreira do Morro da Viúva (antes eram pedras inglesas) e desejosa de conseguir água encanada, ao menos para as residências dos bem-nascidos, que gastavam fortunas com a água de Vichy, França. Os anúncios imobiliários apareciam, muitos deles, em inglês, sobretudo quando se tratava de chácaras na periferia urbana — isto é, em Botafogo ou junto à Lagoa Rodrigo de Freitas.

Os casos de polícia. O Padre Gaudêncio Antônio Gomes e D. Bárbara Carline da Silveira foram presos e pronunciados por crime de adultério, segundo registra o *Correio Mercantil*. A vida urbana. Carroças de água molham as ruas da Lapa para que a poeira não seja muita no verão. "Pode-se dizer que nosso movimento literário é dos mais insignificantes possíveis": é, pelo menos, o que escreve Joaquim Maria *Machado de Assis*, no *Diário do Rio de Janeiro*. Joaquim Manuel de Macedo, no entanto, produz em série desde romances até um *Resumo da História Pátria*, saído em 1862, para uso dos alunos

do Colégio Pedro II. Antonio *Gonçalves Dias* cura-se na França, na estância de Vichy, de uma inflamação no fígado; restabelecido, naufragará, ao retornar, em 1864, com o *Ville de Boulogne*, na costa do Maranhão. Destino idêntico ao que teve, em 1861, Manuel Antônio de Almeida, autor de *Memórias de Um Sargento de Milícias*, que navegava para a inauguração do canal Macaé — Campos no *Hermes*, que afundou no Norte Fluminense.

Em 1864, quando começa a se armar a tempestade da guerra, uma profunda crise comercial abala o Rio de Janeiro, afetando um setor que quatro anos antes, segundo estatísticas talvez exageradas, contava com 7.076 estabelecimentos, dos quais 4.403 portugueses, 1.545 brasileiros, 1.128 de outras nacionalidades, afora os bancos e casas bancárias. O Banco do Brasil, após tanto monetarismo, é autorizado a elevar sua emissão até o triplo do ouro disponível. E o país se socorre mais uma vez do ouro da Inglaterra, apesar das relações com a Coroa britânica estarem tensas desde a Questão Christie, de dezembro de 1862.

No dia cinco desse mês, em Petrópolis, o Embaixador William Dougal *Christie* exigira indenização pela carga, provisões e objetos de uso dos passageiros da barca *Prince of Wales*, que naufragou no Rio Grande do Sul em junho de 1861, e, segundo sua alegação, foi saqueada por pessoas da região; e, em outro ofício destemperado, reclamara a punição de funcionários brasileiros envolvidos na prisão de três oficiais do navio *Forte*, ancorado, em junho de 1862, no Porto do Rio. Os três haviam saído para passear, na tarde do dia 17; tomaram o trem da ferrovia da Tijuca (apelidado de maxambomba) e subiram a serra para jantar no Hotel de Robert Benett, onde tomaram duas garrafas de vinho de Bordeaux e meia de conhaque. Na volta, no terminal da ferrovia, um deles agarrou a rédea de um cavalo que ia passando, quase derrubando o cavaleiro no chão. Foram levados ao posto policial e lá agrediram a sentinela e foram por isso recolhidos a uma prisão no Engenho de Dentro. Por causa disso, e como não prestou as satisfações exigidas no prazo, o Império do Brasil entrou em 1863 em clima de guerra, com a esquadra do Almirante Warren aprendendo navios ao largo da costa e um batalhão de voluntários a se formar na Câmara Municipal. O incidente terminou sendo contornado, mas os jornais comentavam que D. Pedro II ficou tão aflito que por mais de um ano não apareceu sorrindo em público.

Pedro de Araújo Lima, o Marquês de Olinda, presidia o Conselho de Ministros que se aliara ao Partido Liberal em maio de 1862 e permaneceria no poder até janeiro de 1864. Subiu então a chamada Liga, constituída de conservadores *vermelhos* e liberais *puros* (o que quer que esses adjetivos possam significar) e, com ela, o Gabinete presidido por Zacarias de Góis e Vasconcelos. Sob Zacarias, o Brasil se envolveu na armadilha uruguaia e deu início às tropelias que an-

tecederam a Guerra da Tríplice Aliança. Do ponto de vista do cidadão fluminense que acompanhava os fatos, as coisas se precipitavam: a notícia do ofício do Ministro do Exterior do Paraguai, José Berges, ao embaixador brasileiro, César Sauvan *Viana de Lima*, comunicando que o Paraguai lutaria pelo equilíbrio do Prata, chegou à Corte dias depois da publicação, no *Correio Mercantil*, da carta de Rufino de Elizalde, embaixador argentino em Montevideu, ao General Bartolomeu Mitre, dando conta de que sua missão estava finda, ao "se malograr o êxito grandioso da pacificação do Uruguai e do ajuste de suas questões internas". Em setembro, a bordo da fragata *Amazonas*, retornava do Sul o Conselheiro José Antônio *Saraiva* e, junto com ele, Tavares Bastos. Estavam rompidas, então, as relações diplomáticas com o Uruguai.

No Rio, ninguém acreditava na *bravata de Lopez*, embora se calculassem suas forças em 60 mil homens, e apesar da grave advertência do Marquês de Caxias, no seu relatório perante as Câmaras: em 1863, dissera ele, o recrutamento para o Exército alcançou apenas cinco mil homens. De qualquer maneira, a cidade se distraiu das preocupações militares em outubro, quando um temporal de granizo quebrou o vidro das casas com pedras de gelo do tamanho de ovos de galinha. Em seguida, as ruas foram enfeitadas para o casamento da Princesa Isabel com o Conde d'Eu, e só se falava disso. Outro casamento nobre veio logo em seguida (da Princesa Leopoldina com o Duque de Saxe) e, no intervalo entre uma festa e outra, houve pouco tempo para assuntos sérios. Comentou-se, porém, que López estava convencido da existência de um acordo secreto entre Brasil e Argentina; atribuía-se ao embaixador uruguaio em Assunção, Vásquez *Sagastume*, a difusão do boato junto ao Governo do Paraguai. Joaquim Nabuco apontava para a raiz do problema, ao acusar o Ministério de ter-se deixado atordoar pelo alarido dos partidários de Venâncio Flores, sem pensar duas vezes nas implicações do envolvimento na guerra civil uruguaia.

Era tal a descrença nas ameaças de López que se demorou a acreditar na notícia do apresamento do *Marquês de Olinda*, tendo a bordo o Coronel Frederico Carneiro de Campos, deputado nomeado Presidente da Província de Mato Grosso. O *Diário do Rio de Janeiro* desmentiu, para só uma semana depois confirmar a notícia. Por causa dela, não houve luminárias na noite de Natal; começou o embarque de tropas para o Sul.

Estava na moda o cachimbo para os cavalheiros e o rapé para as damas, que espirravam elegantemente. Além das venezianas nas janelas, a grande novidade eram os despertadores americanos. Mas as notícias não permitiam o sono tranqüilo, com o país tão grande e tão desarmado — só 18 mil homens no Exército. Logo a 7 de janeiro de 1865, eram criados os cornos especiais para o serviço de guerra,

os *Voluntários da Pátria*. Imediatamente, eles se tornaram o tema de uma quadrilha para piano que apareceu à venda nas casas de artigos musicais, junto com o *Hino de Guerra*, para piano e canto, de Emílio Augusto Zaluar, e da marcha triunfal *A Tomada de Paissandu*. Em 1865, não houve Carnaval: na terça-feira gorda, saíram à rua os artistas do Alcazar Lírico coletando doações para as famílias das vítimas da guerra do Prata.

Em suas *Reminiscências da Campanha do Paraguai*, conta Dionísio Evangelista de Castro Cerqueira, que chegou a general e Ministro de Estado:

A 2 de janeiro de 1865, cinco dias antes do decreto dos Voluntários da Pátria, apresentei-me no Quartel-general para assentar praça como voluntário do exército. Levaram-me à presença do Major Elesbão, da repartição do ajudante-general e, se bem me recordo, secretário do General Caldwell. Era um homem alto, barbado e bem fornido de carnes. Eu tinha 17 anos, mas parecia mais moço. Trajava com certo apuro. Mirou-me de alto a baixo, com grande ar de superioridade tão desdenhosa que me senti invadido por uma onda de sangue. Perguntou-me em tom áspero:

- Quer assentar praça?*
- Sim, senhor.*
- Para estudar?*
- Não, senhor, para ir para a guerra.*

Lançou-me um olhar de pouco caso e disse a um negro alto, de olhos vermelhos, que estava perfilado na entrada da sala:

- Cabo, leva esse homem para ser inspecionado.*

Ninguém pode avaliar como me senti humilhado com esse tratamento. Aquele oficial superior do Exército não ligava importância alguma ao ato de abnegação que eu estava praticando. Os outros talvez pensassem como ele.

TRATADO DA TRÍPLICE ALIANÇA: A GUERRA TOTAL

Por detrás do sentimento patriótico de muitos brasileiros, do esforço para formar às pressas um exército eficiente, do heroísmo patético de homens como o Tenente Antônio João, mobilizavam-se, nos centros de decisão, ódios cultivados há muito tempo contra Solano López, isto é, contra o modo de vida paraguaio, a impermeabilidade do país às operações gerais do comércio. Só isso é capaz de explicar as disposições radicais do Tratado da Tríplice Aliança: não se tratava de repelir uma invasão estrangeira (que López comandou com grande incompetência, do ponto de vista estratégico), mas de exterminar as instituições de um país.

A 3 de fevereiro de 1865, três meses antes da assinatura do Tratado da Tríplice Aliança, *La Nación Argentina*, jornal de Mitre, opinava:

A República Argentina está no imprescindível dever de formar aliança com o Brasil a fim de derrubar essa abominável ditadura de López e abrir ao comércio do mundo essa esplêndida e magnífica região que possui, talvez, os mais variados e preciosos produtos dos trópicos e rios navegáveis para explorá-los.

Muitos meses antes, a 4 de setembro de 1864, quando López ainda não iniciara sua operação militar para ocupar os territórios que reclamava na fronteira com Mato Grosso, o mesmo jornal falava em aliança antiparaguaia:

Se não a aliança, pelo menos um completo acordo deve estabelecer-se entre os governos que representam na América o princípio da civilização contra as aspirações e as sombrias desconfianças dos verdadeiros representantes da barbárie.

José Marmol, diplomata argentino que representou seu país no Brasil em 1869, acredita que o Tratado da Tríplice Aliança contra o Paraguai tenha sido uma simples formalização de algo decidido no ano anterior:

A aliança com o Brasil não provém de abril de 65, mas de maio de 64. Desde a presença do Almirante Tamandaré nas águas do Prata, e dos Generais Neto e Mena Barreto nas fronteiras orientais, se estabeleceu a verdadeira aliança entre os governos brasileiro e argentino, em proteção da iníqua revolução do General Flores contra o melhor dos governos que teve a República Oriental, e com o qual não havia gestões que não pudessem passar das carteiras diplomáticas.

O General Tasso Fragoso, por sua vez, afirma que "o verdadeiro germe do Tratado da Tríplice Aliança" é o projeto de protocolo para o caso de o Paraguai violar o território argentino, concertado entre Felipe José Pereira Leal, embaixador do Brasil em Buenos Aires, e o Chanceler de Mitre, Rufino de Elizalde, em outubro de 1864.

Naquela ocasião, o Brasil, em vista da ameaça paraguaia formulada em setembro, solicitava ao Governo argentino uma *franca e amigável manifestação* da política que seguiria "no caso ainda não provável de que o Governo do Paraguai intentasse, em cumprimento de suas declarações, exercer atos diretos ou indiretos de hostilidade

contra o Império do Brasil, violando o território argentino com esse objetivo". Em resposta, Elizalde, pela Argentina, admitiu que, *se isso desgraçadamente tivesse lugar*, "se prestaria com a maior boa vontade a combinar a sua ação defensiva ou ofensiva com o Governo de Sua Majestade o Imperador, e veria nesse fato um motivo para consolidar a união dos dois países e dois governos".

O fato é que existiam entendimentos prévios quando López, em seguida a seu ataque à região litigiosa de Mato Grosso, pediu ao Governo argentino licença para atravessar o território de Corrientes com suas tropas, para ir em socorro do agonizante regime de Aguirre, no Uruguai. Era 14 de janeiro de 1865 e o pedido se fundamentava no consentimento do Governo de Buenos Aires à passagem, dez anos antes, da esquadra de Pedro de Oliveira, em missão bélico-diplomática a Assunção. A Argentina deu resposta negativa.

A 15 de fevereiro de 1865, o Congresso Nacional Extraordinário do Paraguai, convocado por Lopez, ouviu dele uma exposição de motivos e a 18 (dois dias antes da posse de Flores no Uruguai) aprovou decreto de três itens: 1. Referendava o procedimento do Executivo no caso da guerra com o Brasil. 2. Declarava guerra ao Governo argentino. 3. Autorizava o Presidente a fazer a paz com qualquer dos dois beligerantes quando julgasse oportuno. López explicou a situação aos congressistas com estas palavras:

O motivo da ruptura das nossas relações com o Império do Brasil e o estado pouco cordial em que ficaram com o Gabinete argentino são os sangrentos acontecimentos que hoje enlutam a República Oriental do Uruguai e que ameaçam deslocar o equilíbrio do Prata. Essas duas potências, garantes da independência daquele Estado, são as que hoje o atacam, e o Brasil, que, em 1850, em um tratado solene, sustinha conosco a necessidade do status que das nacionalidades dessa parte da América e especialmente a autonomia do Estado Oriental, alia-se ao partido rebelde que, lançado da capital argentina e com os auxílios de um comitê revolucionário publicamente estabelecido ali, desola a riqueza nacional e ensangüenta o solo pátrio.

O ato de declaração de guerra foi sancionado por López a 29 de março e sua comunicação oficial a Mitre só se efetivou a 1º de maio. A 13 de abril, uma esquadra paraguaia sob o comando do Capitão-de-fragata Pedro Ignacio Meza apoderou-se, no Porto de Corrientes, dos vapores de guerra argentinos *25 de Mayo* e *Guaqueguay*, este desarmado e atracado à barranca do rio. No dia seguinte, desembarcava na Cidade de Corrientes o primeiro escalão do Exército Expedicio-

nário Sul, que contava com perto de três mil homens e estava sob o comando do Coronel Venceslau Robles.

A notícia foi levada a Buenos Aires pelo vapor *Corrientes* e chegou à Capital argentina a 16 de abril. No mesmo dia, era decretada a mobilização da Guarda Nacional e proclamado o estado de sítio.

Estava aberto o caminho para um entendimento rápido entre Mitre e Francisco Otaviano de Almeida Rosa, que substituíra o Visconde de Rio Branco (afastado logo depois da capitulação de Montevideu, provavelmente por causa de seus desentendimentos com o Marquês de Tamandaré, que se arrogava o comando tanto das ações militares quanto das negociações diplomáticas), no que se refere à ação conjunta contra o Paraguai. Otaviano e Tamandaré chegaram a Buenos Aires a 15 de abril de 1865, abordo da canhoneira *Araguari*; o embaixador especial brasileiro apresentou-se ao Presidente exatamente, no dia 20 de abril de 1865.

Oficialmente, o Tratado da Tríplice Aliança (além de Otaviano e Elizalde, assinou pelo Uruguai de Flores o Ministro Carlos de Castro) foi preparado em dez dias. Ele prevê uma aliança "ofensiva e defensiva" contra o Paraguai, atribui o comando-em-chefe dos exércitos aliados a Bartolomeu Mitre, o comando das forças marítimas ao Marquês de Tamandaré, Almirante Francisco Marques Lisboa, e o das tropas terrestres brasileiras ao Brigadeiro Manuel Luís Osório. Particularmente expressivo é o artigo 6º, que amplia o conflito e estabelece as bases para a verdadeira operação de extermínio em que se transformaria a invasão do Paraguai, na sua última etapa:

Art. 6.º Os aliados se comprometem solenemente a não depor as armas senão de comum acordo, e somente depois de derribada a autoridade do atual governo do Paraguai, bem como a não negociarem separadamente com o inimigo comum, nem celebrarem tratados de paz, trégua ou armistício nem convenção alguma para suspender ou findar a guerra, senão de perfeito acordo entre todos.

Outros artigos do tratado definem os limites do Paraguai após a guerra, tomando-lhe todos os territórios que reclamava, e estipulam que caberia aos paraguaios o pagamento das despesas da guerra, bem como reparação e indenização de danos causados "com violação dos princípios que regem o direito de guerra". Estabelece-se que o tratado ficaria secreto até o final da guerra e não seria submetido a nenhuma ratificação.

Um protocolo anexo determinava castigos suplementares para a República do Paraguai:

1. *Que, em cumprimento do Tratado da Aliança nesta data, se farão demolir as fortificações de Humaitá e não se permitirá levantar, para o futuro, outras de igual natureza, que possam impedir a fiel execução das estipulações daquele tratado.*
2. *Que, sendo uma das medidas necessárias para garantir-se a paz com o governo que se estabeleça no Paraguai não deixar armas, nem elementos de guerra, as que se encontrarem serão divididas em partes iguais pelos aliados.*
3. *Que os troféus e presas que forem tomados ao inimigo se dividam entre aqueles dos aliados que tenham feito a captura.*
4. *Que os chefes superiores dos exércitos aliados combinem os meios de executar estes ajustes.*

Antes mesmo da assinatura desses documentos, que falam de uma guerra sem tréguas e prevêm até a divisão das presas, Tamandaré movera a esquadra para bloquear o Rio Paraná. Mas só no final de maio, quando os paraguaios haviam ocupado as localidades ribeirinhas de Bela Vista e Santa Lúcia, conseguiram-se ajuntar os navios e tropas necessários para a primeira operação séria para atacar os invasores.

A esquadra compunha-se de duas divisões. A segunda, sob o comando de Barroso, era composta dos navios *Parnaíba*, *Araguari*, *Iguatemi* e *Mearim*; a terceira, às ordens do Capitão-de-mar-e-guerra José Secundino de Gomensoro, contava com o *Jequitinhonha*, o *Beberibe*, o *Belmonte*, o *Ipiranga* e o *Itajaí*. A bordo, tropas de Corrientes e uma brigada brasileira (do Coronel Guilherme Bruce), sob o comando geral do General Venceslau Panero, do Exército argentino. A Argentina dispunha, ali, de também pelo menos dois navios, o *Pampero* e o *Pavón*.

Às 7h30m do dia 25 de maio, data nacional argentina, essa esquadra largou de um ponto próximo a Riachuelo rumo a Corrientes; às 15h30m desembarcou tropas perto da cidade. Em hora e meia procedeu-se a ocupação, dispersando-se a guarnição paraguaia de 1.500 homens, dos quais perto de 200 foram mortos ou feridos. Entre os argentinos, houve 62 mortos e 150 feridos. A chegada de reforços paraguaios forçou, porém, a retirada, na manhã do dia 27, passando-se a concentrar efetivos no Porto de Esquina, distante uns cinco dias de viagem, por barco.

O resultado desse *raid* foi a retração do avanço paraguaio em direção ao Sul; por demorar a cumprir ordens nesse sentido, partidas do próprio Solano López, o comandante, General Wenceslao Robles, foi preso a 24 de julho, em Empedrado, pelo Ministro da Guerra, General Vicente Barrios, levado a Humaitá, condenado à morte e execu-

tado. Sobre ele pesaram acusações suplementares de maltratar os subordinados e sabotar o desenvolvimento das operações militares. Em seu lugar, no comando da Divisão Sul, ficou o General Francisco Isidoro *Resquín*: dispunha ele de 22 mil homens e 30 canhões.

Foi ainda o *raid* contra Corrientes que levou o Presidente López a transferir-se de Assunção para Humaitá, mais perto do teatro de operações do Sul, e o induziu a tentar destruir a esquadra brasileira em Riachuelo. Para essa operação, ele concentrou baterias terrestres, ao norte e ao sul do estreito canal entre as Ilhas Palomeras e a ponta de Santa Catarina, ponto de passagem obrigatória dos navios: eram 22 canhões ao todo, sob o comando do Major Bruguez, que fora discípulo, na escola de oficiais, do instrutor brasileiro Wilagrán Cabrita.

A esquadra paraguaia compunha-se de nove vapores, o *Tacuari* (capitânea), o *Paraguari*, o *Igurei*, o *Iporá*, o *Marquês de Olinda*, o *Jejuí*, o *Salto Oriental*, o *Pirabebé* e o *Iberá*, além de seis chatas a reboque, armadas com canhões de calibres 68 a 80. Embarcados, havia 500 homens do Exército, para serem utilizados sobretudo em operações de abordagem. O comando cabia ao Capitão-de-fragata Pedro Ignacio *Meza*.



O General Dionísio Evangelista de Castro Cerqueira, militar, político, engenheiro, ministro, diplomata, geógrafo e escritor, deixou um relato pessoal da guerra, o livro *Reminiscências da Campanha do Paraguai*.
Foto Biblioteca Nacional

Na manhã do dia 11 de junho, esses navios desfilaram em frente a Corrientes, a umas cinco milhas do local onde fundeara a esquadra de Barroso, no desempenho da missão de bloquear o rio. Eram todos os navios que haviam participado do *raid* contra Corrientes, menos o *Itajai*, que transportava, mais abaixo, tropas de Paunero, e o *Ivaí*, que partira dias antes para ocupar-se da defesa da povoação de Bela Vista. O sinal de *inimigo à vista* foi dado pelo navio de vanguarda, *Mearim*; do capitânea, vieram as ordens de Barroso, a última das quais era "o Brasil espera que cada um cumpra o seu dever". Do lado paraguaio, o *Iberá*, com a hélice avariada em *Três Pontas*, fora substituído por um pequeno vapor, o *Rangel*, incumbido do transporte de cabos.



O marinheiro Marcílio Dias (à esquerda) morreu a bordo do Parnaíba, na batalha do Riachuelo. O comandante naval brasileiro, Almirante Barroso (à direita), soube, porém, inverter a difícil situação estratégica, pondo em fuga a esquadra paraguaia.
Foto Biblioteca Nacional

Meza conduziu sua esquadra diante dos navios brasileiros. Uma bala acertou a caldeira do *Jejuí* e outra danificou uma chata. Depois, dispôs-se junto à margem esquerda, alternando chatas e navios: contava com as baterias camufladas ao longo da barranca. Barroso caminhou célere para a armadilha, pondo à frente o *Jequitinhonha* e o *Belmonte*. Quando este cruzava o canal entre as Palomeras e o Riachuelo, pequeno afluente que cava um vale na barranca, partiu a fuzilaria da margem. O *Jequitinhonha* tentou manobrar, e encaihou. O *Parnaíba* é abordado pelo *Tacuari*, o *Paraguari*, o *Salto* e o *Marquês de Olinda*. Descem-lhe a Bandeira Brasileira do mastro, enquanto a guarnição combate. Morrem o Guarda-marinha João Guilherme Greenhalgh e o marinheiro Marcílio Dias. A surpresa faz a esquadra perder a formação, enquanto o *Belmonte* prossegue isolado e muito danificado pelos tiros.

Foi então que Barroso demonstrou sua competência militar. De bordo de seu capitânea, o *Amazonas*, ele tomou a frente do *Beberibe*, do *Iguatemi*, do *Mearim* e do *Araguari*, avançando a toda força contra os paraguaios. Abalroa de proa o *Jejuí* e o põe fora de combate; faz o mesmo com o *Marquês de Olinda* e o *Salto*, que cercavam o *Parnaíba*, põe a pique uma chata. Essa tática inverteu o quadro da batalha: o *Paraguari* estava destruído; o *Tacuari*, com as máquinas avariadas, teve de ser rebocado pelo *Iguari*. E os paraguaios retiraram-se, perseguidos pelo *Beberibe* e pelo *Araguari*.

No entanto, essa vitória naval não significou de imediato o domínio do rio, de vez que os paraguaios trataram de fortificar as margens em todos os pontos em que o curso de estreitava, como as barrancas de Mercedes e Cuevas. Ao cruzar esse ponto, a 10 de agosto, a esquadra recebeu um bombardeio intenso, que lhe custou muitos danos, 15 mortos e 35 feridos. Por isso, Tamandaré ordenou que as operações se limitassem ao trecho ao sul desses pontos. "É necessário", explicou, "que a esquadra marche sempre paralelamente aos movimentos do exército inimigo, enquanto este não for contido pelo nosso exército".

A Divisão Sul, sob o comando de Resquín, avançou até Santa Lúcia; mas, durante algum tempo, sua principal tarefa consistiu em reorganizar-se, elevando o efetivo para 40 mil homens. A essa altura, em agosto, uma coluna paraguaia, sob o comando do Tenente-coronel Antonio de la Cruz *Estigarribia*, já invadira o Rio Grande do Sul e se detinha em Uruguiana.

A coluna de *Estigarribia* fora organizada em Encarnación e no acampamento de Pindapoy, à margem do Rio Paraná. De lá, um destacamento foi enviado até a margem do Rio Uruguai, de onde observava os movimentos militares no território brasileiro, na altura de São Borja. O grosso dos efetivos deslocou-se a 31 de maio e, a 7 de junho, estava em São Tomé, pronto a iniciar a travessia do rio. Em São Borja, estavam perto de 2.500 soldados da Guarda Nacional e um Batalhão de Voluntários da Pátria com 600 soldados; em Uruguiana e Ibicoraí, mais quatro mil praças em duas brigadas.

A tropa de *Estigarribia* devia contar com perto de dez mil homens, dos quais 3.200 ficaram do outro lado do Rio Uruguai, sob o comando do Major Pedro Duarte, que comandara antes o destacamento de observação. Essa fração foi derrotada na batalha de Iataí, junto a Passo de Los Libres, a 17 de agosto de 1865, diante de forças conjuntas que incluíam os uruguaios de Venâncio Flores (comandante das operações), os argentinos de Paunero e uma brigada brasileira sob o comando do Tenente-coronel Joaquim Rodrigues Coelho Kelly: ao todo, dez mil homens. Em grande inferioridade numérica, os paraguaios tiveram 1.700 mortos, 300 feridos e 1.200 prisioneiros, entre os quais seu comandante. Esses soldados capturados foram distribuídos entre os vencedores, que os trataram da forma mais variada; em geral, foram incorporados aos exércitos e forçados a lutar contra seu próprio país, em funções degradantes, ou mandados para lugares distantes. Os argentinos, por exemplo, alocaram muitos paraguaios nas tropas da Patagônia, onde se prosseguia calmamente ao sistemático extermínio dos nativos indígenas.

Às 8 horas da manhã de 10 de junho de 1865, a coluna de *Estigarribia* desceu de São Tomé para o Rio Uruguai. O espetáculo — uma fileira de carretas e soldados por légua e meia — foi visto da Vila

de São Borja. Apesar da resistência da fraca guarnição da Guarda Nacional comandada pelo Major Rodrigues Ramos, a travessia se efetuou em botes de vinte soldados cada um. Indiferente ao fogo dos brasileiros, a que se haviam juntado, a essa altura, o Tenente-coronel Tristão de Araújo Nóbrega, avançaram em linha sobre a vila, enquanto um destacamento flanqueava pelo leste. A intervenção do Coronel João Manuel Mena Barreto, com seu batalhão de Voluntários da Pátria, impediu um massacre; mas ele pode apenas proteger a evacuação dos civis. A 12, caía São Borja.

A ofensiva prosseguiu a 19 de junho; a 6 de julho, depois de atravessar o Rio Butuí em canoas (era tempo de cheia), chegou ao Itaqui. No caminho, houve combate perto do rio entre uma fração paraguaia de 400 homens, sob o comando do Capitão López, e 2.000 brasileiros chefiados pelo Coronel Antônio Fernandes de Lima. Houve 115 baixas entre os brasileiros (29 mortos) e 236 (116 mortos) entre os paraguaios. A 18 de julho, Estigarribia começou a difícil travessia do Rio Ibicuí, diante da impassividade do grosso das tropas brasileiras (uns 6.500 homens), mantidas imóveis pelo Tenente-coronel João Frederico *Caldwell*, que seguia o conselho do Brigadeiro honorário Davi Canabarro (o mesmo da Revolução Farroupilha). Este chegou a ser depois responsabilizado, por isso e por exorbitar de sua competência durante as operações em Uruguaiana. Faleceu em sua estância de São Gregório a 12 de abril de 1867, aos 74 anos.

Caldwell, sempre se aconselhando com seus subordinados, veria os paraguaios tomarem Uruguaiana sem intervir. Toda dificuldade enfrentada nesse passo por Estigarribia resultava do trabalho de três pequenos barcos — o vapor *Uruguai*, os lanchões *São João* e *Garibaldi* — transformados em força-tarefa sob o comando do então Tenente *Floriano Vieira Peixoto* e ocupados em perturbar as linhas de comunicação dos paraguaios na travessia do Rio Uruguai. Essa missão foi a primeira de uma série que construiu a fama do oficial, mais tarde Presidente da República brasileira e líder de uma importante facção de oficiais.

Às 10h30m de 5 de agosto de 1865, Estigarribia penetrou em Uruguaiana, que fora evacuada na véspera, e hasteou o pavilhão paraguaio. Dezesseis dias depois, assumia seu cargo um novo comandante do Corpo do Exército brasileiro em operações na Fronteira das Missões, o General Manuel Marques de Souza, Barão de Porto Alegre.

Esses acontecimentos foram acompanhados com angústia no Rio de Janeiro, desde que as notícias da ocupação de São Borja (10 de junho) e da Batalha do Riachuelo (11 de junho) chegaram simultaneamente. O Imperador, reconhecidamente infenso a ações militares, embarcou para o Sul um mês depois, a bordo do vapor *Santa Maria*. A 16 de julho desembarcou em Rio Grande, acompanhado do Ministro da Guerra, Ângelo Muniz da Silva Ferraz, do Duque de Saxe, seu

genro, do Marquês de Caxias e de outros dignitários. Passou por Porto Alegre, Caçapava (onde o alcançou o Conde d'Eu, o outro genro, marido da Princesa Isabel) e, a 11 de setembro, chegou ao acampamento das forças aliadas que sitiavam a ocupada Uruguaiana.

O cerco aos paraguaios se configurara quando, a 19 de agosto, Estigarribia tentou sem sucesso abandonar a vila. Tropas vieram da Argentina, outras dispuseram-se de modo a cortar qualquer via de suprimento ou fuga possível para os sitiados. A 2 de setembro, chegou a haver um desentendimento entre Flores e Paunero, de um lado, e Porto Alegre e Tamandaré, de outro, sobre a conveniência ou não de proceder a um ataque direto.

Venceu a tese de que se deveria aguardar a chegada do Imperador.

Embora já em posição desesperadora — envolviam-se no cerco 17.346 homens dos exércitos brasileiro, argentino e uruguaio — Estigarribia respondeu de maneira viril a uma proposta que lhe foi encaminhada a 5 de setembro para que se rendesse. Disse que, antes de *libertar o povo paraguaio*, como dizia o documento, aliado, o Brasil deveria libertar seus infelizes escravos. Afirmou que apenas defendia os direitos do Paraguai e, diante da estimativa das forças que o cercavam, concluía: "Tanto melhor, o fumo dos canhões nos fará sombra."

As famílias de Uruguaiana foram evacuadas a 8 de setembro, por acordo entre os exércitos, já que faltavam víveres na vila. A 10 de setembro, chegou o General Bartolomeu Mitre; a 11, D. Pedro II. A 18 de setembro, pela manhã, todo o exército aliado executou a marcha de aproximação, postando-se para o ataque; ao meio-dia, foi dado ultimato a Estigarribia. A partir da resposta, chegou-se a um acordo de rendição: 1. Os paraguaios se entregaram "com as regalias que as leis de guerra prescrevem para os prisioneiros". 2. Os oficiais não puderam sair da praça com armas e foi-lhes dado o direito de escolher qualquer residência, à exceção do Paraguai. 3. Os chefes e oficiais uruguaioes ao serviço do Paraguai ficaram como prisioneiros de guerra do Império (não foram entregues a Flores). E o episódio terminou com uma marcha desabalada de soldados aliados ao encontro dos paraguaios. Como contou o Conde d'Eu:

Ao ver-se tal coisa, torna-se a curiosidade contagiosa: corremos todos à trincheira e vemos os nossos infelizes inimigos debruçados, com o ar mais filosófico que é possível, com as espingardas no chão, atrás de si, e a bandeira abandonada, ao canto de um pardieiro.

Dentre os prisioneiros, destacava-se um padre, de nome Duarte, que, segundo o Conde d'Eu, seria a *cabeça pensante* da expedi-

ção. O relato faz dele um perfil antipático, com sua batina, seu chapéu redondo, seus 40 anos. Mas, ao dirigir-se ao Imperador, não deixou de pedir, ao lado de proteção para si, liberdade para sua pátria.

POR QUE A GUERRA NÃO ACABOU?

Foi no acampamento de Uruguaiana que se encerrou a Questão Christie — a tensão nas relações com a Inglaterra que tanto afligia D. Pedro II. Lá, a 23 de setembro, o Imperador recebeu a visita do Ministro inglês Edward Thornton, o mesmo que participara, ao lado de Saraiva, das manobras diplomáticas que conduziram à intervenção no Uruguai. Formalmente, Thornton foi informar o Governo brasileiro de que a Coroa inglesa aceitava o laudo do Rei da Bélgica Leopoldo I, em favor do Brasil, no caso do saque a um navio naufragado no Rio Grande do Sul e da prisão de três oficiais bêbados da Armada britânica, no Alto da Tijuca, no Rio de Janeiro- a *Questão Christie*.

A presença do embaixador inglês teve o sentido implícito de manifestar o pleno apoio às operações que se iriam desencadear contra o Paraguai. Thornton era homem perfeitamente articulado com os interesses comerciais de seu país e do grupo exportador-importador de Buenos Aires, que há muito considerava a liquidação do Paraguai uma questão fundamental.

O relato minucioso das operações militares, como se faz nas páginas precedentes, pode sugerir que as decisões estavam sendo tomadas nos campos de batalha. Isto é verdade, mas apenas em parte, de um ângulo particular. A intriga que levou à guerra vinha de longa data e se fazia tanto na imprensa de Buenos Aires e do Rio de Janeiro — onde López aparecia com um tirano sem apoio popular, o que se provaria inteiramente falso — quanto junto aos homens como poder político de decisão. O próprio López, ao intervir em defesa do moribundo partido *colorado* de Aguirre, parecia convencido de que a única questão em jogo era a da independência política, quando o que importava sobretudo era a dominação econômica. Sem quadros competentes de diplomatas e dispondo de poucos assessores abalizados, ele se deixava influenciar por figuras como o uruguaio Sagastume e o americano Washburn, o mesmo que declararia:

O povo paraguaio, por sua torpeza e cegueira junto com outros pecados, merece o completo extermínio que o aguarda. O mundo terá justo motivo para congratular-se quando não houver nele uma só pessoa que fale o endiabrado idioma guarani.

Até o término do sítio de Uruguaiana, a guerra, no que se refere ao Paraguai, mostrava o empenho ofensivo de López. Militarmente,

um empenho que se evidenciou em iniciativas de pouca competência: a invasão dos terrenos litigiosos de Mato Grosso não lhe trouxe vantagem estratégica; a operação deflagrada ao Sul contra território brasileiro, ao longo de velhas trilhas da República jesuítica guarani, permitiu, como já ocorrera ao tempo de Sepe Tiraju, o isolamento do efetivo concentrado no território gaúcho das Missões e sua liquidação. Só uma extraordinária ingenuidade ou o culto desmesurado do martírio podem explicar a surpresa de López diante da rendição de Estigarribia.

Mas é certo que, ao receber a notícia, o governante paraguaio mandou retirar de Corrientes as tropas de Resquín, trazendo-as aos limites de suas próprias fronteiras. Sua mensagem de 30 de setembro, logo cumprida pelo comandante, é clara:

Quero que, ao receber esta, o senhor prepare a retirada compacta de toda a divisão, inclusive o Comandante Bruguez, que deverá incorporar-se e marchar para Cosio, São Lorenzo, Pehuajó, Empedrado, Riachuelo e sucessivamente, não aceitando combate.

Em circunstâncias normais, não fosse o dispositivo antiparaguaio há muito tempo montado junto aos governos e à opinião pública, estariam então criadas condições para um acordo que restabelesse a paz na região. Se a intervenção de López violara a soberania de argentinos e brasileiros, sem dúvida a intervenção de argentinos e brasileiros violara a soberania uruguaia. São casos em que se impõe a arbitragem e a negociação, para que a história posteriormente julgue as culpas.

Mas não foi o que aconteceu. Cumprindo disposições do iníquo Tratado da Tríplice Aliança, então secreto, os comandantes aliados tramaram a invasão e a destruição do Paraguai, enganando-se com a suposição absurda de que o regime de Francisco Solano López, continuador de Francia e de Carlos Alberto López, era impopular em seu país. O resultado foi que, ao completar-se a guerra, o Paraguai perdeu 75,75% de sua população, baixando de 800 mil para 194 mil habitantes, com 606 mil mortos. Dentre os homens, morreram 99,5%, restando apenas 14 mil; das mulheres, abateram-se 220 mil e sobram 180 mil, ou 45% do elemento feminino de antes de se iniciarem os combates.

No Paraguai devastado, a proporção de sobreviventes foi de 13 mulheres para cada homem (180 mil para 14 mil), de cinco meninos de menos de dez anos para cada homem maior de 20 anos. Um massacre sem precedentes entre as nações da América, executadas as indígenas (e o Paraguai era predominantemente povoado por índios guara-

nis). E o pior é que, para esse feito que a fantástica resistência paraguaia tornou mais cruel e heróico, o Brasil encalacrrou-se de dívidas, desperdiçou recursos que poderiam ter recuperado sua economia, e perdeu, afinal, o trem da História que a locomotiva da Revolução Industrial ia rebocando.

Mas, como nem tudo pode ser mal em qualquer cometimento humano, foi na guerra contra o Paraguai que o Brasil formou quadros competentes e profissionais em seu exército, que terminariam decidindo o processo da proclamação da República: transformou o escravo em combatente e, na batalha, o igualou ao homem livre. Por isso já se disse que o nível de decisão nos campos de batalha é limitado. Os soldados que lutaram e morreram sob a bandeira do Brasil no Paraguai não podem jamais ser culpados de um crime cuja natureza e responsáveis nem seus comandantes, nem os chefes do adversário, souberam identificar. Por detrás dos clarins dos regimentos, das manobras e campanhas, alguém lucrava — e não eram nem esses soldados nem o povo brasileiro: eram os tão vitais interesses de Mr. Thornthorn.

Bibliografia

- CALÓGERAS, Pandiá. *Formação Histórica do Brasil*. Companhia Editora Nacional, São Paulo, 1945.
- CARVALHO, Afonso de. *Caxias*. Biblioteca do Exército Editora, Rio de Janeiro, 1976.
- CARVALHO, Delgado & RIEMER, Ana Maria Delgado de Carvalho. *Historiadas Américas*. Record, Rio de Janeiro, s.d.
- CERQUEIRA, Dionísio. *Reminiscências da Campanha do Paraguai*. Biblioteca do Exército Editora, Rio de Janeiro, 1980.
- CHIAVENATTO, Júlio José. *Genocídio Americano: A Guerra do Paraguai*. Brasiliense, São Paulo, 1979.
- FRAGOSO, Tasso (Gen.). *História da Guerra entre a Tríplice Aliança e o Paraguai*. Biblioteca do Exército Editora. Rio de Janeiro, 1956, 4 volumes.
- GRANZIERA, Rui Guilherme. *A Guerra do Paraguai e o Capitalismo no Brasil*. Editora Hucitec, São Paulo, 1979.
- POWER, León. *Paraguai: nossa guerra contra esse soldado*. Centro Editorial Latino Americano, São Paulo, s.d.
- PRADO JÚNIOR, Caio. *História Econômica do Brasil*. Brasiliense, São Paulo, 1959.
- RENAULT, Delso. *Rio de Janeiro: A Vida da Cidade Refletida nos Jornais*. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 1978.
- SODRÊ, Nelson Werneck. *A História da Imprensa no Brasil*. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 1966.
- TAUNAY, Alfredo d'Escagnolle. *A Retirada da Laguna*. Melhoramentos, São Paulo, 1952.